

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

RELATÓRIO ANUAL/2021



Comissão de
Agricultura, Pecuária, Abastecimento
e Desenvolvimento Rural



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

56ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente
Arthur Lira

1º Vice-Presidente
Marcelo Ramos

2º Vice-Presidente
André de Paula

1º Secretário
Luciano Bivar

2º Secretário
Marília Arraes

3ª Secretária
Rose Modesto

4º Secretário
Rosangela Gomes

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Suplente
Eduardo Bismarck

2º Suplente
Gilberto Nascimento

3º Suplente
Alexandre Leite

4º Suplente
Cássio Andrade

Diretor-Geral
Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa
Ruthier de Sousa Silva

Sumário

Equipe Técnica	4
Palavra da Presidente	5
Mesa Diretora	7
Membros Titulares	8
Membros Suplentes	12
Março	13
Abril	17
Maio	18
Junho	28
Julho	41
Agosto	51
Setembro	65
Outubro	78
Novembro	91
Dezembro	105
Proposições	107
Matérias Apreciadas	110
Proposições Tramitando na Comissão	122
Reuniões da Comissão	134
Requerimentos	156
Emendas Orçamentárias	169
Expediente	173

EQUIPE TÉCNICA

Diretoria Legislativa

Diretor

LUCIANA DA SILVA TEIXEIRA

Departamento de Comissões

Diretora

JOÃO BATISTA SILVA ARAGÃO JUNIOR

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Secretário Executivo

FRANCISCO ALEXANDRE PIERRE B. LIMA

1º Substituto – Chefe do Serviço de Comissão

GUILHERME LUIZ GUIMARÃES MEDEIROS

2ª substituta – Chefe da Sessão de Gestão de Proposição

DIÉZICA VARGAS

Serviço de Comissão
MÁRCIO MARQUES DE PAULA
ROSÂNGELA RODRIGUES DE CARVALHO

Assistentes Técnicos de Comissão
RONEI ALCANTARA DA FONSECA
FERNANDA ROSA DOS SANTOS

Sessão de Gestão de Proposição
TIAGO VICENTE BRASIL

Assessores Técnicos
ROMERO OLIVEIRA ARRUDA
JAQUELINE RODRIGUES SOARES
Pró-adolescente
RAYANNE KLEYSLA QUEIROZ SANTOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados

Anexo II, Ala C, térreo, sala 34

Brasília - DF - CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-6403 / 3216-6402

E-mail: capadr.decom@camara.leg.br

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr>

PALAVRA DA PRESIDENTE

É com imensa satisfação que ao término da terceira sessão legislativa da quinquagésima sexta legislatura faço aqui um singelo relato dessa presidência à frente da comissão de agricultura, pecuária, abastecimento e desenvolvimento rural no ano de 2021.

Foi um ano de grandes mudanças, bastante trabalho e dedicação. Os produtores rurais sempre obtiveram e continuam contando com o apoio de todos que os representam no campo político.

A CAPADR foi muito atuante, aprovou matérias importantes, promoveu 91 eventos, entre encontros, audiências públicas, mesas-redondas, seminários, reuniões deliberativas, presença de ministros, totalizando 220 horas de intensos debates e discussões e encerra o ano com saldo positivo pela excelência do trabalho realizado.

Foram apreciadas pelo plenário da comissão um total de 201 proposições, das quais 68 foram aprovadas, 14 rejeitadas e 7 prejudicadas. Outras 28 matérias já estão prontas para serem incluídas na pauta de votações do plenário da comissão. Além dessas, outras 135 já iniciaram seu trâmite na comissão e nenhuma proposição aguardando designação de relator, convém mencionar que a comissão ainda aprovou 112 requerimentos.

O setor agropecuário é a principal alavanca do crescimento econômico brasileiro. A atuação tempestiva e eficiente desta comissão contribuiu, substancialmente, para levar o desenvolvimento rural a patamares ainda mais altos.

O Brasil vive um momento singular na sua história e isso se reflete nas lutas parlamentares. Esta comissão é pautada pelo diálogo e tem dado oportunidade de se manifestarem politicamente tanto o governo quanto a oposição, em condições de igualdade, mantendo-se o respeito pelas diferenças políticas.

O ano foi marcado pela presença de diversas autoridades, ministros e delegações estrangeiras que enriqueceram enormemente o debate.

Os deputados federais integrantes da comissão tiveram a oportunidade de conhecer, por meio dos ministros e demais autoridades governamentais que aqui estiveram, a visão do governo, de modo a poder compreender de forma mais explanada a dinâmica empreendida pelos diversos órgãos do executivo.

Além das audiências públicas na sede da câmara dos deputados, em Brasília, a comissão realizou encontros, seminários e mesas-redondas em eventos do segmento agropecuário em outros estados, além de ter enviado representantes da comissão a solenidades importantes em diversos pontos do país.

Em julho, os deputados da comissão deliberaram sobre as sugestões de emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

Outro evento marcante foi a vinda da Ministra Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento, Tereza Cristina; para discutir os planos de trabalho de seu ministério, ações e prioridades do governo em relação ao setor agrícola e pecuário do Brasil, bem como suas relações com outros países.

Durante o mês de novembro, a comissão apreciou as propostas de emenda à lei orçamentária anual - LOA. Isso foi feito por meio de um processo democrático contando com a participação de todos os membros da comissão.

Com muita honra, cumprimento a todos os membros da comissão de agricultura, pecuária, abastecimento e desenvolvimento rural, ao tempo em que agradeço à disposição, o compromisso e a coragem para com os trabalhos realizados por este órgão.

Agradeço, também, à colaboração perseverante da equipe de servidores da comissão, que conseguem, com habilidade, articular as ideias, as propostas e a vontade política dos deputados com as regras do processo legislativo e do regimento interno da câmara. A esses e a todos os demais que contribuem para o exercício da atividade parlamentar, deixamos o nosso agradecimento.



ALINE SLEUTJES
Presidente da CAPADR



Dep. **ALINE SLEUTJES - PSL/PR**
Presidente da CAPADR

MESA DIRETORA

NELSON BARBUDO
(PSL/MT)
1º Vice-Presidente



JOSE MARIO SCHREINER
(DEM/GO)
2º Vice-Presidente



PAULO BENGTON
(PTB/PA)
3º Vice-Presidente



ALINE SLEUTJES
(PSL/PR)
Presidente



MEMBROS TITULARES



Afonso Hamm
PP/RS



Alceu Moreira
MDB/RS



Aline Sleutjes
PSL/PR



André Abdon
PP/AP



Aroldo Martins
Republicanos/PR



Beto Faro
PT/PA



Celso Maldaner
MDB/SC



Charles Fernandes
PSD/BA



Clarissa Garotinho
PROS/RJ



Covatti Filho
PP/RS

MEMBROS TITULARES



Domingos Sávio
PSDB/MG



Edna Henrique
PSDB/PB



Emidinho Madeira
PSB/MG



Evair Vieira De Melo
PP/ES



Expedito Netto
PSD/RO



Franco Cartafina
PP/MG



Frei Anastácio
PT/PB



General Girão
PSL/RN



Giacobbo
PL/PR



Gil Cutrim
Republicanos/MA

MEMBROS TITULARES



Heitor Schuch
PSB/RS



Herculano Passos
MDB/SP



Jerônimo Goergen
PP/RS



João Daniel
PT/SE



Jose Mario Schreiner
DEM/GO



Lucio Mosquini
MDB/RO



Luiz Nishimori
PL/PR



Mara Rocha
PSDB/AC



Marcelo Brum
PSL/RS



Marcon
PT/RS

MEMBROS TITULARES



Nelson Barbudo
PSL/MT



Neri Geller
PP/MT



Nivaldo Albuquerque
PTB/AL



Olival Marques
DEM/PA



Pedro Lupion
DEM/PR



Raimundo Costa
PL/BA



Severino Pessoa
Republicanos/AL



Tito
Avante/BA



Valmir Assunção
PT/BA



Vermelho
PSD/PR

MEMBROS TITULARES



Wilson Da Fetaemg
PSB/MG



Wilson Santiago
PTB/PB



Zé Silva
Solidariedade/MG



Zé Vitor
PL/MG

MEMBROS SUPLENTES

ADRIANO DO BALDY (PP/GO)

AFONSO MOTTA (PDT/RS)

ALCIDES RODRIGUES (PATRIOTA/GO)

BENES LEOCÁDIO (REPUBLICANOS/RN)

BETO PEREIRA (PSDB/MS)

BETO ROSADO (PP/RN)

CARLOS VERAS (PT/PE)

CÉLIO MOURA (PT/TO)

CHARLLES EVANGELISTA (PSL/MG)

CHRISTINO AUREO (PP/RJ)

CLEBER VERDE (REPUBLICANOS/MA)

DR. LUIZ OVANDO (PSL/MS)

DRA. SORAYA MANATO (PSL/ES)

EDUARDO BOLSONARO (PSL/SP)

EUCLYDES PETERSEN (PSC/MG)

FAUSTO PINATO (PP/SP)

FELIPE RIGONI (PSB/ES)

JAQUELINE CASSOL (PP/RO)

JOSÉ NELTO (PODE/GO)

JOSIVALDO JP (PODE/MA)

JUAREZ COSTA (MDB/MT)

JÚLIO CESAR (PSD/PI)

JÚNIOR FERRARI (PSD/PA)

LAERCIO OLIVEIRA (PP/SE)

LÍDICE DA MATA (PSB/BA)

LUCAS REDECKER (PSDB/RS)

LUIZÃO GOULART (REPUBLICANOS/PR)

MAGDA MOFATTO (PL/GO)

MARCELO MORAES (PTB/RS)

MARINA SANTOS (PL/PI)

MÁRIO HERINGER (PDT/MG)

MARLON SANTOS (PDT/RS)

MAURÍCIO DZIEDRICKI (PTB/RS)

NILSON PINTO (PSDB/PA)

NORMA AYUB (DEM/ES)

PADRE JOÃO (PT/MG)

PEDRO AUGUSTO BEZERRA (PTB/CE)

PEDRO UCZAI (PT/SC)

PEDRO WESTPHALEN (PP/RS)

RODRIGO AGOSTINHO (PSB/SP)

ROMAN (PATRIOTA/PR)

SERGIO SOUZA (MDB/PR)

SILVIA CRISTINA (PDT/RO)

TONINHO WANDSCHEER (PROS/PR)

VALDEVAN NOVENTA (PL/SE)



MARÇO

Aline Sleutjes é eleita presidente da Comissão de Agricultura

10 de março - Deputada anunciou que convidará ministra da Agricultura para apresentar as prioridades do ministério

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Aline Sleutjes anunciou que sua primeira medida será convidar a ministra da Agricultura para uma audiência pública

A deputada Aline Sleutjes (PSL-PR) foi eleita presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados para um mandato de um ano. Ao ser eleita, a deputada, integrante da Frente Parlamentar da Agropecuária, falou da importância do agronegócio brasileiros para a economia do País e para o mundo. “O agro representa 20% do PIB e bate recorde todos os anos na exportação”, disse.

A deputada destacou os esforços do agronegócio em relação ao desenvolvimento tecnológico do setor e defendeu a liberdade econômica dos produtores.

Ao assumir o cargo, anunciou a primeira medida a ser adotada à frente da comissão: vai convidar a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, para uma audiência pública. “A ministra é uma grande parceira do setor e terá a oportunidade de falar das prioridades do ministério”, disse.

A nova presidente da Comissão de Agricultura também manifestou sua preocupação em conciliar a produção rural e o meio ambiente.

“Posso assegurar que meio ambiente e agronegócio andam juntos”, ressaltou.

Aline Sleutjes está no seu primeiro mandato como deputada federal e, na Câmara, ocupou os cargos de vice-líder do PSL e do governo.

Foi relatora de dois projetos já aprovados pela Câmara e que aguardam votação no Senado: o PL 1494/2020, que permite o atendimento na modalidade tele-saúde para fins terapêuticos e terapêuticos educacionais; e o PL 2868/2019, que trata do apoio e integração social de pessoas com deficiências.

Aline Sleutjes é professora e, antes de chegar à Câmara, foi vereadora no município de Castro (PR) por dois mandatos.

É formada em Educação Física e tem pós-graduação em Gestão Escolar. No município de Castro, foi coordenadora do Departamento de Esporte e Lazer e diretora de escolas.

Oriunda de uma família de produtores rurais, Aline Sleutjes atua em defesa do setor desde seu primeiro mandato como vereadora, em 2004. Como deputada federal, ocupou uma secretaria na Frente Parlamentar da Agropecuária e atualmente é coordenadora institucional da entidade, com a atribuição de intermediar o diálogo da FPA com o Executivo e o Legislativo.

A deputada também atua na câmara setorial do Leite do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Reportagem - Antonio Vital
Edição - Wilson Silveira

Comissão lamenta morte de esposa de deputado no Paraná

12 de março - Comunicamos, com profunda tristeza, o falecimento da Senhora Marlene de Fátima da Silva Schiavinato, esposa do

Deputado Schiavinato (PP/PR), na data de hoje (12/03), em Brasília, Distrito Federal. Ela estava em tratamento de câncer, o qual, recentemente, agravou-se. Aos 64 anos, a Senhora Marlene tinha dois filhos e seis netos. O sepultamento contará somente com a presença de familiares.

A Comissão de Agricultura, por meio de sua presidente, Deputada Aline Sleutjes, solidariza-se com o Deputado Schiavinato, familiares, amigos e expressa as mais sinceras condolências por essa perda inestimável.

Comissão inicia o ano com aprovação de oito requerimentos e um projeto de lei

26 de março - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (24), os Requerimentos nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 9 de 2021, e o Projeto de Lei nº 9.407/2017.

Destacam-se a aprovação dos Requerimentos nº 7 e 9 de 2021 e do Projeto de Lei nº 9.407/2017.

O Requerimento nº 7/2021, de autoria dos Deputados Heitor Schuch e Vilson da Fetaemg, com vistas a debater a agricultura familiar e a produção orgânica de alimentos, foi aprovado com subscrição dos Deputados Celso Maldaner, Pedro Uczai, Frei Anastácio, Zé Silva, Evair Vieira de Melo e Aline Sleutjes. A CAPADR dará prosseguimento a esta aprovação com a realização de uma Audiência Pública, na qual se debaterá formas de dinamizar a tecnologia, regulamentação e incentivo para a viabilização da produção orgânica da agricultura familiar e dos empreendimentos rurais familiares.

Também aprovado, o Requerimento nº 9/2021, de autoria do Deputado Celso Maldaner, visa debater, por meio de uma Audiência Pública, a participação de países como Argentina e Uruguai sobre as importações e preços praticados

dos produtos lácteos e a suspensão das importações, bem como o relacionamento com o MERCOSUL. O requerimento teve a subscrição dos Deputados Jerônimo Goergen, Aline Sleutjes, Marcon, Evair Vieira de Melo, Vilson da Fetaemg, José Mario Schreiner, Pedro Lupion, Pedro Uczai, Frei Anastácio e Soraya Manato.

Por fim, ressalta-se o PROJETO DE LEI Nº 9.407/2017, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, que altera a Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000, para dispor sobre a armazenagem dos produtos agropecuários. O projeto teve como Relator o Deputado Alceu Moreira, o qual votou pela aprovação deste e do PL 930/2019, apensado, com substitutivo. Na ocasião, discutiram a matéria os Deputados Pedro Uczai e Felipe Rigoni. O propósito do projeto de lei é conferir maior segurança jurídica ao agronegócio, cujo sucesso depende do bom funcionamento da estrutura comercial e de armazenagem que serve ao setor. A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Agricultura proíbe armazéns de negociar produtos agropecuários sem autorização do depositário

26 de março - A proposta altera a Lei de Armazenagem

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou proposta que altera a Lei de Armazenagem (9.973/00) para proibir o responsável pela armazenagem de produtos agropecuários de vender ou reter produtos em seus armazéns sem a autorização do depositante.

Foi aprovado um substitutivo do relator, deputado Alceu Moreira (MDB-RS), para o Projeto de Lei 9407/17, do deputado Carlos Bezerra (MDB-MT). “Não se busca emprestar os bens lá depositados, muito pelo contrário, o intuito é apenas a manutenção do produto em local adequado para posterior manejo e aproveitamento, podendo o depositante dispor

do bem no momento que bem entender”, argumentou Moreira, ao defender a ideia inicial do autor.

Will Shutter/Câmara dos Deputados



Para Alceu Moreira, o projeto reforça o entendimento do STJ sobre o assunto e confere mais segurança jurídica ao setor agropecuário

Segundo o relator, o projeto reforça o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o assunto e, ao alterar a lei vigente, confere mais segurança jurídica ao setor agropecuário. "É prudente a positivação do entendimento do STJ no sentido de que o contrato de depósito para armazenagem de produtos agropecuários é regular, isto é, sem a transferência de propriedade dos bens depositados, mantendo-se o domínio dos produtos com o depositante, sem a eventual submissão desses bens à recuperação judicial do dono do armazém", concluiu.

Ao propor o projeto, Bezerra argumentou que algumas empresas, ao entrarem em situação de recuperação judicial, têm se negado a restituir produtos já vendidos e mantidos sob sua responsabilidade.

O substitutivo proposto por Moreira incorpora ainda algumas alterações previstas no Projeto de Lei 930/19, que trata do mesmo assunto. Uma delas estabelece que o dono do armazém, além de responder pela culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos por furtos, roubos ou danos aos produtos depositados, será responsabilizado ainda pela venda ou transferência não autorizada dos mesmos. Moreira, no entanto, excluiu a possibilidade de responsabilização de empregados ou prepostos.

Por fim, o projeto também passa a prever que prazo e preço da armazenagem, assim como outras condições contratuais, serão definidos por livre acordo entre as partes, e inclui regra para que informações sobre a procedência dos grãos constem de nota fiscal ou de documento correspondente que comprove as transações.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será ainda analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



ABRIL



MAIO

Comissão recebe ministra da Agricultura; acompanhe

05 de Maio - Tereza Cristina vai falar sobre os planos do Ministério para 2021

Jaelson Lucas/Agência de Notícias do Paraná



Deputados querem saber as prioridades e metas da pasta

A Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta quarta-feira (5), com a presença da ministra Tereza Cristina, para discutir as metas, planos e prioridades do Ministério da Agricultura para o ano de 2021.

A audiência atende pedido da deputada Aline Sleutjes (PSL-PR), presidente do colegiado.

Da Redação - RS

Ministra da Agricultura pede aprovação rápida de lei de regularização fundiária

05 de Maio - Tereza Cristina quer ainda a aprovação de crédito orçamentário para viabilizar o Plano Safra; deputados cobram solução para a queda no preço do leite e para falta de milho para pecuários

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, pediu a aprovação rápida, pelos parlamentares, do projeto de lei do governo que estabelece critérios para a regularização fundiária de imóveis do governo federal, incluindo assentamentos da reforma

agrária (PL 2633/20). Segundo a ministra, a aprovação vai facilitar, a entrega de títulos de propriedade de terra a agricultores, o que garante acesso a crédito rural e políticas públicas.

Ela participou de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (5), para discutir as metas, planos e prioridades do ministério para este ano. A audiência atendeu a pedido da presidente do colegiado, deputada Aline Sleutjes (PSL-PR).

Segundo a ministra, em 2020, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) entregou 109 mil títulos definitivos e provisórios de terra a agricultores, e a meta deve ser superada neste ano. “Para o corrente ano, espera-se emitir 130 mil títulos em assentamentos e glebas públicas, sendo que, destes 80 mil apenas na Amazônia Legal. Para o ano de 2022, o objetivo é alcançar a marca de 170 mil títulos”, disse.

A ministra disse ainda que tem o objetivo de ver implementado em todo o País, em prazo de até dois anos, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento que ajudará a definir se uma propriedade está aderente à legislação ambiental ou não. Ela anunciou o lançamento, ainda em maio, da plataforma Analisa CAR, que permitirá que estados acessem de maneira remota os registros do CAR.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Aline Sleutjes (C) foi quem pediu para ouvir a ministra

Grilagem

O deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP) defende a regularização fundiária, mas explicou por que a proposta vem causando polêmica na Câmara. “A gente tem medo muito grande, e esse medo tem impedido e dificultado a votação da matéria, de como separar o que merece ser regularizado daquilo que é grilagem de terras.”

O parlamentar pediu que o ministério, ao regulamentar a matéria após aprovação da lei, separe o que merece ser regularizado do que é grilagem. “Não vamos colocar grileiro para dentro. Temos que aprovar logo”, respondeu a ministra.

Incra

Já o deputado Valmir Assunção (PT-BA) acusou o Incra de enganar os assentados ao prometer a entrega do Contrato de Concessão de Uso (CCU) da terra, que deve ser recebido quando o agricultor é assentado e não é o título da terra de fato.

Além disso, o parlamentar acusou o Incra de descumprir a Constituição, ao não promover a reforma agrária. “Os artigos 184 e 185 dizem que todas as terras improdutivas devem ser destinadas para a reforma agrária, e até agora não vi em nenhum momento o Incra tentar cumprir esse artigo. E é preciso cumprir a Constituição independentemente se gosta ou não.”

O presidente do Incra, Geraldo Melo Filho, rebateu a acusação. “É verdade que este governo não fez ainda desapropriação de terras produtivas, mas a lei também diz que, quando o governo faz desapropriação de terras improdutivas tem que pagar por elas, e o governo não vinha pagando. Tanto que parte do que foi colocado no orçamento da União deste ano, mais de R\$ 30 bilhões de precatórios, é para pagamento de desapropriações que nunca foram pagas por governos anteriores”, disse.

Além disso, Melo Filho afirmou que o governo entrega o contrato de concessão da terra agora porque ele não foi emitido por governos anteriores, mas quer entregar também os títulos definitivos.

Plano Safra

No debate, a ministra pediu ainda apoio dos deputados para a rápida aprovação do projeto do governo que abre crédito suplementar de R\$ 19,768 bilhões para o Orçamento (PLN 4/21), para viabilizar o terceiro Plano Safra, para o biênio 2021-2022, que começa em 1º de julho. A ideia é enviar a proposta de plano para o Conselho Monetário até o fim de maio.

“Precisamos do orçamento para saber sobre o tamanho do Plano Safra para este ano”, explicou. Conforme ela, como “o cobertor é curto”, a ideia é priorizar o atendimento de pequenos e médios produtores, como ocorreu nos planos anteriores.

Tereza Cristina ainda pediu empenho para a aprovação do Projeto de Lei 1293/21, do Poder Executivo, que trata dos programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária.

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Sérgio Souza (MDB-PR), manifestou apoio à proposta. “Essa proposta de reorganizar a parte de vigilância sanitária, dando condições para a empresa que produz fazer a própria fiscalização, e o ministério auditar isso, é um avanço muito importante”, avaliou.

Milho e leite

No debate, alguns deputados, como Dra. Soraya Manato (PSL-ES) e General Girão (PSL-RN), reclamaram da falta de milho para atender aos produtores agropecuários de seus estados e alimentar bovinos, aves e suínos.

A ministra disse que a expectativa para a próxima safra é “muito boa”, de 108 milhões de toneladas, 17 milhões de toneladas a mais do que no ano passado. Segundo ela, o Brasil vem batendo recordes na produção de milho há dois anos, e o Ministério da Agricultura faz campanha para aumento da área do milho, cuja produção era desincentivada anteriormente.

Tereza Cristina anunciou ainda que deverá ser enviada em breve à Câmara medida provisória para criar mecanismos que permitam a compra de milho acima do preço mínimo de garantia, a fim de formar estoques para atender aos criadores de animais.

Outros deputados, como Jaqueline Cassol (PP-RO) e Domingos Sávio (PSDB-MG), pediram à ministra solução para a queda do preço do leite. A ministra disse que a solução está sendo estudada pelo ministério e prometeu dar retorno sobre o tema para os parlamentares até o fim do mês.

Cúpula da biodiversidade

A ministra da Agricultura destacou, por fim, a necessidade de os países da América do Sul pensarem em uma mensagem única da região para a Cúpula dos Sistemas Alimentares, que será promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro deste ano. "É uma cúpula que muito nos preocupa, porque um dos temas que estão lá colocados é a diminuição na alimentação da proteína animal, de carne de boi", ressaltou.

De acordo com Tereza Cristina, a produção pecuária é essencial para a economia brasileira e de outros países da América do Sul, como Argentina, Paraguai e Uruguai. "A Europa quer impor o seu sistema para o resto do mundo", opinou.

**Reportagem - Lara Haje
Edição - Natalia Doederlein**

Comissão de Agricultura discute critérios de sustentabilidade para o crédito rural nesta segunda

10 de Maio - Banco Central realiza duas consultas públicas sobre normativos

Gilson Abreu/Agência de Notícias do Paraná



Banco Central está revendo critérios de sustentabilidade para o crédito

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados vai discutir nesta segunda-feira (10) critérios de sustentabilidade aplicáveis na concessão de crédito rural.

O Banco Central colocou em consulta pública (82/21 e 85/21) minutas de atos normativos que preveem um conjunto de critérios de sustentabilidade aplicáveis na concessão de crédito rural e à caracterização de empreendimentos com restrições de acesso ao crédito rural em razão de dispositivos legais ou infralegais pertinentes a questões socioambientais.

"Em função dos impactos que pode trazer ao setor agropecuário, ao considerar legislações ambientais, trabalhistas e fundiárias, com potencial criação de barreiras normativas à contratação de crédito, torna-se relevante e urgente a discussão desse tema", afirma deputado José Mário Schreiner (DEM-GO), que pediu a realização do debate.

O parlamentar, que é presidente da Comissão de Política Agrícola da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Instituto Pensar Agropecuário, será um dos debatedores. Os outros expositores são:

- o diretor de Regulação do Banco Central do Brasil, Otávio Ribeiro Damaso;
- o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, César Halum;

- o subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais do Ministério da Economia, Rogério Boueri;
- o secretário da Amazônia e Serviços Ambientais do Ministério do Meio Ambiente, Joaquim Alvari Pereira Leite;
- o diretor-executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil, Fabrício Rosa;
- o diretor-executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão - Abrapa, Marcio Antonio Porto Carrero;
- o coordenador da Comissão de Meio Ambiente da CNA e do Instituto Pensar Agropecuário, Rodrigo Justus de Brito; e
- o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Da Redação - CL

Comissão debate importação de leite do Mercosul; acompanhe

12 de Maio - Produtores querem suspender importações da Argentina e do Uruguai

Arnaldo Alves/Agência de Notícias do Paraná



Produtores de leite se queixam da concorrência de países do Mercosul

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados promove, nesta quarta-feira (12), audiência pública sobre a importação de produtos lácteos de países do Mercosul. A audiência será realizada em conjunto com a Subcomissão Permanente do Leite (Subleite), que é vinculada à comissão.

Em fevereiro, em reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados, as entidades representativas do setor solicitaram ao Ministério da Agricultura a suspensão das importações de leite e derivados da Argentina e do Uruguai.

O deputado Celso Maldaner (MDB-SC), que solicitou a audiência pública, considera a concorrência com o leite importado dos países platinos injusta. Segundo ele, até hoje as normas ambientais dos países integrantes do Mercosul não foram harmonizadas.

"No Brasil, o pecuarista está sujeito a duras regras ambientais. Isso aumenta os seus custos de produção, mas ele obedece, porque sabe que a sustentabilidade ecológica é mesmo um objetivo importante", afirma. "O problema não está aí, mas sim em que o Brasil imponha esses custos aos seus próprios produtores e depois prefira comprar leite mais barato de fornecedores estrangeiros que não aderem a padrões igualmente rigorosos de preservação ambiental", argumenta.

Maldaner acrescenta que os produtores brasileiros vêm se queixando de que a quantidade de leite importada do Uruguai é incompatível com o nível da produção daquele país. "É possível que o país esteja adquirindo leite de outras economias, integrantes ou não do bloco, para em seguida revender no Brasil", afirma.

O deputado argumenta ainda que a situação do produtor brasileiro ficou mais difícil nos últimos anos, com a queda da renda do consumidor desde 2014, com a pandemia - que diminuiu ainda mais a renda das famílias e provocou a suspensão de compras para a merenda escolar - e com o aumento do preço da ração usada para a criação.

Debatedores

O presidente do Sindileite-SC, Valter Antônio Brandalise, participará da audiência. Também foram convidados representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Ministério das Relações Exteriores; da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e

Investimentos (Apex-Brasil); da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB); da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abraleite); e da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

Da Redação – CL

Comissão rejeita emendas do Senado a projeto que incentiva produção de café de qualidade

19 de Maio - Política prevê instrumentos como crédito rural, pesquisa, assistência técnica, seguro rural e certificação dos produtos

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados rejeitou, nesta quarta-feira (19), as modificações feitas pelo Senado no Projeto de Lei 6021/19, que cria a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade. O colegiado optou por manter o texto aprovado pela Câmara em 2017 (PL 1713/15, antes da mudança de numeração).

O objetivo do projeto, do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), é elevar o padrão de qualidade do café brasileiro, por meio do estímulo à produção, industrialização e comercialização de grãos de categorias superiores. O texto considera “superiores” os cafés classificados como de alto padrão de qualidade por suas características físicas, químicas e sensoriais, conforme processos de análise e certificação reconhecidos pelo poder público.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Franco Cartafina: projeto teve amplo debate e entendimentos alcançados

O parecer do relator, deputado Franco Cartafina (PP-MG), foi pela manutenção do texto aprovado pela Câmara e pela rejeição das emendas do Senado. Uma das emendas substituiu o Conselho Deliberativo da Política do Café pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como órgão competente pela formulação e execução da política. A outra emenda excluiu do projeto dispositivo que prevê que, da espécie *Coffea canephora*, apenas as variedades conhecidas como *robusta* ou *conillon* poderão ser beneficiadas e comercializadas.

Conforme Franco Cartafina, esses temas “já foram alvo de debate na tramitação inicial da matéria nesta Casa, e passaram a compor o texto após amplo debate e entendimentos alcançados, inclusive no âmbito desta comissão”.

Instrumentos da política

Entre os instrumentos da política aprovada pela Câmara, estão previstos o crédito rural; a pesquisa agrícola e o desenvolvimento tecnológico; a assistência técnica e a extensão rural; o seguro rural; a capacitação gerencial e a formação de mão de obra qualificada; o associativismo, o cooperativismo e os arranjos produtivos locais; e as certificações dos produtos, entre outros.

Tramitação

As emendas do Senado ainda serão analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara.

Reportagem - Lara Haje
Edição - Cláudia Lemos

Comissão de Agricultura discute abastecimento de grãos para o setor de carnes;

21 de Maio - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados discute, nesta sexta-feira (21), as dificuldades de abastecimento de milho e soja e os seus impactos para o setor de criação de animais.

Cristiano Estrela/Governo de Santa Catarina



Deputado alerta que falta de grãos prejudicará produção de aves e ovos

“Com os custos de produção aumentando e a perspectiva de falta de grãos, já identificamos problemas para a manutenção das agroindústrias produtoras de frango, suínos e ovos”, alertou o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que pediu a realização da audiência pública.

O parlamentar lembra que, em abril, o Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) suspendeu novamente a alíquota do imposto de importação aplicado às importações de milho, soja, óleo de soja e farelo de soja. A medida vale até 31 de dezembro de 2021.

Debatedores

Foram convidados para discutir o assunto:

- o diretor de Comercialização e Abastecimento da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Silvio Farnese;
- o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin;
- o presidente da Associação Gaúcha de Avicultura (ASGAV), José Eduardo dos Santos; e
- o presidente da Associação de Criadores de Suínos

do Rio Grande do Sul (ACSURS), Valdecir Luís Folador.

Da Redação - ND

Comissão aprova proposta que prioriza produção da agricultura familiar na compra de alimentos pelo SUS

26 de Maio - Postos e hospitais deverão dar prioridade à aquisição direta de produtos de agricultores familiares, pescadores artesanais, silvicultores e extrativistas

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (26), o Projeto de Lei 3663/20, o qual determina que as unidades do Sistema Único de Saúde (SUS), como postos e hospitais, priorizem a compra direta de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares, pescadores artesanais, silvicultores e extrativistas, observados preços compatíveis com os de mercado.

O texto, de autoria da deputada Professora Dayane Pimentel (PSL-BA), altera a Lei Orgânica da Saúde. Conforme o projeto, o poder público apoiará a produção e a regularização sanitária dos gêneros alimentícios adquiridos.

Regulamentação posterior poderá estabelecer percentuais mínimos de aquisição dos produtos.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Mosquini: prioridade de compra para escolas já é bem-sucedida

O parecer do relator, deputado Lucio Mosquini (MDB-RO), foi pela aprovação do texto. "Os pescadores artesanais e demais agricultores familiares formam um segmento social especialmente desfavorecido e que precisa de todo o apoio possível para prosperar de forma sustentável no meio rural", disse.

Para ele, a proposta é especialmente relevante e urgente no contexto atual de pandemia de Covid-19, que provocou "drástica redução na renda de milhões de famílias do campo, tornando-as ainda mais vulneráveis".

O parlamentar destaca que a medida complementa outras ações bem-sucedidas que promovem a aquisição de alimentos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Tramitação

A proposta ainda será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Lara Haje
Edição - Cláudia Lemos

Comissão aprova proposta que obriga uso de cães farejadores na vigilância sanitária de aeroportos

26 de Maio - Texto também prevê sanções para quem trazer do exterior produtos de interesse agropecuário de uso proibido, controlado, restrito ou de risco

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (26), proposta que torna obrigatório o uso de cães farejadores nas ações de auditoria fiscal agropecuária realizadas em portos, aeroportos e postos de fronteira internacional.

Pelo texto, regulamento estabelecerá a quantidade de cães farejadores a ser empregada em cada porto, aeroporto e posto, bem como os prazos para o cumprimento da medida. As despesas correrão à conta das dotações consignadas na lei orçamentária anual ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Maryanna Oliveira/Câmara dos Deputados



Alceu Moreira: cães têm alta eficácia e baixo custo

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Alceu Moreira (MDB-RS), ao Projeto de Lei 6028/19, do deputado Neri Geller (PP-MT). Segundo Moreira, muitos passageiros insistem em trazer irregularmente em suas bagagens produtos de origem animal como carnes, queijos, peixes e outros, provocando "risco de introdução no território nacional de doenças exóticas que podem levar à perda da condição sanitária requerida para exportações brasileiras de produtos de origem animal".

O relator destaca que, no Brasil, o Sistema Vigiagro, do Ministério da Agricultura, já tem equipes de cães farejadores atuando no Aeroporto de Curitiba (PR), no Centro de Encomendas Internacionais dos Correios em São José dos Pinhais (PR) e no Centro Nacional de Detecção em Brasília (DF).

Conforme o parlamentar, as equipes têm demonstrado eficiência maior na inspeção de bagagens, encomendas postais, cargas e veículos

que ingressam no País do que a fiscalização realizada com equipamentos de raio-x.

Custos

Alceu Moreira afirma que, conforme informações do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Agropecuários, o custo por animal em atuação é de cerca de R\$ 3,5 mil por mês, ou R\$ 42 mil anuais, sendo que seriam necessários de 80 a 100 cães para cobrir minimamente toda a extensão de fronteira do País. "A expansão programada das equipes caninas para os 14 aeroportos internacionais do País deverá gerar uma despesa anual de cerca de R\$ 4,11 milhões", apontou.

"O uso de cães farejadores na vigilância agropecuária internacional tem um custo menor do que outras medidas tradicionais de fiscalização, com alta eficácia e eficiência, e nos parece ser uma despesa justificável, compatível com as disponibilidades orçamentárias e capaz de ser executada sem prejuízo das demais ações de defesa agropecuária", concluiu.

Penalidades

No substitutivo, o relator acrescentou penalidades para os viajantes provenientes do exterior que ingressam com produtos de interesse agropecuário de uso proibido, controlado, restrito ou de risco. "Atualmente não há claro amparo jurídico para a aplicação de sanções a esse tipo de infração", observou.

Pelo texto aprovado, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, separada ou cumulativamente: advertência; apreensão e condenação do produto; e multa de até R\$ 5 mil.

Tramitação

A proposta ainda será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Lara Haje
Edição - Cláudia Lemos

Comissão aprova projeto que prioriza mulheres microempendedoras na concessão de crédito rural

26 de Maio - Proposta beneficia mulheres que se dedicam à agricultura, ao extrativismo, a pequenas agroindústrias, ao turismo rural e ao artesanato

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Soraya Manato: medida vai contribuir para gerar renda e movimentar a economia local

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (26), o Projeto de Lei 2501/20, que obriga o Poder Executivo a privilegiar a concessão de crédito e assistência técnica para as mulheres do campo que exerçam atividade microempendedoras, em regime familiar.

Pela proposta, do deputado Vilson da Fetaemg (PSB-MG) e de outros nove deputados do PSB, deverão ser beneficiadas mulheres que se dediquem à agricultura, ao extrativismo, a pequenas agroindústrias, ao turismo rural e ao artesanato.

Ainda segundo o texto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deverá abrir uma linha de crédito específica para as microempendedoras rurais, com taxa de juros iguais ou inferiores à taxa Selic. O recurso deverá ser depositado no banco onde a empreendedora tiver conta.

As mulheres também terão acesso a recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) - estatal vinculada ao Ministério da Ciência,

Tecnologia e Inovações - para aplicar em atividades inovadoras.

O parecer da relatora, deputada Dra. Soraya Manato (PSL-ES), foi favorável à proposta. "As medidas são oportunas do ponto de vista econômico e social, pois, simultaneamente, contribuirão para a geração de renda e a criação de postos de trabalho no âmbito das atividades desenvolvidas por mulheres no campo e conferirão maior dinamismo às economias locais", avaliou.

Tramitação

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões dos Direitos da Mulher; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Lara Haje
Edição - Cláudia Lemos

Comissão de Agricultura cria colegiado para acompanhar cadeia produtiva do leite;

28 de Maio - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

da Câmara dos Deputados instala nesta sexta-feira (28) a Subcomissão Permanente da Produção de Leite.

Cláudio Fachel/Palácio Piratini



Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil estima que, em 2019, foram produzidos 34,8 bilhões de litros de leite no País

A instalação está marcada para as 10 horas, no plenário 6, em seguida serão eleitos os dirigentes do colegiado.

De acordo com o Regimento Interno da Câmara, cada comissão pode ter até três subcomissões permanentes e três especiais.



JUNHO

Comissão promove debate sobre plano agrícola diante da pandemia; acompanhe

Jaelson Lucas/Agência de Notícias do Paraná



Comissão vai debater o apoio governamental ao setor agrícola

02 de Junho - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta quarta-feira (2) para discutir com representantes do setor produtivo e do governo o Plano Agrícola e Pecuário 2021/2022.

Entre os convidados estão o diretor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Bruno Barcelos Lucchi; o presidente da Aprosoja, Antonio Galvan; o diretor do Departamento de Crédito e Informação do Ministério da Agricultura, Wilson Vaz; e o chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro do Banco Central, Cláudio Filgueiras Pacheco Moreira.

O deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO), que pediu a audiência, informa em seu requerimento que, diante do presente cenário de pandemia da Covid-19 e contração da atividade econômica, "é urgente que se discuta o apoio a ser dado pelo Estado ao setor produtivo agropecuário, cuja força sustentou o País e impediu que a crise se agravasse ainda mais".

Da Redação – RS

Negociações em torno do novo Plano Safra podem ir até 30 de junho, segundo ministério

02 de Junho - Entidades agrícolas celebram aprovação, pelo Congresso, da proposta que recompõe o orçamento do plano

Entidades agrícolas celebraram a aprovação pelos parlamentares, nesta terça-feira (1º), do Projeto de Lei do Congresso (PLN 04/21) que recompõe o orçamento destinado ao Plano Safra 2021/22 e apresentaram suas demandas. O Plano Safra é a principal política de crédito pública para os agricultores. O assunto foi discutido em audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (2).

Diretor do Departamento de Crédito e Informação do Ministério da Agricultura, Wilson Vaz prevê para o dia 20 de junho a divulgação do Plano Safra para o biênio 2021/2022, mas disse que é possível que as negociações prossigam até 30 de junho. O novo plano deveria entrar em vigor no dia 1º de julho.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Wilson Vaz prevê divulgação do novo plano para 20 de junho

Wilson Vaz foi um dos que comemorou a aprovação do PLN 4/21, que também vai permitir a reabertura das contratações de linhas de crédito do Plano Safra atual (2020/2021). As contratações haviam sido suspensas no início de maio. "Ainda temos para ser contratados R\$ 9,5 bilhões do Plano Safra 2020/2021", informou. Segundo ele, com essas últimas contratações, o valor total de

recursos do Plano Safra atual deve chegar a quase R\$ 250 bilhões. Desse montante, R\$ 11,5 bilhões foram recursos do Tesouro Nacional.

Com o aumento dos custos de produção, das taxas de juros e da inflação, Vaz disse que mais recursos do Tesouro seriam necessários no novo plano. "Para fazer a mesma coisa do ano passado, sem alterar as condições de juros e os prazos de financiamento, precisaríamos de pelo menos R\$ 15 bilhões de recursos orçamentários para fazer o mesmo Plano Safra. Temos consciência de que não temos essa disponibilidade hoje", disse.

Diante disso, segundo ele, as demandas não poderão ser todas atendidas, e a orientação do Ministério da Agricultura é dar prioridade no novo Plano Safra para o apoio aos pequenos e médios produtores, como aconteceu no plano atual. Além disso, a ideia é priorizar a concessão de crédito para financiar a adoção de tecnologias e práticas sustentáveis, programas de irrigação, de construção de armazéns e de assistência técnica. O governo quer continuar estimulando a expansão de mecanismos privados de financiamento.

Recursos do Tesouro

Subsecretário de Gestão Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional, Adriano Pereira de Paula disse que a prioridade do governo no momento é a saúde e o apoio à população vulnerável. Sobre os recursos para o próximo Plano Safra, afirmou: "Estamos em negociação e vamos tentar chegar ao melhor termo possível."

"O cobertor é curto, o recurso precisa cobrir lacunas de anos anteriores, e algumas prioridades vão ter que ser colocadas", avaliou o deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO), que pediu a audiência. Na visão dele, as prioridades do novo Plano Safra incluem: armazenagem da produção agrícola dentro das propriedades; programas como o de agricultura de baixo carbono e outros que garantam a agricultura sustentável; programas de custeio agrícola, já que o custo de produção aumentou; e a ampliação do seguro rural.

Já para o deputado Zé Silva (Solidariedade-MG) é preciso ter mais previsibilidade para dar segurança jurídica para os investidores. "A falta de planejamento é uma praga que o setor ainda enfrenta", afirmou

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Jose Mario Schreiner : "Recurso precisa cobrir lacunas de anos anteriores"

Demandas do setor

Bruno Lucchi, diretor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), espera que o novo Plano Safra não tenha atraso e em 1º de julho os recursos estejam disponíveis para produtores. A entidade defende a previsibilidade de orçamento e a garantia, neste ano, de orçamento de R\$ 15 bilhões para equalização de taxas de juros e de R\$ 1,6 bilhão para a subvenção econômica ao seguro rural.

Coordenador do Ramo Agropecuário da Organização das Cooperativas do Brasil, João Prieto pediu a retomada dos programas de subvenção ao financiamento agropecuário do Plano Safra suspensos em maio, com a aprovação do PLN 4/21. Ele defende, no novo plano, a manutenção da arquitetura de crédito vigente no plano atual, e pediu ainda que as linhas destinadas a investimentos sejam priorizadas, "porque são importantes para o setor e para as comunidades onde estão as cooperativas, gerando renda e emprego". Entre outras propostas, também defendeu orçamento robusto para o seguro rural, com destinação de R\$ 1,5 bilhão para o programa de seguro rural.

Para o assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Décio

Sieb, a aprovação do PLN 4/21 não é o suficiente. "Precisamos fazer esforço, Congresso e governo, para garantir recursos para a conclusão desta safra e para a próxima safra, para que não cheguemos em janeiro do ano que vem e tenhamos dificuldades", ressaltou. Ele pediu atualização do teto do investimento e taxas de juros diferenciadas para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Soja, Antonio Galvan defendeu o investimento na armazenagem de safras. "Não adianta termos safra maior sem ter onde guardar a produção com tranquilidade. Essa em princípio é nossa maior demanda", apontou.

Participação de bancos privados

Na audiência, o chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro, do Banco Central, Cláudio Filgueiras Moreira, destacou que a Lei do Agro ([Lei 13.986/20](#), advinda da MP 897/19), aprovada no ano passado), permitiu que os grandes produtores fossem atendidos por crédito de bancos privados, por meio de recursos não controlados. A ideia agora, segundo o representante do Banco Central, é simplificar ainda mais e modernizar a regulamentação do crédito rural.

"Que o recurso chegue ao produtor, na medida certa, tempestivo. Não adianta chegar recursos depois do momento que o produtor precisa. Por isso, nós temos que tornar a parte da concessão de crédito mais simples e mais fluida. E investir para que os produtores que possam buscar recursos livres continuem buscando e os demais sejam apoiados na medida correta pelos planos de governo e programas governamentais."

Diretor para Assuntos de Crédito Rural da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Rafael Baldi destacou que o volume de crédito disponibilizado pelos bancos privados para os produtores rurais aumentou mais de 20% do ano-safra anterior para o atual. Mas, segundo ele, o grande vilão que impede que os recursos cheguem

ao produtor rural é o processo que deve ser seguido para contratação dos recursos.

A Febraban sugere a criação de banco de dados oficial que permita que as instituições financeiras possam acessar os produtores aprovados pelo ministério para o crédito direcionado. Baldi pede que seja imputado ao produtor, e não ao banco, o direcionamento correto dos recursos. Segundo ele, hoje a fiscalização cabe aos bancos.

**Reportagem - Lara Haje
Edição - Ana Chalub**

Comissão de Agricultura aprova projeto que institui política de incentivo à motorização elétrica no meio rural

10 de Junho - Proposta pretende incentivar novas tecnologias que tornem o processo produtivo mais eficiente e menos poluente

Will Shutter/Câmara dos Deputados



Moreira: é importante incentivar o desenvolvimento dessas tecnologias

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (9), proposta que institui uma política para estimular o uso da propulsão elétrica em máquinas agrícolas, como tratores, implementos, motocultivadores e motobombas.

Conforme o texto, a Política Nacional de Incentivo à Motorização Elétrica Agrícola será adotada em todas as cadeias produtivas agropecuárias, envolvendo desde a pesquisa até a fabricação de equipamentos. O poder público federal elaborará um plano de ações e metas para a consecução dos objetivos da política de estímulo.

A medida está prevista no Projeto de Lei 2427/20, do deputado Marcelo Brum (PSL-RS). O relator no colegiado, deputado Alceu Moreira (MDB-RS), recomendou a aprovação da matéria.

Moreira destacou que, entre as vantagens relacionadas ao uso de máquinas com motorização elétrica, estão custos menores de operação e manutenção e novas possibilidades de uso de equipamentos associados que dispensam o uso de correias, tomadas de força e outras engrenagens.

“Além da importância de incentivar o desenvolvimento dessas tecnologias no Brasil, nos parece oportuno aproveitar as possibilidades de autogeração de eletricidade nas propriedades rurais por meio do aproveitamento das potencialidades de energia eólica, solar e hidráulica e também de biomassa e biogás, para o carregamento das baterias que propulsionam tratores, caminhões, máquinas e equipamentos agrícolas”, afirmou o relator.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

**Reportagem - Noéli Nobre
Edição - Natalia Doederlein**

Comissão faz visita técnica a Minas Gerais para conhecer realidade do setor leiteiro

11 de Junho - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realiza visita técnica,

nesta sexta-feira (11), ao Campo Experimental da Embrapa Gado de Leite, no município de Coronel Pacheco (MG). A visita começa às 9h30.

Cláudio Fachel/Palácio Piratini



Visita será a Campo Experimental da Embrapa Gado de Leite

A deputada Aline Sleutjes (PSL-PR) é a autora do requerimento para conhecer a experiência mineira da Embrapa. Segundo ela, a ideia é colher subsídios e informações sobre os problemas enfrentados pelo setor leiteiro no País.

Da Redação - RS

Comissão debate projeto que cria Política de Incentivo ao Cacau de Qualidade; acompanhe

11 de Junho - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta sexta-feira (11) sobre o tema "Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade". A reunião ocorrerá no plenário 11, a partir das 9 horas.

Marco Nascimento/Agência Pará



Projeto quer devolver ao Brasil título de maior produtor de cacau do mundo

Participarão da discussão: a diretora-executiva da Associação das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), Anna Paula Losi; o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados, Ubiracy Fonseca; o diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Waldeck Pinto de Araújo Júnior; o ex-superintendente dessa comissão executiva Juvenal Maynard; o diretor do Centro de Inovação do Cacau, Cristiano Villela Dias; o representante dos consórcios de municípios da Bahia e adjacências, Antônio Valet; e o idealizador do Projeto Cacau 550@, Ivan Costa.

O deputado Tito (Avante-BA), que propôs a realização da audiência, disse que o objetivo é debater o Projeto de Lei 4107/19, de autoria do senador Angelo Coronel (PSD-BA).

"A proposta, já aprovada no Senado Federal, e almeja promover a produtividade, industrialização e comercialização do cacau em maior escala, devolvendo assim ao Brasil o título de maior produtor de cacau do mundo", observou.

Da Redação - RS

Comissão aprova parâmetros de política permanente para ovinocaprinocultura

11 de Junho - Proposta inclui crédito e seguro específicos, política de comercialização e concessão de financiamento

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Schreiner: agricultura familiar responde pela maior parte da produção do setor

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (9), proposta do Senado que define os parâmetros para a elaboração de políticas públicas voltadas para a ovinocaprinocultura.

O Projeto de Lei 6899/17 recebeu parecer favorável do relator, deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO). Ele também recomendou a aprovação de uma emenda da Comissão de Educação.

A emenda exclui do texto a obrigação de inclusão de produtos da ovinocaprinocultura, como carne e leite, nos cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que financia a merenda escolar nas escolas públicas.

O relator da proposta afirmou que o projeto vai fortalecer a onivocaprinocultura, contribuindo para a geração e distribuição de renda na agricultura familiar, que responde pela maior parte da produção nacional. Segundo dados do Sebrae, no Brasil existem mais de 26 milhões de cabeças de ovinos e caprinos.

"A parametrização das políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento da ovinocaprinocultura será uma enorme contribuição para superar o atual estágio de baixa produtividade dos rebanhos", disse Schreiner.

Ele lembrou que o Congresso Nacional aprovou um projeto, transformado na Lei

13.854/19, que institui a Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura. No entanto, considera que a proposta do Senado “é mais completa”.

Regras

Para o produtor, o texto aprovado traz dois pontos importantes. Primeiro, determina que o Plano Agrícola e Pecuário anual deve ter ações específicas para a ovinocaprinocultura, incluindo crédito e seguro específicos.

Depois, garante uma política de comercialização para os produtores, por meio da compra dos produtos (lã, carne, pele, leite e seus derivados) por preços mínimos, fixados nos mesmos moldes dos demais produtos agropecuários, como café e soja.

Também será fornecida concessão de financiamento, com ou sem opção de venda do produto, inclusive para industrialização, acondicionamento, beneficiamento, armazenamento, transporte e distribuição da produção. Além disso, a política de comercialização deverá simplificar procedimentos de importação e exportação de animais vivos e sêmen.

O texto também traz as linhas gerais que devem ser seguidas pelas políticas públicas para as duas cadeias produtivas (ovinos e caprinos). Isso inclui planejamento, levantamento estatístico da produção e critérios unificados de fiscalização e controle sanitário. O planejamento levará em conta questões como crédito e seguro rural, assistência técnica, tributação, pesquisa, sanidade, capacitação e transporte.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora nas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Janary Júnior
Edição - Marcia Becker

Comissão aprova projeto que inclui tecnologia em política da agricultura familiar

11 de Junho - Política da agricultura familiar também deverá levar em consideração o desenvolvimento sustentável

Arquivo/Câmara dos Deputados



Juarez Costa: questão tecnológica é importante para fortalecimento da agricultura familiar

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (9), o Projeto de Lei 5826/19, que inclui a inovação e o desenvolvimento tecnológico entre as diretrizes a serem observadas na formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar.

A proposta é de autoria do deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO) e recebeu parecer favorável do relator, deputado Juarez Costa (MDB-MT). Ele apresentou uma emenda para determinar que a política da agricultura familiar também leve em consideração o desenvolvimento sustentável.

Juarez Costa disse que o projeto é importante porque não foca apenas em financiamento e comercialização, aspectos geralmente priorizados em políticas públicas para o campo.

“É preciso avançar nos pontos que ainda constituem um entrave para a promoção do crescimento e fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. Nesse contexto, a questão tecnológica merece destaque”, disse.

O texto aprovado altera a Lei 11.326/06, que estabeleceu as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Reportagem - Janary Júnior
Edição - Marcia Becker

Comissão debate projeto que substitui fiscalização agropecuária por programas de autocontrole

14 de Junho - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados promove, nesta segunda-feira (14), uma audiência pública sobre autocontrole nas atividades agropecuária e agroindustrial.

Fernando Vivas/GOVBA



Rebanho sendo vacinado contra a febre aftosa

O debate foi solicitado pelos deputados Jerônimo Goergen (PP-RS), Pedro Lupion (DEM-PR) e Aline Sleutjes (PSL-PR) para discutir o Projeto de Lei 1293/21, que está em análise na comissão. A proposta, do Poder Executivo, substitui a legislação atual de defesa sanitária por um novo modelo de fiscalização agropecuária baseado em programas

de autocontrole executados pelos próprios agentes regulados (produtores agropecuários e indústria).

O texto trata ainda dos procedimentos aplicados pela defesa agropecuária e institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, para estimular o aperfeiçoamento dos sistemas de garantia de qualidade dos agentes regulados. O governo afirma que o aperfeiçoamento da fiscalização agropecuária é uma exigência do mercado.

"Pretende-se ampliar a discussão e esclarecer dúvidas acerca dos programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário", justifica Jerônimo Goergen.

Convidados

Foram convidados para discutir o assunto com os parlamentares, entre outros:

- o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, José Guilherme Leal;
- o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical), Janus Pablo Fonseca de Macedo;
- o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Antônio Jorge Camardelli.

Da Redação – MB

Comissão debate falta de milho para criadores; acompanhe

21 de Junho - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realiza audiência

pública nesta segunda-feira (21) para tratar da escassez de milho para a produção agropecuária.

Cláudio Neves/Portos do Paraná



País vem batendo recordes na produção de milho, que está escasso para o mercado interno

Confirmaram presença na audiência a assessora da Diretoria de Operações e Abastecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Denise Deckers do Amaral; o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin; e o presidente institucional da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), Cesário Ramalho. Veja a lista completa de convidados.

Preço mínimo

A deputada Soraya Manato (PSL-ES), que pediu a audiência, lembra que, apesar de o País bater recordes na produção de milho há dois anos, os produtores seguem sofrendo com a falta do insumo do milho.

A deputada defendeu a edição de medida provisória, conforme promessa da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que permita a "compra de milho acima do preço mínimo de garantia, a fim de formar estoques para atender aos criadores de animais".

Da Redação - RS

Comissão aprova política de desenvolvimento sustentável de microbacias hidrográficas

23 de Junho - Proposta prevê recuperação do solo, recomposição de matas ciliares e preservação da biodiversidade local

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (23) proposta que cria a Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas.

Maryanna Oliveira/Câmara dos Deputados



Zé Vitor acatou as emendas vindas da Comissão de Meio Ambiente

O Projeto de Lei 4778/19 é do deputado Christino Aureo (PP-RJ) e tem por objetivo orientar os agricultores a usar corretamente os recursos hídricos e a vegetação localizados mais próximos às nascentes dos rios.

O texto recebeu parecer favorável do relator, deputado Zé Vitor (PL-MG). Para ele, a proposta "tem potencial de impactar positivamente na qualidade de vida da população residente nas zonas rurais, podendo influenciar no fortalecimento dos atores locais e aumento das práticas de sustentabilidade ambiental."

Vitor recomendou a aprovação das emendas propostas pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, onde o projeto já foi analisado.

Ações prioritárias

Conforme o projeto, a Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas terá âmbito nacional e

contará com ações prioritárias. Entre elas, a capacitação de agricultores, a difusão de tecnologias apropriadas em manejo e conservação de solo, a introdução de práticas de cobertura de solo e de agricultura orgânica, a recomposição de matas ciliares, a conservação da biodiversidade local e o estímulo à criação de conselhos gestores das microbacias.

A microbacia hidrográfica é definida como a área fisiográfica, inclusive sua cobertura vegetal, drenada por curso d'água ou por sistema de cursos d'água conectados de até terceira ordem na hierarquia fluvial e que convergem, direta ou indiretamente, para um leito ou espelho d'água. Atualmente, não existe uma definição legal para estas microbacias.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Reportagem – Janary Júnior
Edição – Roberto Seabra

Comissão de Agricultura aprova projeto que amplia recursos para Embrapa

24 de Junho - Recursos serão obtidos por meio de transferência de tecnologia e licenciamento de produtos

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Redecker: proposta fortalece instituição ao garantir maior autonomia financeira

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (23), o Projeto de Lei 5999/19, que autoriza a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) a receber os recursos oriundos de transferência de tecnologias e licenciamento comercial dos seus produtos e serviços. O projeto já foi aprovado pelo Senado. Na Câmara, recebeu parecer favorável do relator, deputado Lucas Redecker (PSDB-RS).

O projeto altera a Lei 5.851/72, que criou a Embrapa. Atualmente, não existem mecanismos jurídicos que permitam que a empresa de pesquisa fique com os recursos obtidos de licenciamento de produtos e transferência de tecnologia.

Para o relator, a proposta fortalece a instituição, que ganha mais uma fonte de receita. Hoje, a Embrapa recebe recursos do Orçamento da União e de convênios ou contratos de prestação de serviços.

“Sem que haja maior autonomia [financeira], contingenciamentos orçamentários de recursos da União, em um cenário de restrição fiscal crescente, devem dificultar cada vez mais o planejamento e a execução de suas atividades”, disse Redecker.

O projeto determina também que os recursos arrecadados por meio de contratos de transferência de tecnologia deverão ser aplicados exclusivamente em pesquisa.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Janary Júnior
Edição - Marcia Becker

Comissão vai debater projeto que cria Política Nacional de Economia Solidária

28 de Junho - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta segunda-feira (28) para debater o Projeto de Lei 6606/19, que trata da Política Nacional de Economia Solidária.

Camila Souza/Governo da Bahia



Proposta pode impactar 19 mil empreendimentos solidários do País

Foram convidados para a audiência:

- o presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil), Leonardo Pinho;
- a vice-presidente da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas) e presidente da Unicatadoras, Claudete Costa; e
- a coordenadora-executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Tatiana Valente.

Reconhecimento do Estado

A deputada Mara Rocha (PSDB-AC), relatora do PL 6606/19 (antigo PL 4685/12), acredita que o projeto impactará diretamente em mais de 19 mil empreendimentos solidários existentes no País, e poderá influenciar na criação de muitos outros, gerando emprego e renda para as comunidades.

"É extremamente relevante que o Estado reconheça legalmente a existência das organizações da economia solidária e que se empenhe na implementação de políticas públicas destinadas a incentivá-las, com linhas de crédito e facilidades de operações", disse Mara Rocha.

A proposta aguarda votação na Comissão de Agricultura.

Da Redação – RS

Comissão discute criminalidade e segurança no campo

30 de Junho - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados promove nesta quarta-feira (30) audiência pública sobre criminalidade e segurança no campo.

Joel Rodrigues/Agência Brasília



Deputados querem incentivar programas de segurança no campo

A audiência foi solicitada pela deputada Aline Sleutjes (PSL-PR) e pelo deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO). Eles pretendem conhecer programas específicos de segurança para o setor rural e difundir as boas práticas. "Precisamos fazer uma política consistente e integrada de prevenção e combate à violência contra produtores e trabalhadores rurais", defendem os parlamentares no requerimento em que pedem o debate.

Entre as ações desenvolvidas, eles destacam a realização de patrulha georreferenciada, a criação de unidades especializadas de combate à criminalidade no campo e meios acessíveis de comunicação com a população.

Foram convidados para discutir o assunto com os deputados, entre outros:

- o assessor jurídico da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), Augusto César de Andrade;
- o comandante do Batalhão Rural da Polícia Militar de Goiás, tenente-coronel André Luiz de Carvalho; e
- o comandante do Batalhão de Policiamento Rural da Polícia Militar do Distrito Federal, major Aداون Santana.

Da Redação - CL

Polícias militares apresentam à Comissão de Agricultura ações contra a criminalidade no campo

Deputada defende punição mais rigorosa para invasores de propriedades rurais

30 de Junho - Representantes das polícias militares de diversos estados e do Distrito Federal relataram nesta quarta-feira (30) à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados ações estratégicas desenvolvidas para combater a criminalidade no campo. A audiência pública foi proposta pelos deputados Jose Mario Schreiner (DEM-GO) e Aline Sleutjes (PSL-PR), que defendeu o aumento da punição para invasores de propriedades rurais.

“Temos números que demonstram a necessidade de se trabalhar com boas práticas de segurança pública rural”, observou Sleutjes. Citando dados do Instituto da Confederação Nacional da Agricultura (ICNA), ela informou que 49% das ocorrências em propriedades rurais são furtos; 33%, roubos; 12%, depredação; 3,5%, assassinatos; e 3%, queimadas “É importante destacar que 54% dos crimes envolvem a pecuária de corte e de leite.”

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Capitão Íncare, na tela, e deputada Aline Sleutjes

O capitão Íncare de Jesus, da Polícia Militar do Paraná, lembrou que o estado é um dos pioneiros no policiamento do campo, contando com uma patrulha rural comunitária desde 2009. “Trabalhamos agora na implantação da Patrulha Rural 4.0, que envolve a atualização de procedimentos, o estímulo à mobilização comunitária e, principalmente, a integração de sistemas e a digitalização e unificação do banco de dados”, disse.

Como referências, ele citou o patrulhamento georreferenciado utilizado em Goiás; a rede de segurança rural de Santa Catarina; o programa Guardiã Rural do Distrito Federal; a Rede Rural Protegida de Minas Gerais; e a Ronda Rural Georreferenciada da Bahia.

Comandante do Batalhão Rural de Goiás, o tenente-coronel André Luiz de Carvalho disse que atualmente 40 mil propriedades, de um total de 172 mil, já foram cadastradas no estado. “Esse cadastro consiste em georreferenciar as propriedades para que se chegue lá o mais rápido possível. Também mapeamos o maquinário, os rebanhos e envolvemos o produtor no policiamento”, observou.

Reintegrações

Íncare de Jesus também comentou a atuação da polícia militar paranaense em ocorrências de reintegração de posse após invasões. “Sempre que existem ocorrências desse tipo a atuação tem que ser ágil, mas com sensibilidade. Ficamos entre o direito de propriedade e o de moradia”, disse ele,

ressaltando o papel das audiências de conciliação para “melhores desfechos” nas reintegrações.

Sleutjes concordou com a utilização de audiências de conciliação, mas disse que, às vezes, as decisões tendem a ser injustas com os proprietários. “Não se pode dar prêmio para bandido”, disse ela. E acrescentou: “precisamos evitar novas invasões, porque, depois, para tirar, é difícil, lento e caro”.

Na mesma linha, o deputado General Girão (PSL-RN) criticou os movimentos sociais por, segundo ele, incentivarem invasões no meio rural. “É terrorismo você estimular invasões que, muitas vezes, são precedidas de abate de animais, e não para consumi-los”, disse Girão. “Essas invasões são inclusive incentivadas por alguns parlamentares eleitos.”

Além dos deputados, o único representante da sociedade civil na audiência pública era o assessor jurídico da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), Augusto de Andrade.

Sleutjes defendeu a aprovação do Projeto de Lei 5040/19, apresentado por ela, que altera o

Código Penal para estabelecer pena de 1 a 4 anos de reclusão, e multa, para o crime de invasão de propriedade (esbulho possessório). A punição atualmente prevista para esse crime é de detenção de 1 e 6 meses e multa.

Os comandantes dos batalhões rurais do Distrito Federal e de Mato Grosso, respectivamente, major Aдаuton Santana e tenente-coronel Gleber Moreno, destacaram, entre outras ações, a instalação de placas de monitoramento nas propriedades como forma de inibir roubos e furtos.

“Onde fixamos placas tivemos apenas um caso de furto. Todas as demais propriedades nunca mais sofreram com crimes de roubo ou furto”, disse Moreno. Aline Sleutjes aproveitou para defender o porte de arma para proprietários rurais. “O que inibe [crimes rurais] também é saber que o cidadão está armado.”

Também participaram representantes das polícias militares de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Reportagem – Murilo Souza

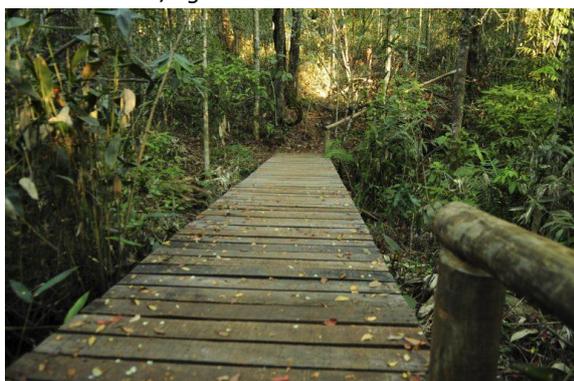


JULHO

Turismo rural é tema de debate na Comissão de Agricultura;

05 de Julho - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados promove debate sobre turismo rural nesta segunda-feira (5). O debate foi proposto pelo deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES).

Pedro Ventura/Agência Brasília



Turismo rural pode ser nova possibilidade de empreendimento

O parlamentar destaca que, “em face às dificuldades encontradas por todo o setor de turismo no Brasil em decorrência da pandemia se faz necessário que encontremos novas possibilidades de empreendimentos e iniciativas por todo País, criando um ambiente de negócio juridicamente seguro, possibilitando crescimento e a manutenção de setores antes esquecidos”.

Segundo Melo, informações do setor apontam que mais de 80% dos empreendimentos de turismo rural não são regularizados em nosso País. “Assim, cremos que necessitamos de uma política agressiva e corajosa para superar as dificuldades do setor do turismo rural, que é um tema que, muitas vezes, é tratado como subtema ao longo dos governos”, afirma.

Foram convidados:

- o diretor técnico do Montanhas Capixabas Convention & Visitors Bureau, Sergio Rodrigues Dias Filho;

- a representante da Câmara Temática de Turismo Rural do Rio Grande do Sul, Aline Moraes Cunha;

- o presidente do Conselho de Turismo Municipal e vice-presidente da Associação de Empreendedores do Turismo de Morro Redondo (ES), Pedro Vieira Bastos;

- a analista técnica da Unidade de Competitividade do Sebrae Nacional, Ana Clevia Guerreiro.

Da Redação – RL

Representantes do turismo rural defendem aprovação de propostas para o setor

05 de Julho - Uma das propostas cria a Política Nacional de Fomento ao Turismo Rural; a outra permite o acesso desses empreendimentos ao auxílio emergencial

Representantes do turismo rural defenderam a aprovação pela Câmara dos Deputados de dois projetos de lei que atendem demandas do setor: o PL 4395/20, que cria a Política Nacional de Fomento ao Turismo Rural, e o PL 4396/20, que permite acesso às medidas emergenciais de auxílio ao setor turístico.

O apelo foi feito durante audiência pública sobre o tema na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural nesta segunda-feira (5).

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Evair Vieira de Melo: "Desafio é gerar uma fonte extra de renda para os produtores"

Autor das duas propostas, o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) reclama das dificuldades de acesso ao crédito pelo setor. Ele espera que, com a aprovação das propostas, os empreendimentos possam se beneficiar do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela Lei 13.999/20.

Melo vê no turismo rural uma grande janela de oportunidade com o fim da pandemia de Covid-19 e os novos hábitos de turismo. “As grandes reflexões trazidas pela pandemia foram as questões sanitária e ambiental”, afirmou. Para ele, há um grande potencial a ser explorado no País. O deputado percorreu vários estados para obter exemplos bem sucedidos do setor. “O grande desafio é gerar uma fonte extra de renda para os produtores, mas estou confiante de que chegou a hora e o momento do turismo rural na economia brasileira”, completou.

Diretor técnico do Montanhas Capixabas Convention & Visitors Bureau, Sergio Rodrigues Dias Filho afirmou que os projetos de lei atendem as demandas do setor ao dar visibilidade a esse modelo turístico e ao incluir os empreendimentos no Cadastur, do Ministério do Turismo, o que possibilita acesso às linhas de crédito. “O turismo rural sempre esteve à margem das políticas para o turismo. Infelizmente, ocupa lugar secundário na agenda pública”, lamentou.

Rodrigues também aposta na retomada do turismo pós-pandemia com foco no turismo rural. “Há comprovada demanda na sociedade. A pandemia da Covid-19 mostrou que precisamos pensar com urgência o modelo de sociedade que queremos”, disse.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Para Sergio Rodrigues, projetos de lei atendem as demandas do setor

Presidente do Conselho de Turismo Municipal e vice-presidente da Associação de Empreendedores do Turismo de Morro Redondo (RS), Pedro Vieira Bastos, concorda. Ele aponta crescimento da demanda pelo turismo rural no seu município. Morro Redondo tem 6 mil habitantes e explora o roteiro Morro de Amores. “Reabrimos para turismo porque as pessoas estão se sentindo seguras nesse ambiente para fazer; cresceu a visitação”, comemorou.

Pequenos agricultores

A região doceira próxima a Pelotas explora o “saber fazer” colonial, além de vinícolas, cachoeiras e museus. Bastos vive do turismo rural há dez anos e é um grande entusiasta do potencial da atividade. “Mantenho minha família através do turismo rural. Nosso objetivo é fazer com que o setor turístico seja impulsionado nas cidades pequenas, porque o impacto que traz numa cidadezinha pequena, mantendo nossos saberes e nossos sabores, é muito grande”, relatou.

Ele percebe na comunidade o grande interesse das pessoas no turismo como possibilidade de negócio. “Não queremos inventar um novo tipo de turismo, mas aproveitar o que já temos aqui, tentando atrair pequenos produtores, moradores locais, que muitas vezes estão à margem do setor”, defendeu.

Representante da Câmara Temática de Turismo Rural do Rio Grande do Sul, Aline Moraes Cunha informou que mais de 50% dos empreendimentos do setor pertencem à agricultura familiar. Os projetos de lei, segundo ela, permitem a superação de obstáculos hoje existentes. “O ecoturismo, o cicloturismo e o turismo de aventura, todas essas modalidades fazem parcerias com produtores rurais para hospedagem e alimentação desses turistas”.

Capacitação

Bastos destacou o papel do Sebrae na capacitação da comunidade local. “Precisamos orientar essas pessoas humildes para essa possibilidade de negócio, trazer essas pessoas para que permaneçam na colônia, consigam renda mais fácil, mais tranquila”, afirmou. O setor, segundo ele, atrai principalmente os jovens e novos empreendimentos serão abertos com a consultoria do Sebrae.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Ana Clevia: turismo que promova a inclusão social

Analista técnica da Unidade de Competitividade do Sebrae Nacional, Ana Clevia Guerreiro citou o exemplo da comunidade rural de Chã de Jardim, em Areia (PB), no sertão nordestino. “São mais de 200 famílias que participam das atividades turísticas como fonte alternativa de renda, lideranças femininas, artesãs e pequenos agricultores”, destacou.

Uma atividade oferecida aos turistas e que inclui toda a comunidade, segundo Guerreiro, é o “piquenique na mata”. Ela descreve que desde as esteiras de palha de bananeira, usadas para sentar, e que são produzidas pelas artesãs, até os produtos da cesta de piquenique são produzidos por donas de casa da comunidade.

“Há comidas típicas, como tapioca, bolo de milho, pé de moleque, bolo de banana. Além disso, são oferecidas oficinas de trançado na palha de bandeira e voz e violão. É o fortalecimento das mulheres, das comunidades, a inclusão social e a criação de nova fonte de renda para eles”, relatou.

Reportagem – Geórgia Moraes

Edição – Roberto Seabra

Comissão aprova projeto que destina royalties da União para assistência rural

07 de Julho - Proposta altera a Lei do Pré-Sal e segue para análise de dois outros colegiados da Câmara

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Clarissa Garotinho: medida incentiva agricultura familiar

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (7) o Projeto de Lei 4369/20, que destina à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) parte dos royalties recebidos pela União com a exploração de petróleo e gás na camada pré-sal sob o regime de partilha.

A parcela da Anater será definida em regulamento do Poder Executivo. A proposta altera a Lei do Pré-Sal, que destina à União 22% dos royalties gerados pela exploração em alto-mar sob o regime de partilha, que são divididos entre o Fundo Social e órgãos da administração direta, conforme regulamento. A Anater entraria nesse rateio.

A agência tem como objetivos a promoção, coordenação e implantação de programas de assistência técnica e extensão rural voltados prioritariamente para agricultores familiares e médios agricultores.

O projeto é de autoria do deputado Zé Silva (Solidariedade-MG) e foi relatado pela deputada Clarissa Garotinho (Pros-RJ), que deu voto favorável. “É a agricultura familiar, amplamente apoiada pela atuação da Anater, que garante cerca

de 70% dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras. Por esse motivo, torna-se tão importante garantir recursos para a agência”, disse a relatora.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Reportagem – Janary Júnior
Edição – Marcelo Oliveira

Comissão aprova desconto na conta de luz para produtores de leite

07 de Julho - Pelo texto, desconto será compensado com recursos da CDE, encargo que subsidia diversas políticas públicas

Najara Araújo/Câmara dos Deputados



Maldaner: medida reduzirá custos inerentes à atividade leiteira

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (7), proposta do deputado Adriano do Baldy (PP-GO) que concede desconto de 30% sobre o consumo de energia elétrica usada na produção, armazenagem e beneficiamento de leite *in natura*. A medida beneficia produtores rurais e cooperativas.

O Projeto de Lei 6388/19 foi relatado pelo deputado Celso Maldaner (MDB-SC), que apresentou parecer favorável. “O desconto tem muito a contribuir para a redução de custos inerentes à atividade leiteira, que historicamente enfrenta margens apertadas”, disse.

O texto acrescenta a medida à Lei do Setor Elétrico. Conforme a proposta, o desconto será compensado com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um encargo embutido na conta de luz dos brasileiros que subsidia diversas políticas públicas.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado ainda pelas comissões de Minas e Energia; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Janary Júnior
Edição - Marcia Becker

Comissão rejeita proposta que revoga regras para produção de leite

09 de Julho - Autor do projeto alega que as cooperativas de laticínios não conseguiram se adaptar às normas fixadas pelo governo

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Sávio: mercado obriga os setores a aperfeiçoarem seus sistemas produtivos

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 598/19, que suspende uma instrução normativa do Ministério da Agricultura sobre critérios para a produção de leite (cru, pasteurizado e pasteurizado tipo A).

A instrução normativa (IN 77/18) contém regras sobre limites máximos de temperatura para transporte e acondicionamento do leite, características do produto (teor de gordura, sólidos e acidez) e contagem de bactérias, entre outras.

O autor do projeto, deputado Marcon (PT-RS), alega que as cooperativas de laticínios não conseguiram se adaptar às regras fixadas pelo governo, que entraram oficialmente em vigor em maio de 2019.

Necessidade

A rejeição ao projeto foi pedida pelo relator, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), que alegou duas razões para isso. Primeiro, a instrução normativa foi alterada desde a apresentação do projeto, tornando-se de mais fácil cumprimento pelas cooperativas. Depois, as exigências do mercado tornam necessária a adoção de padrões para o leite consumido no Brasil.

“O mercado obriga todos os setores produtivos a se reinventarem e a aperfeiçoarem seus sistemas produtivos, o que não é diferente com a atividade leiteira, que passa por um momento de transição difícil, mas que a conduzirá a um futuro mais seguro para os produtores e à conquista da preferência dos consumidores”, disse Sávio.

Tramitação

O projeto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e pelo Plenário da Câmara.

Reportagem - Janary Júnior
Edição - Marcia Becker

Comissão rejeita projeto que anula criação de órgão consultivo da agricultura de precisão

09 de Julho - Texto será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Domingos Sávio recomendou a rejeição da proposta

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados rejeitou, na quarta-feira (7), o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 658/19, que anula o decreto presidencial de criação da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão e Digital (Cbp), um órgão de caráter consultivo do governo para a agricultura baseada em uso intensivo de tecnologias.

O autor do projeto, deputado José Guimarães (PT-CE), alega que o Decreto 10.052/19 representa um desrespeito à ordem constitucional, pois não prevê a presença de representantes da agricultura familiar entre os integrantes da Cbp. O decreto relaciona 21 órgãos e instituições com representação na comissão.

A rejeição foi pedida pelo relator do projeto, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG). Ele questionou a necessidade de participação de todos os segmentos da agricultura.

“Caso contrário, haveríamos de mobilizar, por exemplo, representantes dos assentados da reforma agrária, dos médios produtores, dos grandes produtores, dos irrigantes, dos que desenvolvem suas atividades em áreas sujeitas a frequentes estiagens, etc”, disse.

Sávio afirmou ainda que alguns dos órgãos relacionados no decreto mantém estreita ligação com a agricultura familiar, podendo representá-la no Cbap. Ele citou como exemplo a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

Tramitação

O projeto ainda será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Depois seguirá para o Plenário da Câmara.

Reportagem - Janary Júnior
Edição - Marcia Becker

Comissão aprova uso de Cadastro Ambiental Rural para apuração de área tributável

12 de Julho - Hoje, para fins de apuração do ITR, o produtor deve subtrair da área total do imóvel o que for de preservação ambiental

Najara Araujo/Câmara dos Deputados



Alceu Moreira: "proposta reduz a burocracia sem reduzir a eficiência"

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto que permite aos produtores usarem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para apuração da área tributável sobre a qual deve ser pago o Imposto Territorial Rural (ITR). O texto altera o Código Florestal e a Lei do ITR.

Atualmente, para fins de apuração do imposto, o produtor deve subtrair da área total do imóvel o que for de preservação ambiental. Essa informação é apresentada anualmente ao Ibama, no Ato Declaratório Ambiental (ADA). Por exigência do Código Florestal, os mesmos dados também são incluídos pelo produtor no CAR.

O relator do Projeto de Lei 7611/17, deputado Alceu Moreira (MDB-RS), afirmou que a dupla necessidade de declaração só aumenta a burocracia para os produtores rurais.

“Não há dúvidas de que a proposta reduz a burocracia sem reduzir a eficiência, pois elimina a necessidade de reproduzir no ADA as mesmas informações já disponibilizadas por ocasião do preenchimento do CAR”, disse.

O CAR é um banco de dados eletrônico de todos os imóveis rurais do País. Foi criado para centralizar informações sobre as propriedades e as áreas preservadas. Ele é administrado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

Incentivo tributário

O projeto é oriundo do Senado, onde já foi aprovado. O relator optou por apresentar um substitutivo ao original para incluir as medidas propostas no PL 8217/17, que tramita apensado. Este texto possibilita a redução do ITR de forma proporcional aos ganhos ambientais obtidos com a adoção de determinadas práticas.

Pelo substitutivo, cada prática permitirá a redução de 2% do imposto. No total, o tributo só pode reduzir até 20%. Entre as práticas que dão direito ao desconto estão: reserva legal superior ao exigido, separação dos resíduos sólidos produzidos na propriedade, produção local de energia elétrica, captação e utilização da água das chuvas nas atividades produtivas e prevenção de incêndios florestais.

“A medida representa um interessante estímulo a práticas preservacionistas e vai ao

encontro da função extrafiscal do ITR”, disse Moreira.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será examinado agora pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Janary Júnior
Edição – Rachel Librelon

Relator deve propor mudanças na gradação de multas em projeto que altera a defesa sanitária

14 de Julho - Setor produtivo apoia novo modelo de fiscalização, mas sugere mudanças na proposta enviada pelo governo

O relator do Projeto de Lei 1293/21, que estabelece o autocontrole nas atividades agropecuária e agroindustrial, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), anunciou possíveis mudanças no texto em audiência na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (14). Uma delas seria na gradação das multas cobradas por quem descumprir normas de defesa agropecuária.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Deputado Domingos Sávio, relator da proposta na Comissão de Agricultura

A proposta estabelece multa equivalente a 150% do valor do lote do produto ou, quando não for possível especificar o valor, de R\$ 100,00 a R\$ 300 mil. Para o diretor-executivo da Viva Lacteos, uma associação da indústria de laticínios, Gustavo Beduschi, o limite deveria ser de R\$ 50 mil.

O analista técnico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Fernando Pinheiro, defendeu o ajuste adequado do valor das multas para que fiquem dentro da realidade econômica. E acrescentou que as multas devem ter valor punitivo, mas sem impedir a viabilidade do negócio.

Domingos Sávio defendeu a importância da punição, mas concordou que ela não pode ser exagerada. “A punição tem que estar presente, mas sem exagero. Em vez de termos três tipos de punição (leve, moderada e grave), estamos trabalhando para dividir em quatro grupos: leve, moderada, grave e gravíssima”.

Defesa sanitária

A proposta que estabelece o autocontrole nas atividades agropecuária e agroindustrial foi apresentada pelo Poder Executivo, em substituição à legislação atual de defesa sanitária. A ideia é que o novo modelo de fiscalização agropecuária seja baseado em programas de autocontrole dos próprios produtores agropecuários e da indústria do setor.

O texto institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária para aperfeiçoar a garantia de qualidade. Segundo o governo, melhorar a fiscalização agropecuária é uma exigência do mercado.

Segundo o diretor técnico adjunto da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, Reginaldo Minaré, um dos artigos do projeto estabelece que os agricultores primários não estão obrigados a desenvolver programas de autocontrole. Para ele, o texto do projeto poderia definir melhor o que é um agente de produção primária, para diferenciar a produção agrícola artesanal da industrial. “Claro que, no regulamento, se poderia fazer essa diferenciação, mas

se ficasse na lei, a segurança ficaria maior”, disse Minaré.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Minaré pediu que a nova lei diferencie a produção artesanal da industrial

O diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (Abpesca), Christiano Lobo, concordou que a indústria da pesca tenha ambiente de autocontrole, mas que se encerre no momento da expedição do produto. “Cabe à indústria dinamizar os seus processos, ter eficiência e eficácia nos seus processos para que o produto ao final atenda aos requisitos legais”, observou Lobo.

Insumos próprios

O projeto prevê isenção de registro de insumos agropecuários produzidos pelo produtor rural, desde que para uso próprio, ou seja, que não sejam comercializados. Isso preocupa o presidente-executivo da Croplife, entidade que promove pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia e defesa vegetal, Christian Lohbauer.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Christian Lohbauer (no telão) criticou a produção de insumos sem registro

“Um aventureiro poderia, se quiser, tentar desenvolver um produto químico em sua propriedade. Isso não é desejável. A nossa preocupação não é nem pela indústria em si, mas pelo ambiente sanitário, o risco que pode gerar na propriedade, e pior, para fora da propriedade”, disse.

O relator da proposta afirmou que está conversando com técnicos do Ministério da Agricultura e seu relatório deve incluir um capítulo que trate de um programa nacional de inspeção e controle nas fronteiras, para aumentar a segurança sanitária do País.

A audiência sobre o projeto que estabelece o autocontrole nas atividades agropecuária e agroindustrial foi realizado a pedido dos deputados José Mario Schreiner (DEM-GO) e Celso Maldaner (MDB-SC). É a segunda vez que a Comissão de Agricultura debate o tema.

Reportagem - Luiz Cláudio Canuto
Edição - Roberto Seabra

Comissão retoma debate sobre mudanças no crédito para o agronegócio; assista

Christiano Antonucci/Secom-MT



Novo modelo aproxima setor rural do mercado financeiro

16 de Julho - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados dá continuidade nesta

sexta-feira (16) ao seminário sobre as mudanças do crédito para o agronegócio no Brasil.

Participam da discussão hoje, no plenário 6, às 9 horas, representantes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do BNDES, do Sicredi, do Banrisul, do Itaú, do Bradesco e da BWZ - Assessoria Agroempresarial.

O pedido para realização do evento é do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS). Ele quer debater recentes alterações na legislação que permitiram a criação de alternativas no sistema de crédito agrícola e a modernização nas formas de financiar as atividades rurais. "São medidas que

aproximam o setor do grande mercado financeiro", disse.

Ele cita o exemplo da primeira operação do BNDES como agente garantidor de financiamentos agropecuários, em abril deste ano. "O novo modelo consiste em um Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e vai permitir a ampliação do acesso ao crédito para os produtores rurais. Esse tipo de operação é um mecanismo que pode ser utilizado tanto para renegociações de dívidas fora do sistema bancário ou concessão de novos créditos para custeio e investimento", explicou.

Da Redação - GM



AGOSTO

Comissão debate proposta que substitui fiscalização por autocontrole no setor agropecuário

09 de Agosto - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta segunda-feira (9) sobre o PL 1293/21, do Poder Executivo, que dispõe sobre o autocontrole nas atividades agropecuária e agroindustrial, sobre a organização e procedimentos da defesa agropecuária, que institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, dentre outros. O debate foi solicitado pela deputada Aline Sleutjes (PSL-PR).

Entre os convidados estão representantes da indústria alimentícia, do setor de agronegócio e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Confira aqui a lista completa de participantes.

Da Redação - AC

Comissão aprova proposta que prevê incentivos à produção de mel

11 de Agosto - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou proposta que institui a Política Nacional de Incentivo ao Desenvolvimento da Apicultura e da Meliponicultura. A apicultura dedica-se à criação de abelhas dotadas de ferrão, e a meliponicultura, às espécies nativas sem ferrão.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Cartafina apresentou emenda que dispensa licenciamento prévio

O colegiado acolheu o parecer do relator, deputado Franco Cartafina (PP-MG). Ele recomendou a aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei 2341/19, da deputada Mara Rocha (PSDB-AC), elaborado em 2019 pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O relator incorporou ainda emenda apresentada na Comissão de Agricultura, a fim de desburocratizar as atividades por meio da dispensa de autorização prévia e licenciamento realizados por órgão ambiental. “Essas exigências não estimulam a implantação de meliponários”, afirmou Franco Cartafina.

O objetivo da proposta é fomentar atividades relacionadas à conservação, criação e manejo racional de abelhas e seus enxames, e também à produção, beneficiamento, processamento, envasamento, armazenamento, transporte, distribuição, comercialização e exportação de produtos da apicultura e da meliponicultura.

O texto em análise prevê, entre outros pontos, assistência técnica e extensão rural; subvenção ao prêmio do seguro rural; certificação quanto à origem e à qualidade dos produtos; e manutenção dos preços no mercado interno.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Ralph Machado
Edição – Natalia Doederlein

Comissão aprova regularização do turismo rural como segunda atividade e autoriza cadastramento

11 de Agosto - Objetivo é permitir acesso a medidas emergenciais de auxílio ao setor turístico,

implementadas em decorrência da pandemia de Covid-19

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Toninho Wandscheer, relator da proposta na comissão

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4396/20, que permite que os agricultores familiares e os produtores rurais que exploram o turismo como atividade secundária sejam considerados prestadores de serviços turísticos, com cadastramento simplificado no Ministério do Turismo.

Com isso, eles também poderão acessar as medidas emergenciais de auxílio ao setor turístico, implementadas em decorrência da pandemia de Covid-19.

A proposta, do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), altera a Lei Geral do Turismo. O relator, deputado Toninho Wandscheer (Pros-PR), recomendou a aprovação da matéria.

O objetivo do projeto é regularizar a situação dos empreendedores rurais, pequenos ou não, que complementam a renda da propriedade explorando o turismo. Além de possibilitar a regularização do turismo como segunda fonte de renda, o projeto autoriza o cadastramento simplificado dos pequenos empreendimentos turísticos rurais.

Informalidade

Wandscheer concordou com o argumento de Evair Vieira de Melo de que, apesar do potencial para a expansão do setor de turismo rural do Brasil, a

atividade tem se desenvolvido largamente na informalidade, sem apoio das políticas direcionadas ao setor de turismo.

“Uma parte da solução para isso nos parece mesmo ser o devido reconhecimento legal de que o turismo rural é uma atividade acessória, que integra e complementa o conjunto das atividades agropecuárias ou florestais do estabelecimento rural”, aposta o relator.

O projeto foi aprovado com uma emenda que apenas atualiza sua redação, uma vez que o texto original menciona o Decreto Legislativo 6/20, que reconheceu o estado de calamidade decorrente da pandemia de Covid-19 e perdeu sua vigência no fim de 2020.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Turismo; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Noéli Nobre
Edição – Geórgia Moraes

Comissão rejeita projeto que susta critérios para a produção de leite

11 de Agosto - Normativa do Ministério da Agricultura integra medidas para a modernização da cadeia leiteira

Maryanna Oliveira/Câmara dos Deputados



Domingos Sávio defendeu a modernização da produção de leite

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 598/19, que susta norma sobre os critérios para produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção do leite cru.

A Instrução Normativa 77, elaborada em 2018 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, integra medidas para a modernização da cadeia do leite e destina-se a estabelecimentos registrados no serviço de inspeção oficial.

A Comissão de Agricultura da Câmara acolheu o parecer do relator, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG). “A modernização da cadeia leiteira é inevitável para que a produção nacional possa competir com o leite importado”, disse.

Para o autor da proposta, deputado Marcon (PT-RS), cooperativas de laticínios não conseguiram se adaptar às novas regras. “Essa norma fragiliza ainda mais a cadeia produtiva do leite, uma das principais da agricultura brasileira”, disse.

Tramitação

O projeto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário.

Reportagem – Ralph Machado
Edição – Ana Chalub

Comissão rejeita pedido para anular decisão do governo sobre zoneamento da cana-de-açúcar

11 de Agosto - Relator disse que decreto presidencial revogou limitações que atrapalhavam o agronegócio nacional

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Deputado Neri Geller, relator da proposta

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural rejeitou projeto de decreto legislativo (PDL 684/19) que anula a revogação do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar plantada no Brasil, prevista em decreto presidencial.

Assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, o Decreto 10.084/19 revogou outro decreto de 2009, que instituiu o zoneamento agroecológico da cana.

O zoneamento é um estudo utilizado para ordenar a ocupação do solo por uma atividade econômica. Ele leva em conta características hídricas, de solo e de clima do espaço a ser cultivado, além de aspectos ambientais e sociais da região.

O pedido de anulação do decreto foi feito pelo deputado Rogério Correia (PT-MG) e outros cinco parlamentares. Correia argumentou que a decisão do governo desrespeita a Lei 6.938/81, que incluiu o zoneamento ambiental entre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).

O relator da proposta, deputado Neri Geller (PP-MT), no entanto, recomendou a rejeição do projeto de decreto legislativo. O argumento de Geller é que a revogação do zoneamento da cana elimina limitações ao agronegócio nacional.

“O decreto revogado [o de 2009] estabelecia que as áreas indicadas para a expansão da cana-de-açúcar limitavam-se às de produção agrícola intensiva e semi-intensiva, lavouras e pastagens. O decreto revogador entendeu que essas limitações

atrapalhavam o desenvolvimento do agronegócio nacional”, explicou Neri Geller.

Ele acrescentou que a expansão das áreas de cultivo de cana deverá ser realizada de forma responsável e fiscalizada pelos órgãos de proteção ambiental, pelo Ministério Público e pela sociedade civil organizada. “Quando houver fundado início de prejuízo ambiental, é dever do Estado atuar para garantir a preservação dos biomas”, destacou o relator.

Justiça

Geller observou ainda que o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a União para revogar o Decreto 10.084/19 e, caso exista alguma ilegalidade na norma, esta deverá ser apontada pelo Poder Judiciário.

“Por fim, ressalte-se que diversos produtores já iniciaram os mapeamentos das áreas para o plantio de cana-de-açúcar, com aporte de recursos para aquisição de insumos e treinamento de pessoal. A aprovação da proposição em análise contribuiria para ampliar a sensação de insegurança jurídica junto aos produtores rurais, prejudicando o desenvolvimento da economia nacional”, disse ainda Geller.

Na mesma votação, foram rejeitados os projetos de decreto legislativo 686/19, 691/19, 695/19 e 707/19, que tramitam em conjunto e tratam do mesmo assunto.

Tramitação

O projeto será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário da Câmara.

Reportagem – Noéli Nobre
Edição – Roberto Seabra

Comissão aprova proposta que determina o repovoamento de rios e lagos com embriões de peixes

13 de Agosto - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou proposta que inclui, nas competências do poder público, o repovoamento de alevinos (embriões de peixes) nas águas interiores e continentais, com uso de espécimes apropriados para cada região e ambiente.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Cleber Verde acolheu texto aprovado pela Comissão do Meio Ambiente

O colegiado acolheu parecer do relator, deputado Cleber Verde (Republicanos-MA), pela aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei 2497/19 elaborado em 2019 pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

“Não restam dúvidas sobre a importância do repovoamento aquático para a conservação dos ecossistemas”, disse Cleber Verde. “O substitutivo avança ao especificar quais espécimes podem servir ao repovoamento, reduzindo a margem de erro ao delimitar que apenas as autóctones sejam usadas”, disse.

O texto em tramitação na Câmara dos Deputados altera a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. O poder público, segundo essa norma, deve conciliar o equilíbrio entre a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais.

Os deputados Aline Gurgel (Republicanos-AP) e Vavá Martins (Republicanos-PA), autores da proposta com o ex-deputado Luiz Carlos, afirmam que a iniciativa segue os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Esses objetivos consistem em plano de ação para as pessoas e para o planeta, visando a prosperidade. Por exemplo, acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a sustentabilidade; e proteger, recuperar e proteger a vida aquática para o desenvolvimento sustentável.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Ralph Machado
Edição – Wilson Silveira

Comissão aprova proposta que autoriza a criação de cadastro de animais domésticos na internet

Conforme o texto, as informações fornecidas serão de responsabilidade do declarante

13 de Agosto - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou proposta que autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos, mantido pela União com apoio dos entes federativos e disponibilizado ao público pela internet.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Schreiner fez alterações no texto original

O colegiado acolheu o parecer do relator, deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO). Ele apresentou substitutivo ao texto original do Projeto de Lei 3720/15, do deputado Carlos Gomes (Republicanos-RS), e à versão aprovada em 2018 pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

“Discordo da Comissão de Meio Ambiente quanto ao caráter compulsório do cadastro, pois isso geraria gastos e não foi feita uma estimativa de impacto orçamentário e financeiro”, disse. A Constituição exige esses cálculos quando uma proposta cria ou altera despesa obrigatória ou prevê renúncia de receita.

Conforme o substitutivo, o cadastro nacional conterá, no mínimo, identidade, CPF e endereço do proprietário ou tutor; endereço onde o animal é mantido; nome popular da espécie, raça, sexo, idade real ou presumida, vacinas já tomadas e doenças já contraídas ou em tratamento; se o animal é de estimação ou entretenimento; e, por fim, se o animal é portador de chip que o identifique.

As informações fornecidas – inclusive sobre venda, doação ou morte (nessa hipótese, apontada a causa) – serão de responsabilidade do declarante, que incorrerá em sanções penais e administrativas, sem prejuízo de outras previstas na legislação, quando total ou parcialmente falsas, enganosas ou omissas.

O texto original do deputado Carlos Gomes tornava obrigatória a criação do cadastro de animais domésticos. “A sociedade, que a cada dia se preocupa com o bem-estar animal, poderá exercer controle social, detectando irregularidades ou incongruências das informações prestadas”, justificou.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Ralph Machado
Edição - Marcia Becker

Comissão aprova exigência de termo de compromisso antes da liberação de recursos para defesa agropecuária

Substitutivo aprovado também exige prestação de contas semestral para estados e municípios

13 de Agosto - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou proposta que condiciona a transferência direta de recursos federais para ações de defesa agropecuária em estados, Distrito Federal e municípios à assinatura de termo de compromisso. O texto prevê a suspensão das transferências se forem verificadas pendências.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Lupion: "Mecanismos evitam flutuações no repasse de recursos para a defesa agropecuária"

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Pedro Lupion (DEM-PR), ao Projeto de Lei 9281/17, do senador Roberto Muniz (PP-BA). Ao contrário do substitutivo, o texto original estabelecia o repasse direto de recursos do Orçamento da União a estados, Distrito Federal e municípios para ações de defesa agropecuária sem a necessidade de assinatura prévia de convênio.

O projeto original obriga o governo federal a repassar os valores mensalmente aos entes federados, na proporção de 1/12 da dotação orçamentária para defesa agropecuária, por meio de depósitos em contas correntes específicas, abertas em bancos públicos federais (como o Banco do Brasil). Estados e municípios deverão depositar uma contrapartida na mesma conta, conforme regulamento a ser editado pelo Executivo.

O texto aprovado também prevê a liberação de recursos mediante depósito em contas específicas, mas de acordo com cronograma estabelecido no termo de compromisso, o qual deve, segundo o substitutivo, conter os programas e projetos de defesa agropecuária que serão executados, a identificação das ações a serem financiadas, o cronograma físico-financeiro, metas e indicadores a serem atingidos e etapas ou fases de execução.

Prestação de contas

O substitutivo exige que o ente federado preste contas regularmente do uso dos recursos recebidos no prazo máximo de 60 dias, contados a partir do término da vigência do termo de compromisso de defesa agropecuária ou sempre que lhe for solicitado. O texto original previa a prestação de contas a cada seis meses.

Lupion afirma que é importante remover entraves burocráticos e evitar interrupções nos repasses federais para ações que buscam assegurar a sanidade animal e vegetal e a qualidade dos alimentos produzido no País. "Na verdade, diversos estudos e debates parlamentares indicam a necessidade de criar mecanismos que evitem flutuações no repasse de recursos federais para as ações descentralizadas de defesa agropecuária por estados e municípios, de forma a não prejudicar a sua execução", disse.

Tramitação

A matéria será ainda analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, seguirá para votação no Plenário da Câmara.

Reportagem – Murilo Souza
Edição – Roberto Seabra

Comissão aprova o uso de royalties da mineração para apoiar ações de extensão rural

13 de Agosto - Texto destina 3% de parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para a Anater

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Alceu Moreira: proposta reduz dependência da mineração

A Comissão de de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4370/20, que aumenta a destinação de recursos para os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) por meio do repasse de parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

O texto aprovado, de autoria do deputado Zé Silva (Solidariedade-MG), altera a lei que criou a CFEM, reduzindo de 7% para 4% o percentual destinado à entidade reguladora do setor de mineração e destinando os outros 3% para a Anater.

Relator no colegiado, o deputado Alceu Moreira (MDB-RS) recomendou a aprovação do projeto. “O objetivo é oportuno e de interesse público, pois visa a dinamizar e diversificar a economia local e reduzir sua dependência da atividade minerária, por meio do fortalecimento dos serviços de assistência técnica e extensão rural, essenciais para o desenvolvimento, o aprimoramento e a sustentabilidade das atividades rurais”, disse.

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural foram iniciados no final da década de 40, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, com o objetivo de promover a

melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do País

Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será ainda analisada pelas comissões de Minas e Energia; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Murilo Souza
Edição – Rachel Librelon

Comissão de Agricultura aprova aplicação mínima do FNO em projetos sustentáveis na Amazônia

16 de Agosto - Hoje o FNO pode ser aplicado em projetos dos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, comercial e de serviços

Arquivo/Câmara dos Deputados



Juarez Costa recomendou a aprovação das propostas com mudanças

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou proposta para estabelecer que, nos financiamentos realizados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) deverá estabelecer um percentual mínimo de recursos para serem aplicados nos empreendimentos rurais e

agroindustriais que promovam a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais no bioma Amazônia.

A medida está prevista no substitutivo apresentado pelo deputado Juarez Costa (MDB-MT) aos projetos de lei 5435/19, do deputado Lucio Mosquini (MDB-RO), e PL 5607/19, do deputado Camilo Capiberibe (PSB-AP). As duas proposições tramitam em conjunto e alteram a aplicação dos recursos do FNO.

A proposta de Mosquini limita a aplicação dos recursos do fundo aos setores de agricultura familiar, de agricultura de baixo carbono, agropecuário, de pesca e aquicultura, de floresta e agroindustrial. O projeto de Capiberibe, por sua vez, destina a maior parte dos recursos do fundo para projetos sustentáveis de desenvolvimento que respeitem o meio ambiente.

Juarez Costa observou que impedir que empreendimentos não rurais tenham acesso aos recursos do fundo pode ser prejudicial para a economia da região Amazônica.

“Considerando que é preciso aumentar o percentual de recursos do FNO destinados aos empreendimentos rurais e aos projetos sustentáveis de desenvolvimento que respeitem o meio ambiente, sem prejudicar a economia de outros setores, apresentamos proposta de alteração para aprimorar o projeto”, explicou.

O substitutivo altera a Lei dos Fundos Constitucionais, que regulamenta os fundos constitucionais de financiamento do Norte, Centro Oeste e Nordeste (FNO, FCO e FNE). Atualmente, o FNO pode ser aplicado em projetos dos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de empreendimentos comerciais e de serviços. O fundo é operado pelo Banco da Amazônia.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão promove visita técnica a fazendas produtoras de leite em SP

19 de Agosto - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados promove, nesta quinta-feira (19), visitas técnicas a propriedades rurais nos municípios de Pirassununga e São Carlos, em São Paulo. As visitas devem começar às 9 horas.

Arnaldo Alves/Agência de Notícias do Paraná



O objetivo, de acordo com a deputada Aline Sleutjes (PSL-PR), que solicitou as visitas, é debater, colher subsídios, informações e possíveis soluções para os problemas enfrentados pelo setor leiteiro na região.

Estão programadas visitas a quatro propriedades rurais e à Embrapa Sudeste. Em Pirassununga, a comissão vai conhecer a Fazenda da Aeronáutica, onde há um programa de verticalização da produção, com fábrica de ração própria e produção de 3.500 litros de leite/dia e demais laticínios.

Em São Carlos, o grupo vai conhecer propriedades que empregam o modelo de leite orgânico em pastejo rotacionado: o Sítio Recanto SS, que também adota o modelo Balde Cheio; o Sítio Potreiro, onde há ainda integração pecuária-floresta; e a Fazenda Recreio.

Da Redação – RL

Comissão faz visitas técnicas a produtores de leite em municípios de São Paulo

20 de Agosto - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados fará visitas técnicas nesta sexta-feira (20), a partir das 8h30, a propriedades rurais com produção de leite e derivados nos municípios de Itirapina e Pardinho, em São Paulo.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Aline Sletjtes quer informações sobre problemas do setor leiteiro

O pedido para realização das visitas é da presidente do colegiado, deputada Aline Sletjtes (PSL-PR). Ela quer colher subsídios e informações sobre os problemas enfrentados pelo setor leiteiro.

Entre as propriedades que serão visitadas estão a Fazenda da Toca, modelo de leite orgânico, integração lavoura pecuária floresta e carbono neutro; e a Fazenda Pardinho, propriedade produtora de queijos artesanais.

Da Redação - GM

Comissão debate criação do Dia Nacional da Agricultura Irrigada

23 de Agosto - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados discute nesta segunda-feira (23) a criação do Dia Nacional da Agricultura Irrigada, a ser comemorado em 15 de junho.

Acácio Pinheiro/Agência Brasília



Irrigação garante melhor produtividade

Essa comemoração visa "criar uma postura crítica e ativa sobre a importância da agricultura irrigada para a sustentabilidade da produção alimentar", explica o deputado Zé Vitor (PL-MG), que pediu a realização do debate.

Ele ressalta que há uma grande preocupação com o meio ambiente e a necessidade de produzir alimentos suficientes para atender às crescentes demandas. "Entre as várias tecnologias que têm contribuído para a intensificação da agricultura, a irrigação é sem dúvida uma das mais importantes", acrescenta.

Foram convidados para discutir o assunto com os deputados, entre outros, o coordenador-geral de Irrigação e Drenagem do Ministério da Agricultura, Frederico Belém; e o presidente da Comissão Nacional de Irrigação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Eduardo Veras de Araújo.

Da Redação - ND

Comissão aprova projeto que adia dívidas de agricultores do Acre

23 de Agosto - Suspensão dos pagamentos abrange dívidas com 11 programas de crédito rural

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei

514/21, que suspende, por 36 meses, o pagamento de financiamentos e empréstimos contratados por proprietários rurais do Acre.

Maryanna Oliveira/Câmara dos Deputados



Silvia Cristina: suspensão de pagamentos é essencial para o reequilíbrio dos produtores

O montante não pago no período será dividido em três parcelas iguais, a serem quitadas, anualmente, a partir de 12 meses após o fim da suspensão. De acordo com o texto, a suspensão abrangerá os seguintes programas de crédito rural:

- Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente Protegido (Moderinfra);
- Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro);
- Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop);
- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp);
- Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO);
- Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (BNDES – Procap-Agro);
- BNDES-Agro;
 - BB-Investe Agro;
 - Financiamentos de Custeio Pecuário.

A comissão acolheu o parecer favorável da relatora, deputada Silvia Cristina (PDT-RO). “Sem ter o que colher, produtores acrianos perderam a capacidade de pagamento das dívidas. Se nada for feito, corre-se o risco da inviabilização das atividades, com graves prejuízos econômicos e sociais”, afirmou a relatora.

A deputada Mara Rocha (PSDB-AC), autora da proposta, disse que o objetivo é proteger os agricultores do Acre. O estado enfrentou no início de 2021, ao mesmo tempo, surto de dengue e aumento do número de casos de Covid-19. Além disso, ocorreram inundações e crise migratória na fronteira com o Peru.

“Os produtores rurais acrianos, na sua maioria pequenos agricultores, passarão por enormes dificuldades nos próximos meses e anos, existindo uma real preocupação com a capacidade de quitação de parcelas de financiamentos decorrentes de diversos programas de crédito rural”, disse Mara Rocha.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Ralph Machado
Edição – Natalia Doederlein

Comissão aprova seguro-desemprego para pescador atingido por dano ambiental

23 de Agosto - Texto também prevê que o responsável pelo dano ambiental restitua à Previdência os valores gastos com o seguro

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Clarissa Garotinho: pescadores artesanais são vulneráveis

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou proposta que concede, excepcionalmente, seguro-desemprego ao pescador artesanal enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de danos ambientais, causados por terceiros ou por fenômenos da natureza, que impeçam o exercício da atividade pesqueira.

A proposta acrescenta a possibilidade à Lei do Seguro-Defeso. Atualmente, a norma prevê a concessão do seguro-desemprego no valor de um salário mínimo mensal durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie, limitada a um benefício por ano. Esse limite, no entanto, não se aplica em caso de prejuízo ambiental, conforme a proposta.

O texto aprovado é um substitutivo apresentado pela deputada Clarissa Garotinho (Pros-RJ) ao Projeto de Lei 5626/19, do deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) e outros parlamentares.

O substitutivo aperfeiçoa o projeto original e inclui a previsão de que o responsável pelo dano ambiental restitua à Previdência Social os valores desembolsados para o pagamento do seguro-desemprego aos pescadores artesanais prejudicados.

Contaminação no Nordeste

A razão de Daniel Almeida apresentar a proposta foi a contaminação do litoral nordestino por manchas de petróleo no segundo semestre de 2019. Em casos como esse, o prejuízo para os pescadores é grande, uma vez que ninguém quer comprar os pescados por medo de contaminação.

Clarissa Garotinho concordou com a medida. “Se, em condições normais, as famílias de pescadores e marisqueiros artesanais já são socioeconomicamente vulneráveis, em situações de desastre ambiental, as condições de vida dessa parcela da população se tornam críticas, sendo imprescindível o apoio financeiro emergencial para a sua sobrevivência”, afirmou a parlamentar.

Na mesma votação, foi rejeitado o PL 5689/19, que tramita em conjunto e trata de assunto semelhante.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Noéli Nobre
Edição – Natalia Doederlein

Comissão aprova projeto que cria fundo e compensação ambiental para atividade pesqueira

25 de Agosto - Texto aprovado cria uma contribuição a ser paga por empreendimento com comprovado impacto negativo à atividade pesqueira

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Raimundo Costa recomendou a aprovação da proposta com várias mudanças

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto que cria um fundo para financiar projetos de desenvolvimento sustentável nas áreas de pesca e aquicultura.

O Fundo de Apoio à Pesca e à Aquicultura (Fapa) poderá financiar projetos de monitoramento e recuperação de recursos

pesqueiros ou aquícolas existentes, melhoria da estrutura de produção (captura, cultivo, armazenamento, processamento e escoamento) e inovação tecnológica, entre outras ações.

O texto aprovado é o substitutivo do deputado Raimundo Costa (PL-BA) ao Projeto de Lei 4414/16, do ex-deputado Marcelo Matos (RJ).

Costa fez algumas mudanças no texto. A principal delas é a criação de uma contribuição de intervenção sobre o domínio econômico (Cide) a ser paga por empreendimento com comprovado impacto negativo à atividade pesqueira e aquícola, com exceção de atividade agropecuária.

O projeto original prevê a compensação ambiental, mas sem maiores detalhes sobre a sua aplicação. Pelo substitutivo, o novo tributo terá como base de cálculo o valor do investimento ou da produção responsáveis pelo prejuízo às duas atividades.

A alíquota vai variar de 0,1% a 0,3%, conforme o impacto negativo, que será regulamentado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A arrecadação com a Cide será destinada ao Fapa.

Estabilidade

O relator disse que o substituto aproveita parte de uma proposta de sua autoria que também trata de pesca (PL 3653/19). Costa afirmou ainda que as mudanças foram discutidas com o Ministério da Agricultura.

O deputado avaliou que o Fapa e, principalmente, a compensação ambiental vão dinamizar a cadeia da pesca e aquicultura. “A providência assegura estabilidade financeira aos pescadores cujas atividades são prejudicadas por intervenções danosas ao meio ambiente”, afirmou.

Fontes

Além da Cide, o texto aprovado prevê outras fontes para o Fapa, como recursos do Orçamento da União, repasses anuais do Fundo Social do pré-sal e multas relacionadas a danos ambientais que

causem prejuízos às atividades pesqueira e aquícola.

As condições de financiamento serão definidas por um conselho gestor, que terá representantes do governo, do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape) e da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA).

O risco financeiro das operações realizadas com os recursos do Fapa será suportado exclusivamente pela instituição financeira concedente do crédito. Além disso, as operações deverão observar os encargos financeiros e as condições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) quando realizadas com beneficiários do programa.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Reportagem – Janary Júnior
Edição – Natalia Doederlein

Comissão aprova isenção de PIS/Pasep e Cofins para ração de gado e peixe

27 de Agosto - A medida não se aplica apenas às vendas a varejo

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Julio Mosquini: proposta contribui para a redução dos custos de produção

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto que reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre os produtos destinados à alimentação de gado bovino e bubalino, peixes, crustáceos e moluscos.

Entre os produtos isentos estão rações balanceadas, concentrados, suplementos minerais e ureia pecuária. Segundo o texto, a medida não se aplica apenas às vendas a varejo. A proposta também reduz zero as alíquotas do PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a venda de camarão in natura ou beneficiado.

A proposta foi aprovada conforme substitutivo apresentado pelo relator, o deputado Lucio Mosquini (MDB-RO). O texto original (PL 5925/19), do deputado Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL), trata apenas da isenção de produtos para a

alimentação de bovinos e bubalinos. Mosquini estendeu o benefício para os demais animais, aproveitando as três propostas que tramitam apensadas à principal (PLs 1769/20, 1858/20 e 2789/20).

“A desoneração é meritória pois contribui para a redução dos custos de produção de setores importantes do agronegócio, vinculados à cadeia produtiva de proteína animal, e consequentemente possibilita a redução do valor a ser pago pelo consumidor”, disse Mosquini.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Reportagem – Janary Júnior
Edição – Rachel Librelon



SETEMBRO

Comissão de Agricultura discute prejuízos causados pela geada na produção de alimentos

01 de Setembro - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados debate nesta quarta-feira (1º) o impacto das geadas na produção agrícola.

"As intensas geadas que caíram sobre as lavouras e pastagens no Brasil e, em especial em Minas Gerais, impactaram de forma trágica, levando milhares de produtores rurais a uma situação de extrema dificuldade", alerta o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), um dos parlamentares que pediram a realização da audiência. "É imprescindível uma ação imediata de apoio aos produtores rurais que tanto trabalham e ajudam o Brasil."

Stock.XCHNG



A produção de café foi uma das culturas afetadas pela geada

Já o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), que também propôs o debate, quer discutir o prejuízo causado especificamente à produção cafeeira. Segundo ele, a Companhia Nacional do Abastecimento (Conab) estima que as geadas de julho atingiram mais de 20% dos hectares de café arábica. Já a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais afirma que mais de 500 municípios mineiros foram afetados.

"As perdas para os cafeicultores mineiros foram vultosas: 156 mil hectares atingidos, 9.500 produtores, até 70% das plantações,

representando uma perda de quatro milhões de sacas de café em 2022", calcula. "Já em São Paulo quase todas as plantações do estado foram atingidas, com seus prejuízos perdurando até 2024."

Diante desses números, Evair Vieira de Melo quer discutir programas emergenciais que amparem os produtores de café.

Por sua vez, o deputado Zé Silva (Solidariedade-MG) pediu a audiência para avaliar os prejuízos causados pelas geadas aos produtores de hortaliças. "Há registros de que as hortaliças foram as mais afetadas no sul de Minas. Já em São Paulo 40% das áreas de alface crespa 25% já foram descartadas e 20% de americana", afirma o parlamentar acrescentando que as baixas temperaturas também afetaram as produções de banana, laranja, manga, uva, tangerina, batata e tomate.

Debatedores

Foram convidados para discutir o assunto com os parlamentares, entre outros, representantes do Ministério da Agricultura, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Conab e da Embrapa.

Da Redação – ND

Setor agropecuário pede políticas públicas para compensar perdas com geadas

01 de Setembro - Durante audiência, representante do governo anuncia recursos para apoiar produtores rurais



Deputado Domingos Sávio, na mesa, e Sergio de Zen, da Conab (no telão)

Parlamentares e representantes de órgãos ligados à agropecuária pediram rapidez nas providências para compensar os efeitos das geadas em diversas culturas, que incluem crédito a juros baixos e prazos de carência para pagar os empréstimos. A expectativa é que os recursos permitam também o enfrentamento de dois outros problemas que já afetam o setor: o aumento de custos e os prejuízos causados pela estiagem.

Os impactos das geadas que atingiram vários estados do país entre junho e julho foram discutidos nesta quarta-feira (1º) na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Os dados consolidados sobre as perdas devem ser divulgados durante o mês de setembro, mas já se sabe que houve prejuízos nas lavouras de milho, cana-de-açúcar, hortaliças e frutas, além da pecuária de leite.

O café foi a cultura mais atingida, com efeitos nas safras dos próximos dois anos. Os levantamentos vão mostrar se as áreas plantadas foram afetadas de maneira superficial, pela chamada “geada de capote” ou se os cafezais foram queimados, comprometendo as futuras florações, como explicou o diretor-executivo de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Sergio de Zen.

“O café é uma planta bianual, ou seja, nós tínhamos esse ano uma bianualidade negativa, então para a próxima safra nós esperávamos uma bianualidade positiva e, com isso, nós vamos frustrar um pouco essa previsão de produção”, observou.

Só em Minas Gerais, o maior produtor de café do País, os efeitos das geadas afetaram 170 municípios e cerca de 10 mil propriedades rurais. O diretor-presidente da Emater de Minas, Otávio Maia, destacou alguns dos pedidos que o governo estadual fez à ministra da Agricultura, Tereza Cristina, para minimizar os danos.

“Ampliação do acesso ao crédito aos produtores atingidos pelas geadas, considerando que há produtores que têm dificuldades de acesso ao crédito e não mantêm operações com agentes financeiros por motivos diversos. Liberação de crédito para outras lavouras atuais ou atividades pecuárias, que permitam retorno financeiro rápido para os anos de 2021 e 2022, como soja, milho, feijão, entre outros, possibilitando a diversificação das atividades na propriedade rural”, enumerou.



Silvio Farnese anunciou socorro de R\$ 1,3 bilhão

Recursos do governo

Durante a audiência pública, o diretor de Comercialização e Abastecimento do Ministério da Agricultura, Silvio Farnese, anunciou que, dos R\$ 5,9 bilhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), R\$ 1,3 bilhão já está separado para apoiar os produtores rurais atingidos pelas geadas. O Banco do Brasil também destinou crédito de R\$ 2 bilhões para a recuperação de cafezais e de outras lavouras prejudicadas pelas baixas temperaturas do inverno.

O coordenador de Produção Agrícola da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Maciel da Silva, acrescenta outra dificuldade para equilibrar as contas dos produtores rurais: o

aumento de custos como fertilizantes e energia elétrica.

“Além de todos esses eventos climáticos, todos esses impactos em relação à receita, a gente tem visto também uma pressão para o lado do custo, contribuindo também com o estreitamento das margens (de lucro) dos produtores”, observou.

Seguro rural

Assim como outros debatedores, o representante da CNA também apontou a baixa adesão dos agricultores ao seguro rural, que poderia ser um importante apoio financeiro na compensação dos prejuízos causados pelo clima. O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), um dos parlamentares que propuseram a realização da audiência, defende que os produtores rurais sejam estimulados a mudar essa cultura.

“Não é possível que a gente continue tendo o seguro agrícola como algo ainda eventual. Tem que ser algo que esteja presente no planejamento. É curioso como nós temos, às vezes, um pouco de dificuldade de absorver isso como um investimento necessário e não uma mera despesa”, disse o deputado.

Ele pretende sugerir outra audiência pública para discutir especificamente mecanismos para aumentar a adesão dos produtores ao seguro rural.

Reportagem – Cláudio Ferreira
Edição – Roberto Seabra

Comissão discute controle fitossanitário em culturas do cacau

13 de Setembro - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta segunda-feira (13) para avaliar o controle fitossanitário da monilíase do cacauzeiro. O debate será realizado às 14 horas, no plenário 12.

A monilíase é uma doença que afeta plantas como o cacau e o cupuaçu, causando perdas na produção e uma elevação nos custos devido à necessidade de medidas adicionais de manejo e aplicação de fungicidas para o controle da praga.

A deputada Lídice da Mata (PSB-BA), que pediu a audiência, lembra que foi descoberta no município de Cruzeiro do Sul, no interior do Acre, a presença da praga, confirmada através de uma análise laboratorial, realizada pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de Goiânia (GO).

Marco Nascimento/Agência Pará



Audiência vai discutir ações para evitar a chegada da praga aos centros produtores de cacau

"O foco detectado se encontra ainda distante das principais regiões produtoras, mas devido ao seu potencial de danos às culturas que atinge, é de fundamental importância ações de monitoramento e notificação imediata de quaisquer suspeitas de ocorrência da praga nas demais regiões do país às autoridades fitossanitárias", observou a deputada.

Debatedores

Confirmaram presença na audiência pública:
- o pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental e membro do Portfólio do Cacau da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Rafael Moyses Alves;

- a coordenadora-geral de Proteção de Plantas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Graciane Castro;

- o coordenador de Produção Agrícola da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Maciel Silva;

- o presidente do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre (Idaf), José Francisco Thum;

- a fiscal agropecuária da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), Catarina Cotrim de Mattos Sobrinho.

Da Redação – RS

Comissão rejeita projeto e mantém decreto do governo sobre fiscalização de rodeios

17 de Setembro - Decreto atribui ao Ministério da Agricultura o papel de avaliar os protocolos de bem-estar animal

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados rejeitou a suspensão de um decreto do governo Bolsonaro que atribui ao Ministério da Agricultura o papel de avaliar os protocolos de bem-estar animal elaborados por entidades promotoras de rodeios.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Aline Sleutjes recomendou a rejeição da proposta

A suspensão foi pedida pelo deputado Célio Studart (PV-CE), autor do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 516/19. Ele alega que o Decreto 9.975/19 desconsidera leis municipais e estaduais, além de decisões judiciais, que baniram algumas práticas de rodeio consideradas prejudiciais aos animais, como a prova de laço.

A rejeição foi recomendada pela relatora do projeto, deputada Aline Sleutjes (PSL-PR). Segundo ela, o Ministério da Agricultura regulamentou em

2019 as modalidades equestres de laço individual, laço em dupla e laço comprido (Portaria 199/19).

“A portaria assegura a proteção dos animais e, mais importante ainda, prevê punições para os casos de descumprimento”, disse.

Sleutjes afirmou ainda que o decreto encontra respaldo jurídico na Emenda Constitucional 96, que permite as práticas desportivas que utilizam animais consideradas manifestações culturais. Desde 2016, o rodeio, a vaquejada e o laço são considerados manifestações culturais nacionais e patrimônios culturais imateriais por força da Lei 13.364/16.

Tramitação

O projeto será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Depois seguirá para o Plenário da Câmara.

Reportagem - Janary Júnior
Edição - Marcia Becker

Comissão aprova padrões para embalagens de frutas e hortaliças e rejeita multa

17 de Setembro - Deputados rejeitam emendas do Senado e mantêm texto aprovado anteriormente pela Câmara

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto que adota padrões para embalagens destinadas ao acondicionamento e venda de frutas e hortaliças. O objetivo é garantir a adequada conservação e integridade dos produtos, com a substituição das embalagens de madeira por modelos de mais fácil higienização e manuseio, como as caixas plásticas.

Essa proposta foi aprovada pela Câmara em 2015 e enviada ao Senado, que a aprovou com alterações. Por isso, o projeto voltou para a Câmara, para que as alterações sejam votadas.

O texto aprovado pela comissão mantém a redação aprovada anteriormente pela Câmara dos Deputados – PL 3778/12, da deputada Iracema Portella (PP-PI). Os deputados rejeitaram as emendas do Senado Federal que definiam penalidades aos infratores da lei, incluindo advertências, multas de até R\$ 1 milhão, suspensão da comercialização ou apreensão das embalagens.

Os deputados seguiram a orientação da relatora, deputada Aline Sleutjes (PSL-PR). "As medidas adicionadas ao projeto trariam insegurança aos produtores do setor. A possibilidade de aplicação de multas de até R\$ 1 milhão elevaria desnecessariamente o risco de um negócio já permeado por dificuldades estruturais e conjunturais. É uma multa exorbitante que iria fechar todo e qualquer comércio", argumentou a relatora.

Padrões

Segundo a proposta, as embalagens podem ser descartáveis ou retornáveis, sendo que as retornáveis devem ser resistentes ao manuseio e a operações de higienização e não se devem constituir em veículos de contaminação. As dimensões externas devem permitir empilhamento em palete com medidas de 1 por 1,2 metro.

O fabricante deve informar as condições apropriadas de uso, tais como o peso máximo e o empilhamento suportável, as condições de manuseio, bem como se as embalagens são retornáveis ou descartáveis. O fabricante ou o fornecedor de embalagens deve estar identificado nelas.

Tramitação

A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e depois pelo Plenário.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico também rejeitou as alterações do Senado, em votação realizada em 2017.

Reportagem - Francisco Brandão
Edição - Wilson Silveira

Audiência debaterá incentivos à agricultura familiar para produção de orgânicos

20 de Setembro - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta segunda-feira (20) para debater a agricultura familiar e a produção orgânica de alimentos.

Alexandre Carvalho/A2img/Governo de São Paulo



Produção de alimentos orgânicos será tema de debate

O debate foi sugerido pelos deputados Heitor Schuch (PSB-RS) e Vilson da Fetaemg (PSB-MG). Eles destacam que há uma tendência de valorização dos sistemas orgânicos de produção, motivada por uma demanda mundial de maior sustentabilidade ambiental.

"Propomos a realização da audiência pública como forma de dinamizar a tecnologia, a regulamentação e o incentivo para a viabilização da produção orgânica da agricultura familiar e dos empreendimentos rurais familiares", diz o requerimento assinado pelos deputados.

"Mesmo que a produção orgânica de alimentos não tenha como premissa única a produção no contexto da agricultura familiar, esse espaço se constitui como o lócus ideal para o desenvolvimento da agroecologia, tendo em vista que é nesse espaço que suas bases (sociais, econômicas, ambientais, culturais) podem ser desenvolvidas, respeitadas e fortalecidas", afirmam.

Debatedores

Entre os convidados para o debate estão o

presidente do Instituto Brasil Orgânico, Rogério Dias; o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) José Antônio Azevedo Espíndola; e o empresário e produtor de alimentos orgânicos Joe Valle.

Da Redação
Edição – Pierre Triboli

Comissão aprova projeto que prorroga prazo para agricultor afetado por quebra da safra pagar dívida

20 de Setembro - Entre os casos previstos para quebra da safra estão praga, doença, estiagem, seca, excesso hídrico, enchente e outros fenômenos naturais.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto que estende o prazo para agricultores pagarem dívidas do crédito rural no caso de frustrações de safra ou problemas de mercado. Entre os casos previstos para quebra da safra estão praga, doença, estiagem, seca, excesso hídrico, enchente e outros fenômenos naturais adversos.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Schreiner: risco das operações de crédito é dos agentes financeiros

O texto aprovado é o substitutivo do deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO) ao Projeto de Lei 5555/19, do deputado Luis Nishimori (PL-PR), que altera a Lei da Política Agrícola. O

relator retirou do texto a proibição de inscrever o devedor em cadastros de restrição de crédito.

"O risco das operações de crédito é dos agentes financeiros. Seria impróprio vedar a possibilidade de avaliar a capacidade de pagamento do tomador, sob risco de se desestimular a oferta de recursos para financiamento rural", argumentou Schreiner.

O relator elogiou a proposta pelo objetivo de evitar o endividamento pernicioso e a perda de patrimônio em função de cobrança judicial do débito. "É importante assegurar em lei essa proteção aos produtores rurais."

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e segue para análise das comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Francisco Brandão
Edição - Marcia Becker

Comissão aprova projeto que isenta imóveis rurais com mais de 30% de reserva

20 de Setembro - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto que isenta imóveis de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) quando a parcela de Reserva Particular do Patrimônio Natural cobrir mais de 30% da área total. A proposta permite o uso de reservas particulares para compensar multas decorrentes de infrações ambientais ou para obter licenciamento para empreendimentos de significativo impacto ambiental. Os dispositivos ainda tratam da criação, gestão e manejo de reservas particulares.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Schreiner: "Reservas particulares ampliam sistema de conservação"

O texto aprovado é o substitutivo do deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO) ao Projeto de Lei 784/19, do deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP). "As reservas particulares têm sido consideradas uma grande alternativa para a ampliação do sistema de unidades de conservação, principalmente por integrar a sociedade civil com o poder público. A quantidade de reservas particulares tem crescido significativamente, fazendo com que a categoria assuma ainda mais importância", destacou o relator.

Empreendimentos

O projeto permite o uso de reservas particulares como meio de obter licenciamento para empreendimentos de significativo impacto ambiental. Pelas regras atuais, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral ou unidades de conservação de posse e domínio públicos do grupo de Uso Sustentável, especialmente as localizadas na Amazônia Legal.

Já as multas decorrentes de infrações ambientais poderão ser convertidas em bens, serviços e benfeitorias em reservas particulares.

Atividades

A proposta amplia o rol de atividades em reservas particulares. Atualmente, são permitidas apenas a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. O projeto permite a instalação de criadouro para planos de recuperação de populações de animais silvestres localmente ameaçados ou de programas de

repopoamento de áreas por espécies em declínio na região.

Outra possibilidade é o uso de espécies nativas de ecossistemas da região para instalação de viveiro de mudas, a coleta de sementes em quantidade que não comprometa a biodiversidade local e a comercialização de mudas e sementes.

Fundo

O projeto cria o Fundo Nacional das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, com o objetivo de promover e estimular a criação, gestão, manejo, manutenção, capacitação, monitoramento e proteção de reservas particulares.

Os recursos virão de compensação ambiental e conversão de multas decorrentes de infração ambiental, contratos, acordos ou convênios internacionais, além de doações de empresas ou pessoas físicas. Um conselho gestor composto por representantes do poder público e da sociedade civil vai supervisionar o fundo.

Criação

O projeto isenta as reservas particulares de taxas cartoriais ou outros custos no processo de criação. As áreas destinadas à criação de reservas particulares não podem estar com obras em andamento ou previstas em editais.

O poder público dará prioridade à criação e ao atendimento de reservas particulares situadas em zona de amortecimento de unidades de conservação e em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Francisco Brandão
Edição - Rachel Librelon

Agricultura orgânica avança, mas produtores cobram recursos e menos burocracia

20 de Setembro - Produção orgânica é vista como vantajosa para pequeno produtor, além de ajudar a conter o êxodo rural

Na última década, a produção de alimentos orgânicos cresceu quatro vezes e, atualmente, há quase 20 mil agricultores familiares certificados. Apesar dos avanços, produtores rurais cobram recursos para pesquisa e insumos, além de defenderem a redução da burocracia e a simplificação de tributos para o setor.

As reivindicações foram apresentadas nesta segunda-feira (20) em audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.



Schuch: os produtores se viram por conta própria

O deputado Heitor Schuch (PSB-RS), que solicitou o debate, lamentou a falta de recursos e de políticas específicas para a agricultura orgânica. "Os produtores se viram por conta própria", lamentou. "Já ouvi dizerem que a agricultura orgânica é muito cara. Caro são os agrotóxicos. Eu nunca vi um agricultor dizer que gosta de comprar agrotóxico ou aplicar agrotóxico, com o risco de se contaminar."

Também presente na audiência pública, o deputado Wilson da Fetaemg (PSB-MG) defendeu que os bioinsumos deveriam ter isenção no lugar de agroquímicos que provocam danos à saúde e ao meio ambiente. A Câmara dos Deputados analisa projeto de lei (PL 658/21) que regulamenta a

produção de bioinsumos, inclusive quando feitos pelos produtores rurais. "Deveríamos ter condições equivalentes de incentivos fiscais, financiamento e pesquisa hoje existentes na agricultura convencional", sugeriu.

Êxodo rural

Vários debatedores defenderam a agricultura orgânica como um meio de combater o êxodo rural e estimular os jovens a permanecer no campo. "A agricultura orgânica é mecanismo fundamental para que pessoas do campo tenham qualidade de vida e condições para produzir o alimento que vamos comer", argumentou o presidente do Instituto Brasil Orgânico, Rogerio Dias.

O presidente da Cooperativa de Produção Orgânica de Sucos e Óleos Essenciais de Citros no Vale do Caí (Ecocitrus), Pedro Francisco Schneider, afirmou que a possibilidade de produções mais baratas e limpas têm atraído os jovens agricultores. A cooperativa, que hoje tem 120 famílias associadas, trabalha na formação de agricultores e promove o desenvolvimento de usinas de compostagem e geradores de energia.

O presidente da Câmara Temática de Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luiz Carlos Demattê Filho, também acredita que a produção orgânica possa combater problemas como desigualdade social e impacto climático. Ele lamentou a falta de profissionais especialistas em produção orgânica e ecológica. "Precisamos desenvolver implementos agrícolas e equipamentos adequados para produção orgânica", apontou.

Pesquisa e burocracia

O pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) José Antônio Azevedo Espíndola afirmou que há atualmente 34 portfólios com projetos de pesquisa para inovação social da agricultura e sistemas de produção agroecológica. "Elaboramos projetos em parceria com representantes do setor produtivo. Isso

aumenta a necessidade de uma agenda de inovação para agricultura orgânica", comentou.

A Embrapa tem se dedicado a avaliar e recomendar materiais genéticos adaptados para os sistemas de produção e desenvolvido práticas agropecuárias que favoreçam a melhoria dos recursos naturais, com o desenvolvimento de técnicas de manejo do solo e insumos como fertilizantes e produtos biológicos.



O produtor de alimentos orgânicos Joe Valle propôs que os recursos para a Embrapa estejam vinculados à agricultura familiar e orgânica. "Se o País não investir em pesquisa, vai depender das empresas privadas", alertou.

Valle também se queixou da burocracia e das regras para comercialização de produtos orgânicos, que limita as vendas entre estados. "Os produtos orgânicos são apenas comercializados em nível municipal", observou.

O produtor também reclamou dos processos de compra de alimentos orgânicos para merenda escolar e pediu a simplificação da contabilidade dos impostos. "As leis não conseguem atender os produtores familiares que mais precisam", afirmou.

Combate à inflação

O assessor da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) Antonio Lacerda Souto considera a produção orgânica mais vantajosa para o agricultor familiar. "Não adianta o pequeno agricultor adotar o mesmo sistema do agronegócio. A alternativa é a produção orgânica para fortalecer a agricultura familiar", defendeu.

Souto lembrou que a agricultura familiar responde por 70% da produção de alimentos do Brasil e ocupa 67% da mão de obra. Ele afirma que a agricultura familiar tem papel fundamental no combate à inflação. "Se não estimularmos a produção familiar, vamos ter desabastecimento", alertou.

O assessor observou que a produção de soja e cana-de-açúcar, voltada para o mercado externo, tem aumentado nos últimos anos, enquanto a área plantada de arroz e feijão diminuiu.

Reportagem - Francisco Brandão
Edição - Ana Chalub

Comissão aprova fundo para compensar produtor rural por fenômenos climáticos

23 de Setembro - Valor disponibilizado pelo Fundo Compensatório para Produtores Rurais (FPR) aos produtores será definido pelo governo

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto que cria um fundo para compensar pequenos produtores rurais (área até 100 hectares) cujas unidades produtivas tenham sido atingidas por fenômenos climáticos de grande intensidade, como enchentes ou secas (PL 185/21).

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Jose Mario Schreiner: medida garante a continuidade da atividade

O valor disponibilizado pelo Fundo Compensatório para Produtores Rurais (FPR) aos produtores será definido pelo governo, em regulamento, e entregue mensalmente enquanto durar os efeitos do desastre natural ocorrido sobre a produção agropecuária, limitado a seis meses.

A comissão aprovou uma emenda que também inclui os agricultores familiares entre os beneficiários do FPR.

O projeto é do deputado licenciado Juninho do Pneu (DEM-RJ) e foi relatado pelo deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO), que recomendou a aprovação. Para ele, o fundo compensatório complementa a rede de proteção à atividade dos pequenos produtores.

“A medida garante a continuidade da atividade para os pequenos produtores de todo o País que enfrentam desequilíbrio financeiro decorrente de adversidades”, disse.

O projeto também permite a concessão de indenizações pecuniárias para a recuperação da capacidade produtiva, mediante a aquisição de equipamentos, animais e insumos agrícolas. A medida, porém, dependerá da disponibilidade de recursos no fundo.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada agora pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

**Reportagem – Janary Júnior
Edição – Wilson Silveira**

Comissão aprova projeto do Executivo sobre autocontrole na fiscalização agropecuária

23 de Setembro - Relator incluiu programa de vigilância de fronteiras, diminuiu teto de multas previstas e fez ajustes em programas de autogestão

e fiscalização online de produtores rurais e agroindústrias

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Domingos Sávio: “Retirou-se o intervencionismo excessivo do poder público”

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou proposta do Poder Executivo que substitui fiscalização agropecuária por programas de autocontrole por produtores rurais e indústria e incentivo a modelos de fiscalização on-line a partir do compartilhamento de processos. O projeto também altera regras de controle sanitário e o valor das multas aplicadas por infrações.

O texto aprovado é o substitutivo do deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) ao Projeto de Lei 1293/21, do Poder Executivo. O parlamentar incorporou mais de 20 emendas no texto aprovado, que tem como principal inovação a criação do Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras) para impedir o acesso de pragas ou outras substâncias danosas e de produtos fora do padrão, além de atuar no contraterrorismo e controle de danos.

“A proposta vai assegurar com clareza a função do Ministério da Agricultura no papel relevante de garantir que o Brasil esteja protegido do ingresso de alimentos ou produtos de origem animal ou vegetal que possam representar risco à saúde pública ou à saúde de animais e vegetais no território nacional”, ressaltou Sávio.

Contraditório

Domingos Sávio incluiu o direito a processo administrativo – assegurado contraditório e ampla

defesa – antes do cancelamento de registro de produtos fora dos parâmetros ou padrões do Ministério da Agricultura. A mudança foi fruto de acordo com integrantes da comissão para permitir a aprovação do substitutivo.

O texto permite concessão automática de registro para produtos agropecuários que possuam parâmetros ou padrões normatizados. A regra não vale para defensivos agrícolas ou agrotóxicos, regulados por legislação específica (Lei 7.802/89).

Autocontrole

Domingos Sávio afirmou que o texto aprovado busca modernizar a legislação agropecuária. “Retirou-se o intervencionismo excessivo do poder público e estabeleceu-se o princípio do autocontrole, de modo a assegurar maior agilidade e protagonismo ao agente privado, sem prejuízo algum das ações de regulação e fiscalização, competências indelegáveis do Estado”, defendeu.

Pelo texto, os agentes privados desenvolverão programas de autocontrole com o objetivo de garantir a inocuidade, a identidade, a qualidade e a segurança dos seus produtos. O programa não é obrigatório para agentes da produção primária agropecuária, mas o relator determinou que esses produtores poderão aderir voluntariamente a programas de autocontrole por meio de protocolo privado de produção.

Sávio alterou o texto para deixar a definição dos programas de autocontrole sob responsabilidade do setor produtivo, com orientação do Ministério da Agricultura (Mapa). O texto original dá essa atribuição ao Mapa, ouvido o setor privado. O relator também incluiu que a regulamentação dos programas deve levar em conta o porte do agente econômico.

Outra mudança aprovada pela comissão determina que caberá à fiscalização agropecuária verificar o cumprimento do descrito no programa de autocontrole da empresa, que será definido pelo estabelecimento privado e deve atender, no mínimo, aos requisitos definidos em legislação.

Os programas conterão registros sistematizados e auditáveis de todo o processo produtivo, desde a recepção da matéria-prima até o produto final. Deverão conter também medidas para recolhimento de lotes em desconformidade com o padrão legal e os procedimentos de autocorreção.

O Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária foi alterado para determinar o compartilhamento periódico de dados operacionais e de qualidade pelo estabelecimento fiscalizado. O texto original exigia o compartilhamento em tempo real.

De adesão voluntária, o programa permite fiscalização online pelos fiscais agropecuários em troca de benefícios e incentivos estabelecidos no regulamento do programa. As empresas que aderirem a este programa serão, necessariamente, notificadas a regularizar eventuais infrações cometidas.

Sávio defendeu a medida. “A proposta permite maior dinamismo e liberdade às atividades econômicas agropecuárias, possibilitando que o Estado concentre suas ações no controle e na fiscalização de atividades de maior risco, sem enfraquecer o papel estatal conferido pela legislação vigente”, avaliou.

Revisão

O texto cria a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, que atuará como terceira e última instância sobre penalidades aplicadas por fiscais e confirmadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária. A comissão será composta por 5 titulares e 5 suplentes: 2 titulares e 2 suplentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 1 titular e 1 suplente do Ministério da Justiça; 1 titular e 1 suplente da Confederação Nacional da Indústria; e 1 titular e 1 suplente da Confederação Nacional da Agricultura.

Unificação de penalidades

Domingos Sávio também reduziu os valores de multas em caso de desconformidade foram reduzidos. A multa máxima, pelo texto aprovado,

será de R\$ 50 mil enquanto o texto do Executivo previa multas de até R\$300 mil.

A proposta revoga dispositivos referentes às penalidades administrativas de dez diversas legislações do setor, como a Lei de Produtos de Origem Animal (POA); Lei de Produtos de Origem Vegetal (POV).

Os artigos serão substituídos pelos critérios estabelecidos neste projeto de lei, com maior direito a contraditório e penas mais brandas que em outras leis.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Carol Siqueira
Edição - Wilson Silveira

Comissão realiza debate sobre a mistura do biodiesel nos combustíveis

27 de Setembro - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta segunda-feira

(27) sobre a mistura do biodiesel nos combustíveis. O debate atende a requerimento do deputado [Pedro Lupion \(DEM-PR\)](#).

Camila Domingues/Palácio Piratini



Biocombustíveis: Usina Oleoplan, em Veranópolis

(RS)

Foram convidados para discutir o assunto com os parlamentares, entre outros:

- o diretor do Departamento de Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Pietro Mendes;
- o diretor superintendente da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio), Julio Cesar Minelli;
- o diretor superintendente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio), Donizete Tokarski;
- o coordenador da Comissão Técnica da Câmara Setorial de Máquinas Rodoviárias da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Odirlei Ducatti.

Da Redação - MB



OUTUBRO

Comissão aprova criação da Política Nacional de Economia Solidária

01 de Outubro - Foram aprovadas alterações do Senado ao projeto aprovado pela Câmara em 2017.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto que cria a Política Nacional de Economia Solidária e regulamenta a atividade dos empreendimentos baseados em princípios como autogestão, cooperação, solidariedade e gestão participativa (PL 6606/19).

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Mara Rocha recomendou a aprovação das mudanças feitas pelo Senado

A proposta (anteriormente numerada como PL 4685/12) é do deputado Paulo Teixeira (PT-SP) e outros sete parlamentares. A matéria foi aprovada pela Câmara em 2017 e enviada ao Senado, que a aprovou com alterações. Por isso, o projeto voltou para a Câmara, para que as alterações sejam analisadas.

A relatora, deputada Mara Rocha (PSDB-AC), apresentou parecer favorável às mudanças do Senado. Segundo ela, o novo texto foi aprimorado. A parlamentar defendeu ainda a criação de uma política pública para a economia solidária.

“Se, por um lado, a economia solidária cresce em importância no País, por outro, falta um maior reconhecimento dessas atividades. Assim, não temos dúvidas da importância da aprovação de

um diploma legal que disponha sobre os empreendimentos solidários, criando uma política que os favoreça e destine os recursos necessários para tal fim”, afirmou Mara Rocha.

Definição

O projeto define economia solidária como as atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, observados princípios como autogestão, comércio justo e solidário, gestão democrática e participativa, distribuição equitativa das riquezas produzidas, preservação do meio ambiente e valorização do ser humano.

A iniciativa cria o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários. Para ser beneficiado pela nova política, o empreendimento de economia solidária deverá cumprir uma série de requisitos, entre eles a autogestão, a administração transparente e democrática, soberania das assembleias, voto dos associados e práticas justas e solidárias.

Os empreendimentos também deverão ter seus membros diretamente envolvidos na consecução do objetivo social e os resultados financeiros serão distribuídos conforme deliberação dos associados, considerando a proporcionalidade das operações e atividades econômicas realizadas individual e coletivamente.

O resultado operacional líquido, quando houver, deverá ser investido nas finalidades do empreendimento ou em outros empreendimentos equivalentes.

Fundo

A proposta autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Economia Solidária (FNAES), com o objetivo de centralizar os recursos orçamentários para os programas destinados a implementar a Política Nacional de Economia Solidária.

O texto cria ainda o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes), que será responsável pela formulação, implementação, acompanhamento e avaliação da PNES. Integrarão o Sinaes órgãos da administração pública federal responsáveis por desenvolver programas voltados à economia solidária, além de organizações da sociedade civil ligadas ao tema.

Tramitação

O projeto será analisado agora pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário da Câmara.

Reportagem – Janary Júnior
Edição – Natalia Doederlein

Especialistas alertam para riscos da produção de bioinsumos em fazendas

07 de Outubro - Os bioinsumos são organismos vivos, como bactérias, insetos ou plantas, usados para melhorar a fertilidade do solo ou controlar pragas

Especialistas em biossegurança e em meio ambiente alertaram as comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, nesta quinta-feira (7), sobre os riscos da fabricação de bioinsumos em propriedades rurais do País.

Segundo eles, a regulamentação da produção de bioinsumos (e derivados) no Brasil – prevista no Projeto de Lei 658/21 – tem potencial para aumentar a produtividade no campo e favorecer a preservação do meio ambiente, mas, para tanto, precisa respeitar critérios de biossegurança e garantir a adoção de boas práticas de manejo e produção.

Os bioinsumos são organismos vivos, como bactérias, insetos ou plantas, usados para melhorar

a fertilidade do solo ou para o controle de pragas e doenças nas lavouras, em substituição ou complementação ao uso dos defensivos químicos (agrotóxicos) tradicionais.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Caio de Almeida: fabricação tem de respeitar critérios de biossegurança e manejo

Gerente de avaliação de segurança toxicológica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Caio de Almeida demonstrou preocupação especial com a fabricação de bioinsumos para uso próprio nas propriedades (manejo biológico *on farm*). Ele considera errado pensar que, por serem produtos naturais, possam ser classificados como de baixo risco.

"No caso de agentes microbiológicos de controle, a inadequação técnica e a ausência de etapas severas de controle de qualidade durante a produção podem levar a uma multiplicação de espécies ineficientes para o controle biológico, à contaminação por agentes causadores de doenças ou à proliferação de espécies ou variedades que produzam toxinas prejudiciais à saúde humana", alertou Almeida.

Controle e fiscalização

O gerente da Anvisa avalia que o projeto de lei "não garante que medidas de controle serão adequadamente seguidas". "Não nos colocamos em oposição ao direito dos produtores rurais de fabricar os próprios insumos, inclusive agentes biológicos de controle, porém essa produção precisa ser regulada, controlada, fiscalizada, a fim de garantir a segurança da produção", concluiu.

Conforme a proposta em análise na Câmara, a fabricação será feita, obrigatoriamente, em biofábricas, do zero ou a partir de substâncias pré-prontas compradas de empresas registradas, com ajuda de profissional habilitado. O Ministério da Agricultura elaborará um Manual de Boas Práticas de Manejo Biológico para orientação dos produtores rurais.

O texto dispensa a instalação e a operação das biofábricas nas propriedades rurais de licenciamento ambiental, desde que o imóvel esteja regular ou em regularização. A comercialização dos produtos é proibida.

Meio ambiente

Representando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Juliana Rodrigues apontou os bioinsumos como um avanço para a área ambiental por serem menos poluentes, mas também destacou a necessidade de cuidados técnicos para evitar a contaminação do solo e da água, bem como a introdução de espécies exóticas. Ele sugeriu que a regulamentação assegure a participação do Ibama nos processos de fiscalização, de controle do patrimônio genético e de licenciamento ambiental.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Zé Silva: regulamentação da atividade deve incentivar ações sustentáveis

O deputado Zé Silva (Solidariedade-MG), que é engenheiro agrônomo e sugeriu o debate juntamente com o deputado Nelson Barbudo (PSL-MT), defendeu a regulamentação dos bioinsumos como forma de incentivar meios de produção mais sustentáveis. "Fazer uso de bioinsumos não significa que se trata de agricultura orgânica, mas é uma

maneira de fabricar produtos para fazer o manejo biológico de pragas e doenças. O desafio do mundo é o equilíbrio entre produzir alimentos e preservar o meio ambiente", disse.

Especificação de referência

Pesquisadora e bióloga da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Rose Monnerat destacou a maior eficiência e a menor toxicidade de insumos biológicos em comparação com defensivos tradicionais e acrescentou que, atualmente, esse tipo de controle de pragas é usado em cerca de 10 milhões de hectares no País, o que movimentou, em 2020, R\$ 1,18 bilhões.

Como medida de controle, ela sugeriu que a regulamentação permita apenas a multiplicação de microorganismos reconhecidos pelo Ministério da Agricultura ou com especificação de referência – uma espécie de registro que atesta a segurança do insumo. A pesquisadora propôs ainda que a nova lei exija um responsável técnico nas fazendas.

Por fim, o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, José Guilherme Leal, apoiou o substitutivo ao projeto aprovado recentemente pela Comissão de Meio Ambiente. A nova versão amplia o escopo da proposta, para incluir a importação, exportação e comercialização dos bioinsumos.

Nesses casos, de acordo com o substitutivo, os estabelecimentos serão obrigados a se registrar no Ministério da Agricultura e a desenvolver programas de autocontrole de produção. O registro será feito por processo administrativo simplificado.

Reportagem – Murilo Souza
Edição – Marcelo Oliveira

Comissão debate distribuição de créditos de descarbonização

14 de Outubro - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados debate nesta quinta-

feira (14) a distribuição dos créditos de descarbonização (CBio), conforme previsto no Projeto de Lei 3149/20. A proposta permite que o produtor rural que fornece matéria-prima para a produção de biocombustível, como soja e palma (óleo de dendê), participe da receita gerada pela negociação do CBio.

O debate atende a pedido do deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO). Para o parlamentar, há atualmente uma situação de verdadeira injustiça sofrida pelos produtores rurais, uma vez que estes não participam dos ganhos obtidos com a emissão de créditos de descarbonização. "Apenas o setor industrial de biocombustíveis goza dos benefícios dessa política", afirma.

Jaelson Lucas/Agência de Notícias do Paraná



Proposta permite que produtores sejam beneficiados com créditos de descarbonização

Foram convidados para discutir o assunto com os deputados:

- o presidente da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Ênio Jaime Fernandes Júnior;
- o presidente da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), Antonio Galvan;
- o presidente da Associação de Produtores de Açúcar, Etanol e Bioenergia (NovaBio), Renato Cunha;
- o diretor técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Antônio de Pádua;
- o presidente da Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil (Orplana), Gustavo Rattes de Castro;
- o presidente do Fórum Nacional Sucroenergético (FNS), Mário Ferreira Campos Filho; e

- o presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana), Alexandre Araujo de Moraes Andrade.

Da Redação – RL

Relator busca consenso entre indústria e agronegócio para ampliar alcance do RenovaBio

14 de Outubro - Proposta que altera a Política de Biocombustíveis pode incluir produtores rurais entre beneficiários dos créditos de carbono

O deputado José Mário Schreiner (DEM-GO) cobrou diálogo e consenso entre os produtores rurais e o setor industrial em torno de benefícios previstos na Lei do RenovaBio, que criou a Política Nacional de Biocombustíveis, em 2017. Schreiner é o relator da proposta (PL 3149/20) que inclui os produtores rurais de matéria-prima de biocombustíveis como beneficiários da receita gerada pelos CBIOs, os créditos de descarbonização, que são um dos instrumentos econômicos de estímulo à produção sustentável e à redução dos gases causadores do efeito estufa.

Além dos produtores de cana-de-açúcar, a medida também favorece quem planta milho, soja e palma. No entanto, há muitas divergências, sobretudo na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, principal matéria-prima do etanol. Schreiner quer concluir a votação da proposta na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, no máximo, até novembro e fez um apelo por consenso.

"A grande conquista é o RenovaBio e nós temos que zelar por ele para que todos possam se sentir contemplados. Nós estamos dentro de uma família: é um que planta, outro que transporta, outro que transforma em etanol, outro que transporta para o posto, e a sociedade ganha com isso. Que possamos avançar rapidamente nesse diálogo", disse.

De acordo com o texto original do deputado Efraim Filho (DEM-PB), a parcela de crédito de descarbonização do produtor rural será proporcional à sua participação no produto final do biocombustível. O pagamento deverá ocorrer nos mesmos prazos e condições já adotados para o setor industrial.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Alexandre Andrade rechaçou fala de Guedes sobre "Bolsa-Usineiro"

Críticas

Em audiência na Comissão de Agricultura nesta quinta-feira (14), dirigentes da Orplana e da Ferplana – organização e federação dos plantadores de cana do Brasil –, disseram que a proposta faz justiça com os produtores de biomassa. Para mostrar que o atual modelo de CBIOS beneficia apenas a indústria, o presidente da Ferplana, Alexandre Andrade, citou fala do ministro da Economia, Paulo Guedes, em recente encontro na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

“A parte social está nos produtores independentes de cana. Vai ser um selo só para as indústrias? Na CNA, o Paulo Guedes falou para a gente: ‘Olha, esse RenovaBio está me cheirando a Bolsa-Usineiro’. Infelizmente, se isso continuar do jeito que está, os produtores de cana não vão ganhar nada”, disse Andrade.

O presidente do Fórum Nacional Sucroenergético (FNS), Mário Campos Filho, repudiou a expressão “Bolsa-Usineiro”. Segundo ele, indústria e produtores rurais são interdependentes e precisam estreitar o diálogo. De forma geral, o setor industrial teme que a

proposta em análise na Câmara crie “amarras” e regulamentações excessivas.

Indústria

Ex-deputado federal, o presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única), Evandro Gussi, citou pontos que considera prejudiciais ao setor.

“Deixemos o mercado trabalhar. Não faz nenhum sentido trazermos uma regulamentação estatal, colocarmos uma precificação e a participação de contratos em lei. Esse não é o agro que nós todos aqui desejamos para o século 21”, disse.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Bartolomeu Pereira lembrou que os créditos de carbono valem cinco vezes mais nos EUA

Produtores de outras biomassas defendem a proposta. O diretor da Associação dos Produtores de Soja (Aproja), Bartolomeu Pereira, falou de vantagens para o setor.

“Aqui, a gente sabe que esse CPIO está valendo hoje em torno de 10 dólares, mas, na Califórnia (EUA), já está em 50 dólares. Então, o governo pode trabalhar isso como moeda de comercialização para as pessoas que querem investir em um ambiente melhor e para que o produtor seja compensado e tenha motivação”, declarou.

Em princípio, a proposta que amplia os beneficiários dos créditos de descarbonização tramita em caráter conclusivo nas comissões da Câmara, sem necessidade de votação em Plenário.

Ocupação

Durante a audiência, os convidados, todos ligados ao agronegócio, repudiaram as pichações e a ocupação temporária do prédio que abriga as associações dos produtores de soja (Aprosoja), milho (Abramilho) e de sementes de soja (Abrass) em Brasília, nesta quinta-feira.

Os protestos foram organizados pela Via Campesina dentro da "Jornada Nacional da Soberania Alimentar", com atos contra a fome no País e contra a associação do agronegócio com o governo Bolsonaro. A polícia do Distrito Federal investiga o caso.

Reportagem – José Carlos Oliveira
Edição – Roberto Seabra

Comissão de Agricultura avalia atuação da Embrapa

18 de Outubro - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta segunda-feira (18) sobre a atuação da Embrapa e os avanços da certificação carbono neutro.

Cláudio Neves/Portos do Paraná



Atuação da Embrapa aumentou a produção de grãos nas últimas décadas

"A Embrapa completou 48 anos construindo a ciência que se reinventa para estar à frente e

alinhada aos desafios", afirma a presidente do colegiado, deputada Aline Sleutjes (PSL-PR), que pediu a reunião. A parlamentar lembra que, entre dezenas de indicadores, a Embrapa é responsável por aumentar em 509% a produção de grãos nos últimos quarenta anos.

"No mesmo cenário dos avanços científicos promovidos por uma empresa totalmente brasileira, precisamos urgentemente de uma política nacional de sustentabilidade, que nos permita capturar, em forma de renda para os produtores, todos os avanços da agropecuária brasileira nesse rumo da sustentabilidade", ressalta Aline Sleutjes.

Nesse sentido a Embrapa desenvolve o projeto Carne Carbono Neutro, processo que visa neutralizar a emissão de gases de efeito estufa pelo gado com a presença de árvores em sistemas de integração com as pastagens.

Foram convidados para participar da audiência, entre outros, o presidente da Embrapa, Celso Moretti, e o pesquisador da Embrapa Gado de Corte Roberto Giolo de Almeida.

Da Redação – ND

Presidente da Comissão de Agricultura defende maior agilidade para a pauta do agro sustentável

18 de Outubro - Aline Sleutjes disse que a presença do colegiado em feira internacional do setor ampliou contatos sobre política agrícola com outras nações.



Dep. Aline Sleutjes /Da Agência Câmara de Notícias

Após participar da Anuga, a maior feira de bebidas e alimentos do mundo, na Alemanha, a presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, deputada Aline Sleutjes (PSL-PR), defendeu maior agilidade para a pauta do agro sustentável. Segundo a parlamentar, existe um viés muito equivocados do que é o Brasil em relação ao setor e o momento é de aprovar leis mais firmes, conforme o mundo espera não só do Brasil, mas de outros países também.

“Temos legislações importantes sobre o carbono tramitando. Temos agora a obrigação de agilizar esse processo de votação. Votamos o licenciamento ambiental, que está parado no Senado. Eles precisam fazer a tarefa de casa. Votamos regularização fundiária, que também está no Senado. Precisamos agilizar. Votamos autocontrole [proposta que substitui fiscalização agropecuária por programas de autocontrole por produtores rurais e indústria], que ajudará muito as nossas empresas a ampliar a produção”, listou Aline Sleutjes.

A Anuga ocorreu entre 9 e 13 de outubro em Colônia, na Alemanha, e contou com a participação de 77 empresas brasileiras. O saldo do evento para o Brasil foi positivo, na avaliação da presidente da Comissão de Agricultura. Ela destacou o fato de ter sido uma feira mais técnica e com menos visitação, em razão da pandemia de Covid-19, mas com efetivação de novos contratos.

“Todos os setores com os quais eu conversei – carne, bebida, frutas, açúcar, erva mate – estavam satisfeitos com o nível de comunicação entre os países e o fechamento de possíveis propostas de vendas”, destacou a deputada.

A comitiva que viajou à Alemanha incluiu outros parlamentares e participou de reuniões com lideranças locais e de outros países. Entre os assuntos discutidos, falou-se, por exemplo, em estratégias políticas para o avanço do agro nacional.

“A comissão fez a sua tarefa de casa, levou muito bem o nome do nosso País. Elevou a

qualidade dos nossos produtos e conseguiu abrir grandes portas de contatos e conversas a nível de política agrícola”, concluiu Aline Sleutjes. Ela acredita que, além de “celeiro do mundo”, o Brasil será modelo de sustentabilidade.

Reportagem - Noéli Nobre
Edição - Natália Doederlein

Comissão debate possível crise na produção de insumos para a próxima safra

22 de Outubro - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta sexta-feira (22) para discutir a possibilidade de faltar defensivos agrícolas para a próxima safra. O debate será no plenário 5, às 9 horas.

actionsports/DepositPhotos



Deputado alerta para “apagão” de defensivos agrícolas, por falta de matéria-prima

O deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que propôs a realização da audiência, disse que recentes notícias mostram que o País sofrerá um “apagão” de insumos na próxima safra. “Mesmo que mais de 90% dos defensivos agrícolas já estejam vendidos ou provisionados para o próximo ciclo, as indústrias não descartam atraso ou mesmo o cancelamento dessas entregas por falta de matéria-prima chinesa”, observou o deputado.

Falta de alimentos
Ainda segundo Jerônimo Goergen, dados recentes de importação desses produtos apontam uma

redução de 40% do mesmo volume importado no ano anterior. "Com a escassez de ofertas, os preços dos produtos têm triplicado, onerando ainda mais os produtores rurais, o que pode afetar diretamente a produção de alimentos", alertou.

Foram convidados para a audiência, entre outros, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama); da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Da Redação – RS

Especialistas afirmam que falta de defensivos e fertilizantes agrícolas é estrutural

22 de Outubro - Audiência na Câmara debateu a carência de insumos para as próximas safras, ocasionada por fatores externos

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Carlos Goulart: existe risco para as próximas safras

O diretor do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas do Ministério da Agricultura, Carlos Goulart, disse que uma das estratégias do governo para lidar com uma possível falta de defensivos agrícolas em safras futuras é antecipar pedidos de registro de novos fornecedores na Anvisa. Segundo o que Reginaldo Minaré, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), afirmou aos deputados da Comissão de Agricultura da Câmara nesta sexta-

feira (22), a falta de defensivos e de fertilizantes é inédita em 25 anos e deve perdurar.

De acordo com Carlos Goulart, não há perspectiva de carência de fertilizantes para a safra de verão, mas existe risco para as próximas safras. Ele explicou que existem problemas ligados à melhora dos números da pandemia de Covid-19 e o aumento global de consumo de energia, problemas políticos com grandes produtores como a Bielorrússia, e até o alagamento de minas de potássio no Canadá. O Brasil importa 85% do trio potássio, nitrogênio e fósforo, usados na composição dos fertilizantes denominados NPK.

Defensivos

No caso dos defensivos, além da aceleração de registros, o governo pretende conversar com as autoridades chinesas para que o país priorize as remessas de glifosato para o Brasil. Isso porque o Brasil precisa deste insumo para ter produtos agrícolas para exportar para a China. Por esse motivo, Carlos Goulart afirma que está em negociação uma cooperação técnica entre China e Brasil para a redução da nossa dependência em fertilizantes:

“A China tem interesse de que não falte também insumos para o Brasil porque é uma cadeia interdependente. Ela produz insumos que são trazidos para o Brasil e que são convertidos em produção agrícola. Isso é revertido para o Brasil, gerando excedente grande. Excedente que é majoritariamente destinado à própria China.”

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Jerônimo Goergen: "Não somos um país proativo, somos reativos"

Críticas

O deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), autor do requerimento para a audiência, sugeriu que a comissão acompanhe de perto a negociação com a China:

“No curto prazo já é difícil. E se errarmos, o médio e o longo também não vão acontecer. Isso não é de agora. O Brasil tem uma característica. Não somos um país proativo, somos reativos. A gente corre atrás quando a coisa já está caindo. E a pandemia apurou uma série de processos que todos relataram aqui”, disse.

Para Reginaldo Minaré, da CNA, também é preciso estimular a produção de fertilizantes orgânicos baseados em excrementos de porco e até de algas.

A diretora do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal, Eliane Kay, disse que a situação de crise tende a continuar porque a China, maior produtora de fósforo amarelo, base de vários defensivos, se comprometeu a reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Esse compromisso levou a metas de redução de consumo de energia em algumas regiões de até 90%.

Reportagem – Sílvia Mugnatto
Edição – Roberto Seabra

Comissão rejeita proposta que descentraliza emissão de licenças de pesca

22 de Outubro - O projeto já havia sido rejeitado pela Comissão de Meio Ambiente e agora deve ser arquivado

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei (PL) 2367/19, que permite ao governo federal descentralizar para os estados a concessão de licença para pesca marinha a pescador profissional.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Rodrigo Agostinho defendeu a centralização da emissão das licenças

A proposta foi apresentada pelo deputado Robério Monteiro (PDT-CE) com o argumento de que a descentralização visa agilizar as atividades do setor, penalizado com a demora na concessão das licenças de pesca.

No entanto, o relator, deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), discordou. “A legislação em vigor estrutura-se de forma a garantir o controle centralizado das atividades pesqueiras. Esse aspecto é ainda mais relevante quando se trata de nosso mar territorial, cobiçado por embarcações estrangeiras e monitorado apenas pela União”, disse.

O projeto já havia sido rejeitado anteriormente na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Com isso, ele será arquivado, a menos que haja recurso contrário dirigido ao Plenário da Câmara.

Reportagem – Janary Júnior
Edição – Natalia Doederlein

Câmara entrega Prêmio Mérito Agropecuário nesta quarta

27 de Outubro - A Câmara dos Deputados, por meio da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, realiza

nesta quarta-feira (27), às 10 horas, a cerimônia de entrega do Prêmio Mérito Agropecuário Deputado Homero Pereira.

José Fernando Ogura/Agência de Notícias do Paraná



Prêmio reconhece iniciativas sustentáveis na agropecuária

O prêmio foi instituído pela Resolução 58/14 e é concedido a cidadão ou instituição, pública ou privada, cujos trabalhos ou ações tenham-se destacado nos campos científico, de pesquisa, de desenvolvimento, de inovação e de sustentabilidade na área da agricultura, pecuária, abastecimento e desenvolvimento rural.

Neste ano serão agraciados:

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias – ministra da Agricultura, responsável por diversos programas nas áreas de exportação, sustentabilidade, preservação do meio ambiente e inovação tecnológica;

Celso Luiz Moretti - engenheiro agrônomo e pesquisador da Embrapa, onde atua na pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura;

Ordemilk Ltda - empresa de produtos da linha bovina, suína, cuja informatização da ordenha e do rebanho em sistemas on-line auxiliou no gerenciamento das propriedades, facilitando a produção rural;

Ernst Götsch – agricultor e pesquisador suíço, formado em Ciência Genética. Pioneiro dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) no Brasil, é referência nacional e internacional em sistemas agroflorestais e agricultura sintrópica;

Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) – responsável pelo “Verde é Vida”, programa de educação socioambiental e rural que fortalece e diversifica a educação no meio rural, buscando sustentabilidade e proteção da criança e do adolescente e a valorização da família do campo;

Grupo Schmidt Agrícola - empresa dedicada à produção de fibras, grãos e frutas, que acredita que o investimento constante em tecnologia proporciona melhor aproveitamento do tempo e da terra, gerando mais frutos e retorno dos recursos investidos;

Paulo do Carmo Martins - economista e pesquisador da Embrapa Gado de Leite, desenvolve estudos de inteligência de mercado e competitividade e eficiência da cadeia produtiva do leite e derivados;

Ricardo Faria - engenheiro agrônomo e fundador da Granja Faria, considerada uma das maiores e mais renomadas empresas produtoras de ovos do Brasil. A empresa criou um sistema de integração de produção de ovos férteis, em parceria com a BRF;

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) – entidade que defende os produtores junto ao governo federal, Congresso Nacional e tribunais superiores do Poder Judiciário. O Instituto CNA desenvolve tecnologias produtivas alternativas e divulga informações técnicas e científicas para o meio rural;

Josivane Caiano da Silva – líder comunitária e presidente da Associação dos Produtores e Agricultores Rurais do Assentamento Santa Catarina (PB), que auxilia no plantio de algodão orgânico e desenvolveu um projeto de tingimento natural à base da planta Anileira;

Francisco Wanderley Dantas (in memorian) – ex-governador e ex-deputado pelo Acre, implantou no estado uma agricultura com sólida base técnica, estudo do terreno amazônico, produção em escala e implantação da pecuária com genética de ponta.

O prêmio

O prêmio homenageia o ex-deputado Homero Pereira, que se destacou na vida pública por seu interesse na agropecuária brasileira. Ele foi líder da bancada ruralista na Câmara e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Da Redação – ND

Câmara premia ministra da Agricultura e outras personalidades do agro brasileiro

27 de Outubro - Entrega do Prêmio Mérito Agropecuário acontece dias antes da Conferência do Clima, lembrada pelos participantes

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e outras dez personalidades e instituições receberam da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (27) o Prêmio Mérito Agropecuário Deputado Homero Pereira 2021. A homenagem, entregue em solenidade da Comissão de Agricultura, reconhece quem se destacou nos campos científico, de inovação e de sustentabilidade na área da agricultura, pecuária, abastecimento e desenvolvimento rural.



Da Agência Câmara de Notícias

A ministra foi escolhida a personalidade do agronegócio 2021. Ela citou a COP 26, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que começa no dia 31 de outubro em

Glasgow, na Escócia. Segundo Tereza Cristina, o Brasil tem muito a mostrar no encontro.

“O Brasil tem o que mostrar. Infelizmente, muita gente joga como se a agricultura brasileira não fosse essa agricultura real que nós temos. Temos problemas? Temos. Mas na dimensão da nossa agricultura, eu posso afirmar para vocês que ela é sustentável e ela caminha a passos cada vez mais largos para ser cada vez mais sustentável e ser a maior agricultura verde do planeta”, disse.

Tecnologia

Outra agraciada deste ano com o prêmio foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O presidente da empresa, Celso Moretti, não pôde participar do evento porque já estava a caminho da COP 26. O pesquisador da Embrapa Agroenergia Guy de Capdeville recebeu a premiação em nome de Moretti.

“Graças à adoção de tecnologia nessas cinco décadas, nós hoje produzimos volumes de soja que, se nós fôssemos produzir com a tecnologia das décadas de 70 e 80, nós precisaríamos de 200% a mais de área. Economizamos 70 milhões de hectares, isso é uma Alemanha mais uma Suíça juntos. Isso só no setor da soja”, disse.

Ainda segundo ele, na pecuária o Brasil teve um aumento de produtividade nos últimos 15 anos de 80%. “Em termos de peso de carcaça, pelo abate antecipado, por trabalho com genética, 80% a mais de carne sem aumentar um hectare sequer de produção.”

A solenidade foi presidida pela deputada Aline Sleutjes (PSL-PR), presidente da Comissão de Agricultura. “Escolhemos vocês para representar, para serem a voz, para serem a vez da população brasileira, do agronegócio que tem levado a economia do Brasil nas costas, e tem feito com que, realmente, o país continue firme mesmo no momento de pandemia”, disse a deputada.

O Prêmio Mérito Agropecuário leva o nome de Homero Pereira, que morreu em outubro de 2013. Ele foi produtor rural, líder da bancada ruralista na Câmara dos Deputados e presidente da

Frente Parlamentar da Agropecuária, pela qual participou da negociação pela aprovação do novo Código Florestal.

Outras categorias

Na categoria Empresa Destaque Rural, a premiada foi a Granja Faria, que criou um sistema de integração de produção de ovos férteis, em parceria com a empresa BRF. Na categoria Produção Agropecuária o prêmio foi para o Grupo Schmitt Agrícola, que produz fibras, grãos e frutas e investe em tecnologia para melhor aproveitamento do tempo e da terra. Na categoria Inovação Tecnológica, foi premiada a Ordemilk, empresa de mais de 30 anos que desenvolve produtos de linha bovina, suína e maquinário para cervejaria e que, com uso de tecnologia, ajudou a gerenciar a produção rural das propriedades.

Na categoria Mérito Científico foi premiado o doutor em economia aplicada Paulo do Carmo Martins, que, na Embrapa Gado de Leite, desenvolve estudos de inteligência de mercado e eficiência na cadeia produtiva do leite. Para Martins, estamos começando uma nova era, e também lembrou a COP 26.

"O Brasil chegou até aqui juntando a competência das universidades, dos institutos de pesquisa, da Embrapa e o empreendedorismo, que fez com que nós sejamos o único país do mundo que faz agricultura tropical de maneira diversificada. Eu não tenho a menor dúvida que essa nova era que se abre, do carbono zero, que nenhum país sabe fazer ainda. São poucos os países que juntam a competência e a coragem. E competência e coragem se traduzem em inovação", disse o pesquisador.

Reportagem – Luiz Cláudio Canuto
Edição – Roberto Seabra



NOVEMBRO

Comissão debate fomento à agricultura de baixo carbono

08 de Novembro - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta segunda-feira (8) sobre a atuação do Sistema Nacional de Fomento (SNF) no financiamento ao agronegócio sustentável.

Alberto Mazetti/Incra



Audiência vai debater o apoio à agricultura sustentável

O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), que pediu a audiência, lembra que o SNF está intimamente ligado ao desenvolvimento sustentável do Brasil, priorizando programas e linhas de crédito relacionadas à agenda 2030, sendo o maior difusor do Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), que tem como foco a adoção de tecnologias de produção sustentáveis no setor agropecuário.

"O SNF, por possuir linhas e produtos próprios para incentivar projetos sustentáveis, pode agregar recursos e expandir a capacidade de financiamento para alavancar os investimentos verdes nos setores rural e agropecuário", observa o deputado.

Debatedores

Foram convidados para o debate, entre outros, o presidente da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), Sergio Suchodolski; o diretor financeiro do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, Fernando

Vicente Netto; e o superintendente do Banco do Nordeste, Luiz Sergio Farias Machado.

Da Redação – RS

Deputado sugere crédito subsidiado para a recuperação de nascentes e matas nas propriedades rurais

Representante de instituições financeiras defendeu apoio à agropecuária de baixo carbono

08 de Novembro - O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) sugeriu nesta segunda-feira (8) à Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE) a criação de fundo para apoio à agropecuária sustentável, com crédito subsidiado para recuperação de nascentes, solos e áreas nas propriedades rurais.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Domingos Sávio defendeu uma ação nacional em defesa do meio ambiente

"Existem iniciativas em alguns estados, mas precisamos de uma ação nacional, inclusive para mostrar ao mundo que incentivamos o cuidado com o meio ambiente", afirmou o parlamentar, durante audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

A medida, para Domingos Sávio, poderia integrar plano de desenvolvimento sustentável para o Sistema Nacional de Fomento (SNF) em elaboração pela ABDE, com metas para 2030. Criada em 1969, a entidade reúne instituições de fomento, além de elaborar estratégias para o setor.

O presidente da ABDE, Sergio Suchodolski, colocou o corpo técnico da entidade à disposição para discutir a ideia desse fundo. Segundo ele, entendimentos da ABDE com os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente, hoje em fase final de elaboração, poderão auxiliar nessa tarefa.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Suchodolski: apoio à agropecuária de baixo carbono movimentou R\$ 26,9 bilhões

Crédito rural

A audiência pública na Comissão de Agricultura foi realizada por sugestão de Domingos Sávio. Durante o debate, Sergio Suchodolski e os seis convidados, todos vinculados à ABDE, comentaram a participação do SNF no crédito rural e também no Plano ABC, de apoio à chamada “agropecuária de baixo carbono”.

O SNF é o maior financiador do setor agropecuário no País, segundo a ABDE. No ano passado, as 31 instituições ligadas à entidade emprestaram mais de R\$ 153 bilhões, ou 79% do total, sendo R\$ 138 bilhões para pessoas físicas.

O presidente da ABDE disse ainda que o SNF já destinou R\$ 26,9 bilhões para o Plano ABC, ação setorial na Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.167/09) que busca reduzir no campo a emissão de gases de efeito estufa. Isso equivale a

82% do contratado de 2010 a 2020, na primeira fase do plano.

A ABDE representa hoje 31 instituições financeiras com atuação nacional e regional. São 10 bancos públicos, 16 agências regionais e 3 cooperativas de crédito (Sicoob, Sicredi e Cresol), mais a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Reila Maria/Câmara dos Deputados



Deputada Aline Sleutjes: "Não basta o setor público"

Outras presenças

O deputado Domingos Sávio dirigiu a maior parte dos trabalhos nesta tarde. Ao encerrar o debate, a presidente da Comissão de Agricultura, deputada Aline Sleutjes (PSL-PR), também pediu mais linhas de crédito no campo. “Não basta o setor público, temos de avançar na medida das necessidades da população.”

Participaram da audiência pública o superintendente do Banco do Nordeste, Luiz Sergio Farias Machado; a diretora do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) Leany Lemos; a presidente da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte, Marcia Maia; o presidente da Goiás Fomento, Rivaél Aguiar; o diretor do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) Fernando Vicente Netto; e o presidente da Cresol Confederação, Cledir Magri.

Reportagem – Ralph Machado

Edição – Roberto Seabra

Comissão aprova projeto que prevê benefício a agricultores familiares em caso de pandemia

10 de Novembro - Relator afirma que texto aprovado amplia proteção atual conferida pela Lei do Seguro-Safra aos agricultores familiares.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou proposta que prevê, em caráter excepcional, o pagamento do benefício Garantia-Safra aos agricultores familiares no caso da decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública em razão de epidemia ou pandemia.

Najara Araújo/Câmara dos Deputados



Luizão Goulart recomendou a aprovação da proposta com mudanças no texto original

O Projeto de Lei 2235/20 foi aprovado na forma de substitutivo do relator, deputado Luizão Goulart (Republicanos-PR), com ajustes na versão original dos deputados Carlos Veras (PT-PE), Patrus Ananias (PT-MG) e Bira do Pindaré (PSB-MA). “A proposta amplia a proteção a ser conferida pelo poder público aos agricultores familiares”, disse o relator.

O texto insere dispositivos na Lei do Seguro-Safra. Atualmente, essa norma assegura o benefício quando é comprovada a perda de pelo menos 50% da produção após estiagem ou excesso de chuvas. O benefício é de, no máximo, R\$ 1.200 anuais por família, dividido em até seis parcelas mensais.

O substitutivo acrescenta a hipótese de parcela única quando a negociação da produção acabar prejudicada por medidas sanitárias urgentes. Além disso, estende o benefício a qualquer município sistematicamente sujeito a perda de safra em razão de estiagem ou excesso hídrico, independentemente da região.

“O fechamento de feiras livres e de outras formas de venda direta impactam sobremaneira a agricultura familiar”, afirmaram os autores da proposta. “Durante a pandemia de Covid-19 os impactos não foram sentidos na colheita, mas no transporte e na comercialização dos alimentos”, ressaltaram.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Ralph Machado
Edição – Natalia Doederlein

Produção de insumos biológicos no Brasil é tema de novo debate nesta sexta

12 de Novembro - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados volta a discutir nesta sexta-feira (12) a proposta que regulamenta a produção de bioinsumos no Brasil.

Helton Ribeiro/Incra-SP



Bioinsumos visam substituir agrotóxicos nas plantações

Bioinsumos são materiais naturais usados no cultivo agrícola em substituição a defensivos e agrotóxicos, produzidos por empresas especializadas ou órgãos oficiais, como a Embrapa.

O assunto é tema do Projeto de Lei 658/21, do deputado Zé Vitor (PL-MG), em análise na Câmara.

A proposta divide os insumos biológicos de acordo com o risco para seres vivos, dispensa esses bioprodutos e demais derivados de receituário agrônomo, e traz regras detalhadas para a produção de insumos biológicos nas propriedades para uso próprio (manejo biológico *on farm*).

Biossegurança

No mês passado, o projeto foi tema de um debate promovido pelas comissões de Meio Ambiente e de Agricultura. Na ocasião, especialistas ouvidos pelos deputados afirmaram que os bioinsumos têm potencial para aumentar a produtividade no campo e favorecer a preservação do meio ambiente, mas alertaram que para isso é preciso respeitar critérios de biossegurança e garantir a adoção de boas práticas de manejo e produção.



Fonte: Embrapa

Arte: Agência Câmara/Foto: depositphotos/Data: 14

Futuro promissor

A audiência desta sexta foi solicitada pelos deputados Pedro Uczai (PT-SC), Valmir Assunção (PT-BA), Zé Carlos (PT-MA), Leonardo Monteiro (PT-MG), Marcon (PT-RS), Carlos Veras (PT-PE), Frei Anastacio Ribeiro (PT-PB), Célio Moura (PT-TO),

Padre João (PT-MG), Patrus Ananias (PT-MG) e Professora Rosa Neide (PT-MT).

"Os bioinsumos representam um futuro promissor para a agricultura sustentável do Brasil", afirma Pedro Uczai, lembrando que, em 2020, o governo federal lançou o Programa Nacional de Bioinsumos. Além disso, neste ano, o Ministério da Agricultura criou um grupo de trabalho para propor um marco regulatório para o setor.

"Há décadas agricultores familiares produzem seus bioinsumos nos seus estabelecimentos rurais e, mais recentemente, grandes produtores de *commodities* passaram a produzir bioinsumos em suas propriedades", afirma o deputado.

Debatedores

Foram convidados para discutir o assunto, entre outros:

- a secretária de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), Sandra Paula Bonetti;
- diretor técnico adjunto da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), Reginaldo Lopes Minaré;
- o coordenador do Sistema Participativo de Garantia da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul, Álvaro Delatorre;
- a professora da Universidade Federal do Paraná, Luciana Grange; e
- a pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Microrganismos na Agricultura, Mariangela Hungria.

Da Redação - ND

Relatora recebe até dia 18 sugestões de mudanças em projeto sobre produção de bioinsumos em fazendas

12 de Novembro - Bioinsumos são organismos vivos, como bactérias, insetos ou plantas, usados para substituir ou complementar agrotóxicos nas lavouras

A relatora do Projeto de Lei 658/21, que regulamenta a produção de bioinsumos em propriedades rurais do País, deputada Aline Sleutjes (PSL-PR), anunciou nesta sexta-feira (12) que receberá sugestões de alteração no texto até o dia 18 de novembro.

“Aguardo sugestões até a próxima quinta-feira (18), para que, na semana seguinte, já possamos colocar o projeto em discussão na comissão e votá-lo o mais rapidamente possível. Isso representará um ganho gigante para a agricultura do País”, disse ela, durante audiência pública sobre a proposta na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Segundo projeto, bioinsumos (ou insumos biológicos) são materiais naturais usados no cultivo agrícola em substituição ou complementação a defensivos (agrotóxicos), produzidos por empresas especializadas ou órgãos oficiais, como a Embrapa. Alguns exemplos de uso são os antissépticos naturais para animais ou bactérias para fixação de nitrogênio nas plantas.

Wesley Amaral/Câmara dos Deputados



Aline Sleutjes defende direito de cada agricultor fabricar seu próprio bioinsumo

A relatora defendeu o direito de cada agricultor, grupo empresarial ou cooperativa de produzir o próprio bioinsumo na própria propriedade (manejo biológico *on farm*). “Mas não temos de pensar só na questão da sustentabilidade, sem produtividade. As duas coisas devem andar juntas”, apontou a relatora, que é também presidente da Comissão de Agricultura.

Apesar de lamentar ter recebido, até o momento, mais “críticas vazias” do que sugestões efetivas, Aline Sleutjes atendeu ao pedido do deputado Pedro Uczai (PT-SC), que propôs o debate, e concedeu mais tempo para que setores interessados apresentem contribuições ao relatório.

Uczai entende que o desafio está em transformar os conhecimentos acumulados em política pública. “Nossa tarefa é construir uma legislação que dê segurança ao processo de produção do conhecimento, transformando em política pública aquilo que foi acumulado e vem sendo utilizado por agricultores, comunidades tradicionais e pesquisadores”, disse.

Tradição

Durante a reunião, representantes do agronegócio e da agricultura familiar defenderam a regulamentação da fabricação de bioinsumos nas propriedades, enquanto especialistas alertaram para necessidade de respeito a critérios de biossegurança e a boas práticas de manejo e produção.

A secretária de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), Sandra Bonetti, considera importante que a nova lei preserve os conhecimentos já utilizados pelas comunidades tradicionais e impeça a dependência de multinacionais.

“Comunidades tradicionais e agricultores familiares manejam e conservam, por décadas, essas técnicas naturais para controlar doenças e pragas. Essas informações, saberes e práticas são conhecimentos que precisam ser resguardados e respeitados em qualquer norma, regulamento ou lei que trate de bioinsumos”, argumentou Sandra.

Representando a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), Reginaldo Minaré também defendeu o direito dos agricultores de poder produzir os próprios bioinsumos e se disse contra oligopólios. Ele destacou que o segmento tem ganhado simpatia dos agricultores, tendo movimentado R\$ 1,3 bilhão na safra 2020-2021.

“Faço um apelo para que não restrinjam a produção para uso próprio. Nós temos as universidades e a Embrapa, que poderiam trabalhar com o Ministério da Agricultura e estabelecer protocolos orientadores para os agricultores produzirem seus bioinsumos de maneira segura”, comentou Minaré. “A norma deve ser sempre no sentido da orientação e da educação, e não da proibição ou de regulamentos burocráticos que inviabilizem a prática.”

Impactos

Pesquisadora e doutora em Agronomia do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Microrganismos na Agricultura, Mariangela Hungria também apoiou o uso de bioinsumos, porém demonstrou preocupação com os impactos do texto na inovação, na pesquisa e na segurança ambiental, incluindo a saúde humana.

"Nosso entendimento, olhando o projeto de lei, é que qualquer um pode produzir bioinsumos, desde que seja orientado por profissional habilitado e que o estabelecimento esteja registrado e permita o controle de qualidade por meio de treinamento do corpo técnico dessas bioindústrias caseiras", alertou.

Reportagem – Murilo Souza
Edição – Marcelo Oliveira

Comissões debatem licenciamento ambiental de empreendimentos de irrigação

18 de Novembro - As comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados

promovem audiência pública nesta quinta-feira (18) para discutir o Projeto de Lei 5085/20, que transforma em lei regras sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos de irrigação previstas em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). De acordo com o texto, os dispositivos passam a integrar a Política Nacional de Irrigação.

Reprodução/TV Câmara



Deputados discutirão proposta que transforma norma do Conama em lei

A Resolução 284/01 determina que o licenciamento ambiental de projetos de irrigação deve ser realizado de acordo com a dimensão efetiva da área irrigada e o método empregado, priorizando “projetos que incorporem equipamentos e métodos de irrigação mais eficientes, em relação ao menor consumo de água e de energia”.

Para o deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), que propôs a realização da audiência, o tema precisa ser amplamente debatido, "tendo em vista que a escassez de água tem provocado o desabastecimento e secas mais severas em praticamente em todo o território brasileiro".

Foram convidados para discutir o assunto, entre outros:

- a especialista em Políticas Públicas no Observatório do Clima Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo;

- o consultor jurídico do Instituto Socioambiental (ISA) Maurício Guetta;

- o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Welson Lima Simões;

- a assessora técnica da Comissão Nacional de Irrigação da Confederação da Agricultura Pecuária do Brasil (CNA) Jordana Gabriel Sara Girardello;

- o coordenador-geral da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Gustavo dos Santos Gorette.

Da Redação - MB

Governo não vê necessidade de licenciamento ambiental para projetos de irrigação

18 de Novembro - Propostas em discussão na Câmara preveem esse tipo de licença

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Rodrigo Agostinho: projetos em discussão podem dirimir conflitos pelo uso da água

Representantes do governo afirmaram em audiência pública na Câmara que os empreendimentos de irrigação não devem ser objeto de licenciamento ambiental, como propõe o Projeto de Lei 5085/20, porque se trataria apenas uma técnica de produção. Apenas empreendimentos agropecuários, de maneira geral, seriam passíveis de licenciamento. Os defensores do projeto explicaram, porém, que o governo também vem se posicionando contra o licenciamento de projetos agropecuários.

O Brasil, segundo Rodrigo Xavier, analista do Ministério do Desenvolvimento Regional, tem 7,6% do seu território explorado por agropecuária, ou 64 milhões de hectares; mas apenas 8,2 milhões

de hectares são irrigados. O potencial para uso imediato seria, porém, de 30 milhões de hectares. Xavier afirma que a irrigação aumenta a produtividade em até três vezes.

O analista disse que a única autorização necessária hoje para empreendimentos de irrigação é uma outorga da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Para ele, a irrigação é interessante do ponto de vista ambiental. “Além da agricultura de sequeiro, eu não vejo impacto. Pelo contrário, tem uma melhoria do ambiente, tem uma melhoria do solo, tem uma melhoria da matéria orgânica que se adiciona ao solo. O solo fica por mais tempo coberto durante o ano, evitando degradação”, explicou.

Ambiente frágil

Suely de Araújo, especialista em Políticas Públicas do Observatório do Clima, afirma que o governo tem admitido licenciamento apenas em projetos de pecuária intensiva. “Em determinadas situações, o sistema de irrigação pode sim alterar a situação de uma área ambientalmente frágil e isso requer licença. Então está sendo construído todo um caminho, quando você soma essas narrativas, em que nada ligado à agropecuária, a não ser a pecuária intensiva, vai ser olhado do ponto de vista de licenciamento ambiental”.

O deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), que sugeriu a audiência, lembrou que existem vários projetos que tratam do licenciamento para irrigação em tramitação. “Qual é a melhor forma de a gente ter uma eficiência maior, de a gente ter uma agilidade maior nas emissões das licenças; sem perder do ponto de vista de conservação, sem perder qualidade do ponto de vista de análise técnica. E sem gerar mais conflitos pelo uso da água”, ponderou.

O aumento da produtividade agropecuária foi citado pelos convidados como um elemento fundamental para dar conta do aumento populacional do planeta dos 7,8 bilhões de habitantes atuais para cerca de 10 bilhões em 2050. A audiência sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação foi promovida pelas comissões de Agricultura e de Meio Ambiente.

Reportagem - Silvia Mugnatto
Edição - Geórgia Moraes

Comissão aprova simplificação de venda fracionada de ração para cães e gatos

19 de Novembro - Relator incluiu na proposta presença obrigatória de profissional habilitado no estabelecimento comercial

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2891/19, do deputado Carlos Chiodini (MDB-SC), que simplifica as regras para venda fracionada de ração para cães e gatos. A proposta segue para análise, em caráter conclusivo, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reila Maria/Câmara dos Deputados



Domingos Sávio incluiu a presença de veterinário no processo de fracionamento de rações

A votação seguiu o parecer do relator, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), que incluiu uma emenda que exige a presença de um profissional habilitado, médico veterinário ou zootecnista, como responsável técnico do estabelecimento comercial.

"Sua presença é fundamental para se evitar enganos ou fraudes que poderiam lesar economicamente o consumidor ou serem fatais para os animais. Isso pode ser mais grave no caso de suplementos alimentares ou vitaminas, que também são alimentos, porém concentrados, e o seu uso indevido coloca em risco a saúde do animal", observou Domingos Sávio.

Norma em vigor

Atualmente, o Ministério da Agricultura considera irregular a venda de alimentos para

animais domésticos mediante a violação da embalagem original do produto e do fracionamento do conteúdo em porções menores, de acordo com a demanda do consumidor.

Os fabricantes determinam as condições de conservação, prazo de validade e período que o produto poderá ser consumido depois da abertura da embalagem. A venda fracionada só é permitida em estabelecimentos registrados no Ministério da Agricultura, que fiscaliza as instalações, os equipamentos e procedimentos do comerciante.

O projeto desburocratiza e simplifica a comercialização fracionada de produtos para alimentação de cães e gatos. O objetivo, segundo o autor, é evitar o desperdício de rações, baratear o produto para o consumidor final e diminuir a produção de embalagens. Carlos Chiodini espera que as normas permitam que pequenos e médios comerciantes impulsionem as vendas e criem outros segmentos de mercado.

Reportagem – Francisco Brandão
Edição – Roberto Seabra

Comissão aprova proposta que suspende cobrança de dívidas com o Pronaf durante pandemia

22 de Novembro - Texto também prevê prorrogação automática dos contratos e amplia a possibilidade de repactuação para todas as dívidas

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Wilson da Fetaemg fez alterações no texto original

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou proposta que suspende a cobrança das parcelas dos financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) enquanto durar no País a pandemia de Covid-19.

Foi aprovado o substitutivo do relator, deputado Wilson da Fetaemg (PSB-MG), ao Projeto de Lei 944/21, do deputado José Airton Félix Cirilo (PT-CE). “A proposta original amplia a proteção a ser conferida pelo poder público aos agricultores familiares, mas foi preciso aprimorar o texto”, explicou o relator.

Entre outros pontos, o substitutivo aprovado adia para 2022 e 2023 as parcelas do Pronaf com vencimento em 2020 e 2021, prevê prorrogação automática dos contratos e impede a cobrança de duas parcelas simultaneamente no mesmo mês. Além disso, amplia a possibilidade de repactuação para todas as dívidas.

A versão original tratava de contratos feitos por meio dos bancos do Brasil, do Nordeste e da Amazônia formalizados até dezembro de 2019. “Devido à crise econômica causada pela Covid-19, muitos agricultores familiares não têm condições de quitar o financiamento”, disse na época José Airton Félix Cirilo.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Ralph Machado
Edição - Marcia Becker

Comissão aprova predominância da autonomia privada nos contratos agrários

22 de Novembro - Os contratos agrários são utilizados nos casos de parceria ou arrendamento da terra para um terceiro

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Benes Leocádio diz que o Estatuto da Terra está desatualizado

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6092/19, que prevê a predominância das condições acertadas entre as partes (proprietário da terra e arrendador) nos contratos agrários.

Pelo texto, as regras do Estatuto da Terra que regem esses contratos serão seguidas apenas quando uma das partes se enquadrar no conceito de agricultor familiar e empreendedor familiar. Os contratos agrários são utilizados nos casos de parceria ou arrendamento da terra para um terceiro.

O projeto foi relatado pelo deputado Benes Leocádio (Republicanos-RN), que deu parecer favorável. Ele concordou com argumento do autor da proposta, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), de que o Estatuto da Terra não espelha mais a realidade do agronegócio brasileiro. O estatuto é de 1964.

“A modernização do setor agrícola e a sua alta produtividade trouxeram ao campo grandes empresas agrárias que, por vezes, optam por arrendar, e não adquirir a terra em que produzem. Essa nova configuração impacta diretamente as relações contratuais”, disse Leocádio.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Reportagem – Janary Júnior
Edição – Natalia Doederlein

Comissão debate registro geral da atividade pesqueira

23 de Novembro - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta terça-feira (23) sobre o registro geral da atividade pesqueira, previsto em portaria de julho deste ano do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Governo do Pará



Pescadores do Pará reclamam de não ter acesso à internet para fazer cadastro

A norma estabelece critérios e procedimentos administrativos para inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, e para a concessão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional.

Autor do requerimento para realização da audiência, o deputado Júnior Ferrari (PSD-PA) recebeu reivindicação de pescadores artesanais ligados à Associação do Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas que aponta incompatibilidade do novo regramento.

Ferrari afirma que eles sequer têm acesso à internet para fazer o cadastro. "Em vez de auxiliar e amparar a atividade pesqueira, simplificando o acesso à regularização cadastral, criou empecilhos e uma excessiva burocracia aos mais interessados e dependentes do programa", lamentou o deputado.

Foram convidados:

- vereador da Câmara Municipal de Santarém (PA) Jander Ilson Pereira;
- representante do Movimento dos pescadores do Baixo Amazonas José Edinaldo Rocha da Silva;
- representante da Colônia de pescadores Z19, de Óbidos (PA), Alexandre Pimentel;
- secretário adjunto da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Jairo Gund;
- presidente da Colônia de Pescadores do Município de Alenquer (PA), Luiz Vinhote Ferreira.

Da Redação - GM

Comissão debate incentivo ao cultivo de uvas destinadas à produção de vinhos

24 de Novembro - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta quarta-feira (24) para debater a tributação, política de crédito e seguro rural para o vitivinicultor, responsável pela atividade econômica que se baseia no cultivo das uvas para a fabricação de vinhos.

Divulgação/Agência de Defesa Agropecuária do Paraná



Comissão vai debater a situação dos produtores de uvas

O deputado Afonso Hamm (PP-RS), que pediu o debate, lembra que a vitivinicultura se constitui numa importante fonte de renda na maioria das regiões produtoras de uvas,

principalmente onde predominam as pequenas propriedades de agricultura familiar.

"No Rio Grande do Sul, o segmento movimentado ao ano mais de R\$ 3 bilhões e representa mais de 1% do PIB gaúcho. Em um ano muito difícil para todos os setores da economia, o mercado de vinhos foi na direção oposta e deu um salto histórico em 2020", disse.

Segundo o deputado, o consumo *per capita* subiu 30% no País, em meio ao isolamento social, chegando à máxima de 2,78 litros para cada habitante com mais de 18 anos. "No entanto, ainda são muitos os desafios enfrentados pelo setor, principalmente, em relação à alta carga tributária e a falta de políticas públicas de incentivos à comercialização do vinho", disse.

Debatedores

Foram convidados para o debate, entre outros, o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Guilherme Soria Bastos Filho, e o diretor do conselho de administração da Federação das Cooperativas Vinícolas do Rio Grande do Sul (Fecovinho), Alceu Dalle Molle.

Da Redação – RS

Comissão debate projeto que moderniza concessão de crédito rural

30 de Novembro - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados discute nesta terça-feira (30) o Projeto de Lei 10499/18, que moderniza as regras para a concessão de crédito rural.

Segundo o autor da proposta, deputado Covatti Filho (PP-RS), a legislação atual impede que as operações de crédito rural usem recursos de autenticação digital. Um exemplo é a exigência de assinatura de próprio punho nos instrumentos de crédito.

O debate foi sugerido pelo Pedro Lupion (DEM-PR). Ele explica que o projeto unifica as diversas cédulas de crédito rural existentes em um único instrumento, também intitulado Cédula de Crédito Rural (CCR), e dispensa o seu registro em cartório. Além disso, no caso de prorrogação do vencimento das operações de crédito rural, o projeto permite a lavratura de termo aditivo.

Gilson Abreu/Agência de Notícias do Paraná



Projeto moderniza as regras para a concessão de crédito rural

Foram convidados para debater o assunto, entre outros, representantes dos ministérios da Agricultura e da Economia, do Banco Central, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e da Febraban.

Da Redação – ND

Comissão aprova criação de fundo para indenizar pecuarista que tiver animal sacrificado

30 de Novembro - O Fundo Nacional de Defesa Sanitária Animal contará com recursos orçamentários e doações

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4583/20, que institui um fundo destinado a indenizar pecuaristas que tiverem animais de sua criação sacrificados por questões sanitárias.

Reila Maria/Câmara dos Deputados



Paulo Bengtson: fundo vai estimular pecuaristas a informarem sobre focos de doenças

O Fundo Nacional de Defesa Sanitária Animal (Fundesa) será gerido por representantes do Poder Executivo e contará, entre as suas fontes de recursos, com dotações orçamentárias da União e doações. Pela proposta, o fundo também apoiará ações emergenciais de defesa sanitária animal.

O valor das indenizações e as ações emergenciais passíveis de apoio do fundo serão definidos em regulamento. O recebimento da indenização estará condicionado ao cumprimento de normas e práticas sanitárias.

Incerteza

A proposta aprovada é do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) e recebeu parecer favorável do relator, deputado Paulo Bengtson (PTB-PA).

Bengtson disse que a criação do fundo contribui para reduzir a incerteza decorrente da existência ou não de recursos orçamentários para a indenização de pecuaristas, em caso de necessidade de abate sanitário de animais de criação.

“Tal indeterminação tem, por vezes, desestimulado os pecuaristas a informar às autoridades sanitárias a ocorrência de focos de doenças que determinam o abate dos animais, podendo ocasionar o agravamento de problemas sanitários e sérios danos ao País”, disse.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pelas comissões de Finanças e

Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Janary Júnior
Edição – Roberto Seabra

Comissão aprova projeto que institui política para vitivinicultura brasileira

30 de Novembro - Proposta cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Vitivinicultura para financiar programas, projetos e ações da política vitivinícola

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Franco Cartafina: "O setor gera renda para milhares de produtores no campo"

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1737/21, que cria a Política Vitivinícola Nacional, com o objetivo de apoiar a produção brasileira de uva, vinho e derivados, promovendo sua viabilidade técnica e econômica.

O projeto também cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Vitivinicultura (Fundevitis), cujos recursos se destinam a financiar programas, projetos e ações da política vitivinícola.

A proposta aprovada é do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) e foi relatada pelo

deputado Franco Cartafina (PP-MG), que deu parecer favorável.

“O consumo de vinho cresceu exponencialmente nos últimos anos e nossos produtores precisam de apoio para acompanhar as exigências dos consumidores e enfrentar a forte concorrência dos produtos importados. O setor gera renda para milhares de produtores no campo”, disse Cartafina.

Instrumentos

Conforme o projeto, a Política Vitivinícola Nacional deverá adotar instrumentos para apoiar a produção, a comercialização e o consumo de uva, de vinho e de seus derivados; melhorar os padrões de qualidade e a genuinidade dos produtos vitivinícolas; e promover a inovação e a competitividade da viticultura nacional.

Os programas e ações da nova política deverão ser financiados pelo Fundevitis, que receberá recursos do Orçamento da União e do leilão de bebidas alcoólicas apreendidas em operações de contrabando, entre outras fontes.

O Fundevitis terá um conselho deliberativo para definir a aplicação dos recursos.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Reportagem - Janary Júnior
Edição - Marcia Becker Seabra



DEZEMBRO

Comissão aprova criação de política de mobilidade para facilitar escoamento da produção rural

07 de Dezembro - Pelo texto, a política deve garantir as condições adequadas de tráfego nas estradas vicinais rurais

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Para Aline Sleutjes, a medida é importante para impulsionar a economia rural

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que cria uma política para assegurar a mobilidade no meio rural e o escoamento da produção do campo por estradas vicinais.

Pelo texto, a chamada Política Nacional de Mobilidade Rural e Apoio à Produção - Estradas da Produção Brasileira deve garantir as condições adequadas de tráfego nas estradas vicinais rurais, pavimentadas ou não, mediante manutenção, recuperação, revitalização, desobstrução e construção de pontes.

O Projeto de Lei 1146/21, do deputado Christino Aureo (PP-RJ), foi aprovado na forma de substitutivo da relatora, Aline Sleutjes (PSL-PR). Para Sleutjes, a medida é importante para impulsionar a economia rural e dar melhores condições de vida a quem mora no campo. “Em algumas localidades, a precariedade das estradas vicinais é tamanha que se torna mais efetivo expressar a distância até os centros urbanos em número de horas para percorrê-la e não pela quantidade de quilômetros que os separa”, disse.

A deputada afirmou ainda que a consolidação do Brasil como competidor no mercado exportador de commodities agropecuárias depende da adequação e manutenção das redes de suporte à logística do agronegócio.

Regras

Conforme o texto aprovado, as ações no âmbito da Política Nacional de Mobilidade Rural deverão, tanto quanto possível, preservar o traçado original das estradas vicinais e limitar-se à largura de seis metros, para conferir economia no processo de construção, manutenção e recuperação.

Além disso, deverão utilizar materiais naturais e resíduos de construção civil encontrados nas proximidades da estrada.

As estradas vicinais receberão uma classificação, segundo a intervenção necessária, que vai da Classe A (totalmente pavimentadas) até a Classe E (sem qualquer manutenção).

Caberá a um conselho consultivo coordenar as ações da nova política. O conselho será composto por representantes do governo federal, dos governos estaduais e municipais, da Confederação Nacional do Transporte (CNT), da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag).

O texto faculta ainda à União a firmar convênios com os estados e o Distrito Federal para executar a Política Nacional de Mobilidade Rural.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pelas comissões de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Reportagem - Janary Júnior
Edição - Marcia Seabra

The background is a solid blue color with stylized white and light blue graphics. In the upper left, there are two fluffy clouds. In the upper right, there is a sun with a central circle and several radiating lines of varying lengths. In the lower half, there are several thick, white, wavy lines that resemble ocean waves or a stylized landscape.

PROPOSIÇÕES

Proposições apreciadas pela CAPADR

Tipo de Proposição	Total de Proposições
Principal	
MSC	2
PDC	14
PFC	1
PL	71
PLP	1
REQ	112
Total Geral	201

Resultado das Proposições apreciadas na CAPADR

Tipo de Proposição	Resultado		
	Aprovados	Rejeitados	Prejudicados
PDC	0	9	5
PL	64	5	2
PLP	1	0	0
PFC	1	0	0
MSC	2	0	0
Total por Resultado	68	14	7
Total Geral	89		

Reuniões realizadas pela CAPADR

Tipo de Reuniões	Total de Reuniões
Comissão	
Reunião de Instalação e Eleição	2
Reunião Deliberativa Extraordinárias	33
Audiência Pública	37
Audiência Pública Conjuntas	2
Mesa Redonda	2
Cerimônia de Entrega do Prêmio Mérito Agropecuário	1
Reunião de Comparecimento de Ministro	1
Reunião Técnica	2
Visita Oficial de Delegação Estrangeira	1
Seminário	3
Visita Técnica	10
Reuniões de subcomissões	1
Total Geral	94

The background is a solid blue color with stylized white and light blue graphics. On the left, there are two fluffy clouds. In the upper right, a sun is depicted with a central circle and several radiating lines, some of which are squares. At the bottom, there are several thick, white, wavy lines representing water or waves.

MATÉRIAS APRECIADAS

MATÉRIAS APROVADAS

PL 9407/2017 - CARLOS BEZERRA - Altera a Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000, para dispor sobre a armazenagem dos produtos agropecuários.

Aprovada em 24/03/21.

PL 930/2019 - MARLON SANTOS - Altera a Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000.

Aprovada em 24/03/21.

MSC 449/2019 - MESA PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 23 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, proposta de autorização para aquisição de imóvel situado no Município de Cantagalo, Estado de Minas Gerais, com área de 215,1407 hectares, pela Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CENIBRA, empresa brasileira equiparada a estrangeira, de conformidade com a Exposição de Motivos da Senhora Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Aprovada em 31/03/21.

MSC 450/2019 - MESA PODER EXECUTIVO - Submete à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 23 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, proposta de autorização para aquisição de imóvel situado no Município de Rio Vermelho, Estado de Minas Gerais, com área de 1.643,5442 hectares, pela Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CENIBRA, empresa brasileira equiparada a estrangeira, de conformidade com a Exposição de Motivos da Senhora Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Aprovada em 31/03/21.

PL 3507/2019 - EDUARDO COSTA - Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e Ecosistêmicos - PNSAE.

Aprovada em 31/03/21.

PL 3295/2019 - WILSON SANTIAGO - Dispõe sobre a isenção de cobrança de tarifa de energia elétrica utilizadas em poços artesianos, e dá outras providências.

Aprovada em 28/04/21.

PLP 356/2017 - ZÉ SILVA - Altera a Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, para dispor sobre o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural e repasse de parte dos recursos do FUNRURAL para a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER.

Aprovada em 28/04/21.

PL 6021/2019 (Nº Anterior: PL 1713/2015) - EVAIR DE MELO - Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade.

Aprovada em 19/05/21.

PL 6028/2019 - NERI GELLER - Estabelece a obrigatoriedade do uso de cães farejadores pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no combate ao ingresso de produtos de interesse agropecuário de uso proibido, restrito, controlado ou que ofereça risco agropecuário, e dá outras providências.

Aprovada em 26/05/21.

PL 2501/2020 - VILSON DA FETAEMG - Dispõe sobre incentivos de crédito para mulheres do campo que exerçam atividade microempreendedora, e dá outras providências.

Aprovada em 26/05/21.

PL 3663/2020 - PROFESSORA DAYANE PIMENTEL - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para estabelecer a prioridade de compra de alimentos da agricultura familiar e da pesca artesanal pelo Sistema Único de Saúde.

Aprovada em 26/05/21.

PL 6899/2017 - SENADO FEDERAL - RONALDO CAIADO - Estabelece parâmetros para a elaboração de políticas públicas para a ovinocaprinocultura no Brasil.

Aprovada em 09/06/21.

PL 5826/2019 - CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Aprovada em 09/06/21.

PL 2427/2020 - MARCELO BRUM - Institui a Política Nacional de Incentivo à Motorização Elétrica Agrícola.

Aprovada em 09/06/21.

PL 4778/2019 - CHRISTINO AUREO - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas e dá outras providências.

Aprovada em 23/06/21.

PL 5999/2019 - SENADO FEDERAL - ALVARO DIAS - Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) os oriundos dos contratos de transferência de tecnologias e dos licenciamentos para exploração comercial de tecnologias, de produtos, inclusive cultivares protegidos, de serviços e de direitos de uso da marca e para dispor sobre a aplicação desses recursos.

Aprovada em 23/06/21.

PL 7611/2017 - SENADO FEDERAL - DONIZETI NOGUEIRA - Acrescenta § 4º ao art. 29 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal Brasileiro), para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para fins de apuração da área tributável de imóvel rural, e revoga o § 1º do art. 17-O da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para retirar o caráter obrigatório da utilização do Ato Declaratório Ambiental (ADA) para efeito de redução do valor a pagar do ITR.

Aprovada em 07/07/21.

PL 8217/2017 - DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Altera a Lei nº 9.393, de 19 de novembro de 1996, para dispor sobre benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre a Propriedade Rural (ITR), nos casos que especifica.

Aprovada em 07/07/21.

PL 6388/2019 - ADRIANO DO BALDY - Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de conceder desconto nas tarifas de energia elétrica relativas ao consumo verificado nas atividades de produção, armazenagem e beneficiamento de leite in natura realizadas por produtores rurais e cooperativas de produtores rurais.

Aprovada em 07/07/21.

PL 4032/2020 - HERCULANO PASSOS - Altera a Lei nº 8.023, de 1990, para dispor sobre as atividades de turismo rural, para fins do Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural.

Aprovada em 07/07/21.

PL 4369/2020 - ZÉ SILVA - Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para destinar recursos dos royalties devidos pela produção de petróleo e gás natural na área do pré-sal para a assistência técnica e extensão rural.

Aprovada em 07/07/21.

SBT-A 1 CMADS => PL 7611/2017 - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - Acrescenta § 4º ao art. 29 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural para fins de apuração da área tributável de imóvel rural, e altera a Lei nº 9.393, de 19 de novembro de 1996, para dispor sobre benefícios fiscais relativos ao Imposto Territorial Rural, nos casos que especifica.

Aprovada em 07/07/21.

PL 9281/2017 - SENADO FEDERAL - ROBERTO MUNIZ - Disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária.

Aprovada em 04/08/21.

PL 2341/2019 - MARA ROCHA - Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Desenvolvimento da Apicultura e da Meliponicultura

Aprovada em 04/08/21.

PL 4782/2019 - NEREU CRISPIM - Dispõe sobre o pagamento por serviços ambientais pela adoção de práticas que contribuam para a manutenção das populações de abelhas.

Aprovada em 04/08/21.

PL 4396/2020 - EVAIR VIEIRA DE MELO - Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para dispor sobre os empreendimentos de turismo rural

Aprovada em 04/08/21.

SBT-A 1 CMADS => PL 2341/2019 - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Desenvolvimento da Apicultura e da Meliponicultura.

Aprovada em 04/08/21.

PL 3720/2015 - CARLOS GOMES - Determina a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.

Aprovada em 11/08/21.

PL 2497/2019 - ALINE GURGEL - Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que "Dispõe sobre Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca", para incluir entre as competências do Poder Público, as ações de repovoamento com alevinos nas águas interiores e continentais.
Aprovada em 11/08/21.

PL 5435/2019 - LUCIO MOSQUINI - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do CentroOeste - FCO, e dá outras providências".
Aprovada em 11/08/21.

PL 5607/2019 - CAMILO CAPIBERIBE - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para destinar recursos do FNO para a pesquisa e desenvolvimento das atividades produtivas que utilizem os recursos da biodiversidade amazônica, bem como para o adensamento produtivo da pecuária regional.
Aprovada em 11/08/21.

PL 4370/2020 - ZÉ SILVA - Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para destinar parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater.
Aprovada em 11/08/21.

SBT-A 1 CMADS => PL 2497/2019 - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que "Dispõe sobre Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca", para incluir entre as competências do Poder Público, as ações de repovoamento com alevinos nas águas interiores e continentais.
Aprovada em 11/08/21.

PL 4414/2016 - MARCELO MATOS - Institui o Fundo de Amparo ao Pescador (FAP) e cria a compensação ambiental por prejuízos à atividade pesqueira.
Aprovada em 18/08/21.

PL 5626/2019 - DANIEL ALMEIDA - Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003 para permitir a concessão de seguro-desemprego ao pescador artesanal na hipótese de dano ambiental.
Aprovada em 18/08/21.

PL 514/2021 - MARA ROCHA - Dispõe sobre a suspensão de pagamento de financiamentos relacionados à atividade rural em virtude das inundações nos municípios do Estado do Acre.
Aprovada em 18/08/21.

PL 5925/2019 - ISNALDO BULHÕES JR. - Desonera rações e suplementos para alimentação bovina do pagamento da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o financiamento da Seguridade Social - COFINS, nos termos em que especifica.
Aprovada em 25/08/21.

PL 1769/2020 - ZÉ VITOR - Reduz a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno das rações para peixes, crustáceos, moluscos e demais invertebrados aquáticos.

Aprovada em 25/08/21.

PL 1858/2020 - JULIO CESAR RIBEIRO - Dispõe sobre a redução a zero das alíquotas da Contribuição para PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre os produtos agropecuários destinados aos produtores rurais.

Aprovada em 25/08/21.

PL 2789/2020 - LUIZ NISHIMORI - Dispõe sobre a suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente das vendas no mercado interno de rações utilizadas na criação aquática e dá outras providências.

Aprovada em 25/08/21.

PL 3778/2012 - IRACEMA PORTELLA - Dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas "in natura".

Aprovada em 15/09/21.

PL 784/2019 - RODRIGO AGOSTINHO - Dispõe sobre a criação, gestão e manejo de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN e dá outras providências.

Aprovada em 15/09/21.

PL 5555/2019 - LUIZ NISHIMORI - Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 para acrescentar pressupostos de política agrícola e proteção do tomador de crédito rural.

Aprovada em 15/09/21.

PL 6487/2019 - EMIDINHO MADEIRA - Institui o Dia Nacional do Produtor de Leite.

Aprovada em 22/09/21.

PL 185/2021 - JUNINHO DO PNEU - Institui Fundo compensatório para pequenos produtores rurais.

Aprovada em 22/09/21.

PL 1293/2021 - PODER EXECUTIVO - Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

Aprovada em 22/09/21.

PL 857/2021 - ROSANGELA GOMES - Dispõe sobre a obrigatoriedade da assistência social integral pelo período de 02 (dois) anos às populações de áreas urbanas e rurais afetadas por desapropriações para construção de obras viárias, de infra-estrutura urbana, prédios públicos e similares e dá outras providências.

Aprovada em 20/10/21.

PL 2235/2020 - CARLOS VERAS - Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, nas regiões que especifica, para autorizar, em caráter excepcional, o recebimento do benefício em caso de decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública em razão de epidemia ou de pandemia.

Aprovada em 10/11/21.

PL 2891/2019 - CARLOS CHIODINI - Altera a Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, para determinar a edição de normas específicas para regulamentar a comercialização fracionada de produtos destinados à alimentação de caninos e felinos domésticos.

Aprovada em 17/11/21.

PL 6092/2019 - JERÔNIMO GOERGEN - Acresce parágrafo ao art. 92 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dá outras providências.

Aprovada em 17/11/21.

PL 944/2021 - JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO - Suspende os pagamentos das parcelas dos empréstimos dos agricultores familiares do PRONAF Junto às Instituições Financeiras até o final do estado de calamidade pública decorrente da Pandemia do Covid 19 no país

Aprovada em 17/11/21.

PL 4583/2020 - JERÔNIMO GOERGEN - Institui fundo destinado ao pagamento de indenizações a pecuaristas que tiverem animais de sua criação sacrificados por questões sanitárias e a apoiar ações emergenciais de defesa sanitária animal.

Aprovada em 24/11/21.

PL 1737/2021 - JERÔNIMO GOERGEN - Dispõe sobre a Política Vitivinícola Nacional e Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Vitivinicultura - Fundevitis.

Aprovada em 24/11/21.

PL 6904/2017 - SENADO FEDERAL - ANTONIO CARLOS VALADARES - Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR).

Aprovada em 01/12/21.

PL 5085/2020 - NILTO TATTO - Altera a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para dispor sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação.

Aprovada em 01/12/21.

PL 36/2021 - ZÉ VITOR - Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a vegetação nativa e dá outras providências, para aumentar o prazo que os pequenos agricultores possuem para se inscrever no CAR e fazerem jus aos benefícios do PRA.

Aprovada em 01/12/21.

PL 1146/2021 - CHRISTINO AUREO - Dispõe sobre a criação da Política Nacional de Mobilidade Rural e Apoio à Produção - Estradas da Produção Brasileira, e dá outras providências.

Aprovada em 01/12/21.

PL 5094/2020 - RUBENS BUENO - Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para incluir categorias entre as beneficiárias do seguro-desemprego durante o período do defeso.

Aprovada em 08/12/21.

PL 2898/2021 - EVAIR VIEIRA DE MELO - Altera a Lei n.º 6.538, de 22 de junho de 1978, no sentido de assegurar o mapeamento georreferenciado das propriedades rurais no Brasil.

Aprovada em 08/12/21.

PL 3078/2021 - JOSE MARIO SCHREINER - Confere preferência de acesso a crédito, no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), a itens desenvolvidos por Startups Agro.

Aprovada em 08/12/21.

PL 148/2019 - HEITOR SCHUCH - Dispõe sobre a conservação de espécimes de erva-mate (*Ilex paraguariensis*) cadastrados e identificados como árvores matrizes produtoras de sementes e institui a política de incentivo à pesquisa, seleção e melhoramento genético da erva-mate.

Aprovada em 15/12/21.

PL 658/2021 - ZÉ VITOR - Dispõe sobre a classificação, tratamento e produção de bioinsumos por meio do manejo biológico on farm; ratifica o Programa Nacional de Bioinsumos e dá outras providências.

Aprovada em 15/12/21.

PL 2636/2021 - MARCELO BRUM - Institui linha de crédito rural para o investimento em sistemas de irrigação e construção e modernização de armazéns.

Aprovada em 15/12/21.

SBT-A 1 CMADS => PL 658/2021 - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - Substitutivo Adotado pela Comissão - Projeto de Lei nº 658/2021 - Dispõe sobre a classificação, tratamento e produção de bioinsumos por meio do manejo biológico on farm; ratifica o Programa Nacional de Bioinsumos e dá outras providências.

Aprovada em 15/12/21

MATÉRIAS REJEITADAS

PROJETO DE LEI - PL

PL - 1124/2019 – RUBENS OTONI

Altera as Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para incluir produtos extrativos no Programa de Aquisição de Alimentos e para autorizar subvenção de preços em apoio à agricultura familiar.

Rejeitada em 28/04/21

PL - 6543/2016 – NILTO TATTO

Modifica os Artigos 3º, 11, e 14, da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

Rejeitada em 07/07/21.

PL - 1965/2019 – HÉLIO LOPES

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para excluir do conceito de área tributável pelo Imposto Territorial Rural (ITR) as florestas plantadas.

Rejeitada em 07/07/21.

PL - 5689/2019 – PAULO PIMENTA

Define como período de defeso da atividade pesqueira o período da proibição da atividade na região Nordeste do Brasil em razão do vazamento de óleo derivado do petróleo naquela faixa do litoral do país, e dá outras providências.

Rejeitada em 18/08/21.

PL - 2367/2019 – ROBERTO MONTEIRO

Acrescenta parágrafo ao art. 26 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 (Lei de Pesca), para permitir que o órgão estadual competente conceda licença ao pescador profissional para a pesca marinha.

Rejeitada em 20/10/21.

PL - 8570/2017 – FELIX MENDONÇA JÚNIOR

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, e dá outras providências, para incluir os rios Paraguaçu, Subaé, rio de Contas, Jequitinhonha, Jequiriçá e Mucuri, em sua área de atuação.

Rejeitada em 10/11/21.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – PFC

PFC - 30/2019 – JERÔNIMO GOERGEN

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para que se realize ato de fiscalização e controle nos valores cobrados dos produtores rurais por meio da contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção agropecuária e contribuições acessórias, para outras entidades, bem como o formato de cobrança dos agricultores e empresários rurais.

REJEITADA EM 07/07/21.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – PDL

PDL - 597/2019 – MARCON

Susta a Instrução Normativa nº 76, de 30 de novembro de 2018, emitida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

REJEITADA EM 07/07/21

PDL - 658/2019 – JOSÉ GUIMARÃES

Susta os efeitos do Decreto nº 10.052, de 09 de outubro de 2019, que não inclui de maneira ilegal e antidemocrática a agricultura familiar na Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão e Digital.

REJEITADA EM 07/07/21

PDL - 598/2019 – MARCON

Susta a Instrução Normativa nº 77, de 30 de novembro de 2018, emitida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

REJEITADA EM 04/08/21

PDL - 684/2019 – ROGÉRIO CORREIA

Susta os efeitos da aplicação do DECRETO Nº 10.084, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019, que "Revoga o Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, que aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento".

REJEITADA EM 04/08/21

PDL - 686/2019 – NILTO TATTO

Susta os efeitos Decreto nº 10.084 de 05 de novembro de 2019, que revogou o Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, que aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento.

REJEITADA EM 04/08/21

PDL - 691/2019 – EDMILSON RODRIGUES

Susta os efeitos da aplicação do Decreto nº 10.084, de 5 de novembro de 2019 que revoga o Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, que aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento.

REJEITADA EM 04/08/21

PDL - 695/2019 – CÉLIO STUDART

Susta o Decreto nº 10.084, de 5 de novembro de 2019, que revogou o Decreto nº 6.961, de 17 de setembro 2009, que aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento.

REJEITADA EM 04/08/21

PDL - 707/2019 – ALESSANDRO MOLON

Susta os efeitos do Decreto nº 10.084, de 5 de novembro de 2019, que "Revoga o Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, que aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento".

REJEITADA EM 04/08/21

PDL - 516/2019 – CÉLIO STUDART

Susta o Decreto de 16 de agosto de 2019 do Presidente da República que flexibiliza a legislação sobre rodeios e autoriza a realização de provas do laço em todo território nacional.

REJEITADA EM 15/09/21

MATÉRIAS PREJUDICADAS

PROJETO DE LEI – PL

PL-3507/2019 – EDUARDO COSTA

Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e Ecosistêmicos - PNSAE.

PARECER DO RELATOR, DEP. NIVALDO ALBUQUERQUE (PTB-AL), PELA APROVAÇÃO.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER, EM 31/03/21.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – PDL

PDL - 443/2020 – ALESSANDRO MOLON

Susta a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que permite o uso dos estoques remanescentes em posse dos agricultores brasileiros de produtos à base de Paraquat, para a safra 2020-2021.

REJEITADA EM 10/11/21

PDL - 444/2020 – JOÃO DANIEL

Susta os efeitos da alteração da Resolução da Diretoria Colegiada RDC -177, de 2017 que permite o uso dos estoques do agrotóxico Paraquate até 31 de agosto de 2021.

REJEITADA EM 10/11/21

PDL - 446/2020 – SÂMIA BOMFIM E OUTROS

Susta os efeitos da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em relação à permissão de uso dos estoques remanescentes de produtos à base de Paraquate para a safra 2020-2021.

REJEITADA EM 10/11/21

PDL - 450/2020 – PROFESSOR ISRAEL BATISTA

Susta a Resolução nº 428 de 07 de outubro de 2020, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que permite a utilização de estoque remanescente do agrotóxico paraquate.

REJEITADA EM 10/11/21

PDL - 488/2020 – MÁRIO HERINGER

Susta os efeitos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 428, de 7 de outubro de 2020, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que “Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 177, de 21 de setembro de 2017, que dispõe sobre a proibição do ingrediente ativo Paraquate em produtos agrotóxicos no país e sobre as medidas transitórias de mitigação de riscos, para tratar da utilização dos estoques em posse dos agricultores brasileiros de produtos à base do ingrediente ativo Paraquate para o manejo dos cultivos na safra agrícola de 2020/2021”.

REJEITADA EM 10/11/21



**PROPOSIÇÕES
TRAMITANDO NA
COMISSÃO**

Aguardando Parecer

PL 10499/2018 COVATTI FILHO - Dispõe sobre o crédito rural, Cédula de Crédito Rural, Nota Promissória Rural e Duplicata Rural. Apensados: PL 368/2019; PL 1068/2019; PL 5696/2019; PL 5824/2019; PL 2459/2021; PL 10325/2018; PL 10928/2018; PL 10068/2018.

PL 10079/2018 JERÔNIMO GOERGEN - Autoriza a concessão de subvenção econômica a empresas cerealistas, em operações de financiamento, contratadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para investimentos em obras civis e na aquisição de máquinas e equipamentos necessários à construção de armazéns e à expansão da capacidade de armazenagem de grãos. Apensados: PL 1505/2019 ; PL 10069/2018 ; PL 11087/2018 ; PL 1889/2019 ; PL 5569/2019 ; PL 2251/2021.

PDC 117/2015 CLEBER VERDE - Susta o Capítulo III da Instrução Normativa Interministerial nº 001, dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente que exige a emissão de Guia de Trânsito de Peixes com Fins Ornamentais emitida pelo IBAMA para o transporte de peixes com essa finalidade

PDC 361/2016 JERÔNIMO GOERGEN - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda São João, situado no Município de Nova Alvorada do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul

PDC 362/2016 JERÔNIMO GOERGEN - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Complexo Nascimento, situado no Município de Japoatã, Estado de Sergipe

PDC 369/2016 JERÔNIMO GOERGEN - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Vera Cruz/Primavera, situado no Município de Carmolândia, Estado de Tocantins".

PDC 419/2016 CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Susta a Portaria nº 566, de 11 de maio de 2016, do Ministério da Justiça, que declara de posse permanente do grupo indígena Avá-Canoeiro do Araguaia a Terra Indígena TAEGO ÆWA, localizada no estado de Tocantins.

PDC 1041/2018 SERGIO SOUZA - Susta o despacho nº 2 datado de setembro de 2018 da FUNAI, publicado no DOU de 15/10/2018, seção 1, que reconhece os estudos de identificação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá, localizada nos municípios de Altônia, Guaíra e Terra Roxa no Estado do Paraná.

PDL 43/2019 ALEXANDRE PADILHA - Susta os Atos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) expedidos em 2019, que concedem registros para novos produtos elaborados com agrotóxicos.

PDL 759/2019 JOSÉ GUIMARÃES - Susta os efeitos do Decreto nº 10.166, de 10 de dezembro de 2019, que altera o Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018, que regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, que dispõe sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

PDL 57/2020 CÉLIO STUDART - Susta a aplicação do Convênio nº 100/1997 - CONFAZ, que dispõe sobre o desconto de 60% do ICMS para agrotóxicos.

PDL 64/2020 MARIA DO ROSÁRIO - Susta os efeitos do Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que "Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança". Apensados: PDL 66/2020 ; PDL 69/2020 ; PDL 70/2020.

PDL 220/2020 ALESSANDRO MOLON - Susta o Decreto nº 10.347, de 13 de maio de 2020. Apensados: PDL 225/2020 ; PDL 228/2020 ; PDL 235/2020.

PDL 332/2020 CARLOS VERAS - Susta os efeitos do Decreto nº 10.419, de 7 de julho de 2020, que “Regulamenta a alínea “e” do § 1º do art. 9º da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e altera o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, para dispor sobre a inspeção ante morte e post morte de animais”.

PDL 345/2020 MÁRIO NEGROMONTE JR. - Susta os efeitos da Portaria nº 2.005, de 22 de julho de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional.

PDL 819/2021 HELDER SALOMÃO - Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação do Decreto nº 10.833 de 07 de outubro de 2021, da Presidência da República, altera a regulamentação da lei dos Agrotóxicos. Apensados: PDL 821/2021 ; PDL 824/2021.

PFC 61/2011 LUIS CARLOS HEINZE - Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para que seja realizado ato de fiscalização e controle dos procedimentos administrativos e eventuais excessos e omissões por parte da Fundação Nacional do Índio - Funai - no que diz respeito à demarcação de terras indígenas no País.

PFC 93/2016 SERGIO SOUZA - Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para continuidade da fiscalização e controle diante das informações prestadas a esta Comissão Parlamentar pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº1717-26/2016 no sentido de: (i) requisitar informações à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre eventuais Fundos de Investimentos registrados naquele órgão de controle que tenham como objeto de investimentos as empresas apontadas pelo TCU como as principais receptoras de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) no período de 2005-2014, conforme discriminado na Tabela 10 do Acórdão nº1717-26/2016 do TCU; (ii) requisitar informações à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) sobre eventuais investimentos realizados de forma direta ou indireta, nesta última hipótese por meio de Fundos de Investimentos, por Entidades de Previdência Complementar em proveito das empresas apontadas pelo TCU como as principais receptoras de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) no período de 2005-2014, conforme discriminado na Tabela 10 do Acórdão nº1717-26/2016 do TCU.

PFC 102/2017 MARCON - Requer que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle visando verificar os procedimentos do Ministério da Agricultura no cumprimento de sua atribuição de inspeção dos produtos de origem animal no país.

PFC 172/2018 ALCEU MOREIRA - Propor para Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR, que o Tribunal de Contas da União adote as medidas necessárias para apuração da eficácia da internalização das resoluções Grupo Mercado Comum - GMC nº 48/96, 87/96, 149/96,156/96 e 71/98 - Mercosul.

PL 1587/2011 ZÉ SILVA - Altera o inciso I do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Apensado: PL 7468/2014.

PL 5010/2013 SENADO FEDERAL - KÁTIA ABREU - Dispõe sobre o controle de material genético animal e sobre a obtenção e o fornecimento de clones de animais domésticos destinados à produção de animais domésticos de interesse zootécnico e dá outras providências.

PL 5191/2013 ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA - Dispõe sobre a produção de cerveja artesanal.

PL 7837/2014 RUBENS BUENO - Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre a operação, em águas brasileiras, de embarcação estrangeira de pesca arrendada por pessoa física ou jurídica brasileira.

PL 1670/2015 ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA - Institui o Sistema Brasileiro de Vigilância Agropecuária Internacional - Vigiagro e a Taxa de Vigilância Agropecuária Internacional; estabelece sanções administrativas e penais; altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009; e dá outras providências. Apensado: PL 1928/2015.

PL 5843/2016 LUCIO MOSQUINI - Regulamenta o disposto no inciso II do art. 20 da Constituição Federal, que trata das terras devolutas da União, e dá outras providências.

PL 6761/2016 EVAIR VIEIRA DE MELO - Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para autorizar a manipulação e a dispensação de preparações magistrais e oficinais de uso veterinário. Apensado: PL 248/2020.

PL 7155/2017 COVATTI FILHO - Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 2017.

PL 9263/2017 PATRUS ANANIAS - Institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e dá outras providências. Apensado: PL 385/2019 ; PL 568/2019 ; PL 6287/2019.

PL 9362/2017 AUREO - Dispõe sobre a política de incentivo e promoção ao desenvolvimento de startups. (PL das Startups) Apensados: PL 477/2019 ; PL 2670/2019 ; PL 3432/2019 ; PL 5162/2020 ; PL 140/2021.

PL 9759/2018 EVAIR VIEIRA DE MELO - Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Qualidade de Vinhos e Produtos Derivados da Viticultura.

PL 9793/2018 REGINALDO LOPES - Altera a Lei 12669/2012 para promover garantias mínimas ao produtor de leite nacional

PL 9950/2018 ALESSANDRO MOLON - Dispõe sobre a conservação e o uso sustentável do Bioma Pantanal e dá outras providências.

PL 454/2019 VALMIR ASSUNÇÃO - Altera a Lei no 9.393, de 1996, e dá outras providências.

PL 1026/2019 REJANE DIAS - Dispõe sobre incentivos fiscais para fabricação, produção e comercialização do leite hidrolisado.

PL 1118/2019 MARRECA FILHO - Obriga hipermercados, supermercados e estabelecimentos similares a disporem de local específico para a venda de produtos provenientes da agricultura familiar.

PL 4920/2019

PL 1425/2019 NIVALDO ALBUQUERQUE - Estabelece isenção dos impostos sobre produtos industrializados e importação de produtos estrangeiros aos produtos agropecuários destinados aos pequenos produtores rurais. Apensados: PL 1831/2019 ; PL 3901/2019 ; PL 6132/2019 ; PL 3555/2020 ; PL 5625/2020 ; PL 6288/2019 ; PL 6418/2019; PL 584/2020; PL 1260/2021.

PL 1702/2019 GIOVANI CHERINI - Altera o artigo 11º da lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que "Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências".

PL 2266/2019 TONINHO WANDSCHEER - Altera a Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 e a Lei 5.868, de 12 de dezembro de 1972, para possibilitar o desmembramento da propriedade rural abaixo da fração mínima de parcelamento nos casos de divisão da propriedade entre familiares. Apensados: PL 2567/2019 ; PL 5505/2019 ; PL 700/2020.

PL 2782/2019 GIOVANI CHERINI - Acrescenta o art. 11-A à Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para os fins de incluir os técnicos agrícolas no âmbito do subprograma denominado Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR.

PL 2852/2019 FELIPE CARRERAS - Estabelece a obrigatoriedade do uso de madeira certificada por todos os órgãos da Administração Pública.

PL 2993/2019 SENADO FEDERAL - EDUARDO GOMES - Estabelece requisitos mínimos de transparência ativa na administração pública federal em matérias relacionadas à defesa agropecuária.

PL 3038/2019 RAFAEL MOTTA - Altera a Lei n 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, e dá outras providências.

PL 3326/2019 HELDER SALOMÃO - Dispõe sobre a atividade pesqueira embarcada para a captura das espécies de camarão que especifica e adota outras providências.

PL 3440/2019 OTTO ALENCAR FILHO - Dispõe sobre a regularização e fiscalização para o exercício de atividade do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário.

PL 3653/2019 RAIMUNDO COSTA - Dispõe sobre a criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar - Funpescar. Apensados: PL 5577/2019.

PL 3954/2019 JULIO CESAR RIBEIRO - Altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para estabelecer, no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Apensado: PL 5000/2019.

PL 4083/2019 VALDEVAN NOVENTA - Institui a Política Nacional de Apoio à Reconversão da Citricultura.

PL 4107/2019 SENADO FEDERAL - ANGELO CORONEL - Altera a Lei nº 13.710, de 24 de agosto de 2018 (Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade), para promover a ampliação do mercado do cacau e o fomento da produtividade e da produção sustentável do cacauzeiro no Brasil. Apensado: PL 3469/2021; PL 3471/2021; PL 3470/2021.

PL 4347/2019 FREI ANASTACIO RIBEIRO - Altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para prorrogar os prazos para adesão à renegociação de dívidas de operações de crédito rural que especifica. Apensado: PL 5202/2019; PL 6269/2019; PL 6276/2019; PL 1723/2020; PL 2373/2021; PL 6076/2019.

PL 4538/2019 MARRECA FILHO - Institui a Política Nacional de Incentivo à Agricultura de Precisão.

PL 4623/2019 PEDRO AUGUSTO BEZERRA - Dispõe sobre a conservação, a restauração e o uso sustentável do bioma Caatinga.

PL 4689/2019 ZÉ VITOR - Acrescenta dispositivos ao art. 26 da Lei nº 12.651, de 2012, para fortalecer o monitoramento e controle das autorizações de desmatamento de vegetação nativa e dá outras providências.

PL 4765/2019 EMIDINHO MADEIRA - Cria subvenção econômica a ser concedida na venda de café por produtores rurais ou por suas cooperativas.

PL 5167/2019 PEDRO LUPION - Dispõe sobre a possibilidade de emissão de nota fiscal eletrônica ou nota do talão de produtor rural, com o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), para produtos e serviços ligados aos empreendimentos de turismo rural ou agroturismo.

PL 5226/2019 SENADO FEDERAL - ESPERIDIÃO AMIN - Concede o título de Capital Nacional da Pesca ao Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

PL 5633/2019 MARRECA FILHO - Altera a Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, para alterar os valores referentes à indenização devida pelo sacrifício de animais.

PL 6079/2019 CAMILO CAPIBERIBE - Cria a Política Nacional de Incentivo ao Agroextrativismo Familiar na Amazônia e fundo nacional para apoiar essa política pública; altera as Leis nº 8.427, de 27 de maio de 1992, nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

PL 6085/2019 JERÔNIMO GOERGEN - Dispõe sobre a dispensa das assinaturas dos confrontantes na planta e no memorial descritivo, previstas no inciso II do caput, do artigo 213 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.
PL 839/2021

PL 6146/2019 SCHIAVINATO - Acrescenta o inciso III, ao artigo 3º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996.

PL 6148/2019 MARCELO BRUM - Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências", disciplinando o embargo de obras ou atividades.

PL 6187/2019 HERCÍLIO COELHO DINIZ - Obriga as empresas e produtores de florestas plantadas a destinar no mínimo 5% da sua produção de madeira em toras para utilização em indústrias distintas da de produção de papel e celulose.

PL 6286/2019 CAMILO CAPIBERIBE - Altera a Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal, e a Lei nº 6.739, de 5 de dezembro de 1979, para dispor sobre o crime de invasão de terras públicas a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade.

PL 6360/2019 LUCIO MOSQUINI - Altera a Lei nº 9.393, de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR imóveis rurais no caso de condomínios e de parceria, meação ou comodato; altera a Lei nº 11.250, de 2005, para permitir que conselhos municipais de desenvolvimento rural, conselhos regionais e federal de contabilidade e entidades de representação dos contribuintes do ITR proponham a denúncia de convênios celebrados para delegar as atribuições de fiscalização e de cobrança do ITR; e amplia para 84 meses o prazo de parcelamentos de débitos do ITR.

PL 6501/2019 MARRECA FILHO - Acrescenta o § 4º ao art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder ininterruptamente desconto tarifário concernente à energia elétrica consumida nas atividades de irrigação da agricultura familiar. Apensados: PL 218/2020; PL 2045/2021; PL 1895/2020; PL 2294/2021.

PL 280/2020 JOÃO DANIEL - Altera o Art. 8º, da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e dá outras providências.

PL 313/2020 JÚNIOR FERRARI - Altera o art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para adequar a definição de Reserva Extrativista a fim de compatibilizar a criação de rebanhos de bovinos e bubalinos.

PL 344/2020 HELDER SALOMÃO - Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para isentar de cobrança pelo uso de recursos hídricos os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

PL 448/2020 ALEXANDRE FROTA - Dispõe sobre incentivos fiscais para fabricação, produção e comercialização do leite hidrolisado de aminoácidos.

PL 810/2020 JOSÉ GUIMARÃES - Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para que se estimule e facilite a titulação de terras a mulheres trabalhadoras rurais no âmbito da reforma agrária.

PL 1426/2020 HIRAN GONÇALVES - Altera a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, e as Leis nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – Código Florestal, e 6.634, de 2 de maio de 1979; desafeta, para transferência ao Estado de Roraima, parte da área da Floresta Nacional de Roraima. Apensados: PL 2320/2020; PL 2322/2020; PL 2363/2020.

PL 1543/2020 SENADO FEDERAL - MECIAS DE JESUS - Autoriza a prorrogação de dívidas rurais em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

PL 1741/2020 MÁRIO HERINGER - Autoriza a concessão de prazo adicional para pagamento das dívidas relativas à cafeicultura no ano de 2020, e dá outras providências.

PL 2014/2020 ZÉ SILVA - Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Garantia-Safra, e a Lei nº 12.766, de 2012, para dispor sobre o processo de avaliação das perdas, para determinar as informações constantes nos laudos amostrais dos técnicos vistoriadores critério único para confirmação da perda.

PL 2239/2020 ALEXANDRE FROTA - Prorroga a validade dos contratos agrários enquanto durar o estado de calamidade pública decretado.

PL 2429/2020 MARCELO BRUM - Dispõe sobre a regularização de imóvel ou posse rural com áreas suprimidas irregularmente após 22 de julho de 2008, conforme Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

PL 2727/2020 ALEXANDRE FROTA - Torna obrigatória a inspeção de todas as cargas de produtos vindas do exterior

PL 2834/2020 GENINHO ZULIANI - Institui o Programa ao Setor Sucroenergético Brasileiro (PASSE) e dá outras providências.

PL 3487/2020 VILSON DA FETAEMG - Altera a Lei nº 14.010, de junho de 2020, que dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).

PL 3834/2020 ANGELA AMIN - Altera a Lei n. 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para autorizar a compra de pescado diretamente de aquicultores e pescadores artesanais, nas condições que especifica.

PL 3881/2020 SERGIO SOUZA - Altera o parágrafo único do artigo 1º da Lei 13.288, de 2016; e acrescenta o § 14 no artigo 25 da Lei 8.212, de 1991.

PL 4105/2020 JERÔNIMO GOERGEN - Dispõe sobre a interpretação da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, em especial sobre a interpretação do conceito de produção adotado no caput do art. 8º para o aproveitamento do crédito presumido de PIS/Pasep e COFINS. Apensado: PL 4195/2020.

PL 4123/2020 MARGARIDA SALOMÃO - Define prioridades, portabilidade, auditoria e segurança de dados provenientes das atividades agropecuárias, coletado, armazenados e processados por fornecedores de Tecnologia Agrícola.

PL 4387/2020 CHRISTINO AUREO - Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 para criar o Programa de Geração de Ocupação e Renda, com atividades de produção madeireira certificada em projetos de assentamento de reforma agrária e dá outras providências.

PL 4528/2020 SENADO FEDERAL - PAULO ROCHA - Estabelece normas para facilitar o acesso ao crédito com o objetivo de mitigar os impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19. Apensado: PL 1875/2021.

PL 4555/2020 DAGOBERTO NOGUEIRA - Dispõe sobre a suspensão de pagamento de financiamentos relacionados à atividade pecuária em virtude da seca e dos incêndios na Região Pantaneira dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Apensado: PL 4699/2020.

PL 4614/2020 ENIO VERRI - Dispõe sobre medidas emergenciais para a regularização da oferta de alimentos da dieta básica da população brasileira e dá outras providências.

PL 4648/2020 JAQUELINE CASSOL - Altera o art. 3º, incisos IV e XXIV, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

PL 4730/2020 JOÃO DANIEL - Altera a Lei nº 13.259, de 16 de março de 2016, para prever a destinação preferencial ao Programa Nacional de Reforma Agrária dos imóveis rurais obtidos pela União em razão da extinção de créditos tributários por dação em pagamento.

PL 4735/2020 ANDRÉ FIGUEIREDO - Estabelece o Cadastro Negativo da Pecuária e dispõe sobre as regras que lhes são aplicáveis.

PL 4927/2020 CÉLIO STUDART - Altera a redação do art. 10 da Lei 4.829/1965 para considerar inidôneo para fins de obtenção de crédito rural os condenados pelo crime previsto no 41 da Lei 9.605/1998

PL 5174/2020 GIOVANI CHERINI - Altera a Lei n. 12.097, de 24 de novembro de 2009, para dispor sobre a rastreabilidade da cadeia de carnes de ovinos, caprinos e equídeos, bem como para garantir a segurança contra o crime de abigeato.

PL 5180/2020 CELSO MALDANER - Autoriza o Ministério da Economia a criar o “Bolsa-Estiagem”, em amparo aos produtores rurais e agricultores familiares que dispuseram de perdas na safra e na renda por conta da estiagem que assola o estado de Santa Catarina.

PL 26/2021 CARLOS VERAS - Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para prever o pagamento do benefício do auxílio emergencial até que se obtenha cobertura vacinal contra a Covid-19 em percentual igual ou superior a 70% (setenta por cento) da população adulta brasileira e, ainda, para estabelecer cota compensatória a agricultores familiares, empreendedores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006.

PL 348/2021 ZÉ SILVA - Institui linha especial de crédito rural. Apensado: PL 2864/2021.

PL 637/2021 JOSÉ MEDEIROS - Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) dos imóveis rurais que possuam brigada de incêndio florestal particular.

PL 929/2021 JOSÉ MEDEIROS - Cria o Serviço Nacional de Apoio ao Agricultor Familiar - SENAF

PL 952/2021 CORONEL CHRISÓSTOMO - Altera a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que “Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional e Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências”.

PL 1098/2021 FAUSTO PINATO - Altera o art. 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, para dispor sobre parcerias pecuárias.

PL 1943/2021 CELSO MALDANER - Institui programa para controle da cigarrinha do milho (*Dalbulus maidis*).

PL 2069/2021 GUSTAVO FRUET - Altera a Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000, para criar o Regime Especial Tributário dos Silos – RESILOS.

PL 2381/2021 ULDURICO JUNIOR - Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Canavieiras, localizada nos Municípios de Canavieiras, Belmonte e Una, no estado da Bahia.

PL 2420/2021 ALINE SLEUTJES - Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e a lei 9985 de 18 de julho de 2000, e permite a criação do programa de ampliação e regularização de Unidades de Conservação Federais e institui as Unidades de Conservação de categorias mista.

PL 2700/2021 FELIPE RIGONI - Altera o § 4º do art. 1º da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural.

PL 2814/2021 DRA. SORAYA MANATO - Fixa alíquota do Imposto sobre a Exportação, até 31 de dezembro de 2022, incidente sobre a exportação de milho, classificado no Capítulo 7 e na posição 10.05 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

PL 2913/2021 (Nº Anterior: pl 3665/2012) FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Cria o Selo Verde Cacau Cabruca.

PL 2974/2021 DELEGADO ÉDER MAURO - Dispõe sobre a concessão de pensão especial, de caráter indenizatório, aos produtores e trabalhadores rurais carentes assentados pelo INCRA em projetos de colonização e o Governo Federal ao longo dos trechos das BR-163 (Cuiabá/Santarém) e BR 230 (Transamazônica) no período de 1971 a 1974.

PL 3068/2021 PEDRO UCZAI - Institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre a importação e saída, a qualquer título, de agrotóxicos e afins (CIDE-Agrotóxico).

PL 3150/2021 PINHEIRINHO - Institui o Programa de Incentivo à Permanência no Campo (Proinp-Campo), a fim de orientar a ação do Poder Público na garantia das condições de dignidade no meio rural brasileiro.

PL 3231/2021 ENIO VERRI - Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as máquinas e equipamentos agrícolas e tratores, de fabricação nacional ou fabricados em países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), quando adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.

PL 3265/2021 ALEXANDRE FROTA - Esta lei dispõe sobre a inclusão de alimentos da agricultura familiar, preferencialmente de produção com base agroecológica ou orgânica, na alimentação da rede hospitalar, estabelece critérios para esta inclusão e dá outras providências.

PL 3266/2021 (Nº Anterior: PLS 384/2016) SENADO FEDERAL - JOSÉ AGRIPINO - Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que "dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal", para permitir ao assentado, mediante autorização do órgão federal competente para a execução do Programa Nacional de Reforma Agrária, o aproveitamento do potencial de energia renovável - eólica, solar, hídrica e bioenergia -, de forma complementar às atividades agroflorestais ou extrativistas desenvolvidas no imóvel rural.

PL 3316/2021 CÉLIO STUDART - Altera o art. 28-A da Lei n. 8.171 para proibir a exportação de animais vivos.

PL 3472/2021 FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Altera a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para reduzir a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de cacau de categoria superior e de suas respectivas preparações.

PL 3507/2021 LAERCIO OLIVEIRA - Institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes - PROFERT e dá outras providências.

PL 3678/2021 PINHEIRINHO - Exclui da incidência do Imposto Territorial Rural as áreas sujeitas a inundações periódicas que impossibilitem, ainda que temporariamente, sua exploração econômica.

PL 3710/2021 (Nº Anterior: PLS 202/2018) SENADO FEDERAL - ANTONIO CARLOS VALADARES - Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que "Institui normas básicas sobre alimentos", para autorizar laboratórios públicos e privados credenciados a realizar análise de alimentos.

PL 3768/2021 ZÉ VITOR - Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que "Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal".

PL 3867/2021 CÉLIO STUDART - Impõe critérios ambientais para a concessão de subsídios governamentais à cadeia produtiva de produtos de origem animal, visando o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

PL 4074/2021 CÉLIO MOURA - Dispõe sobre a reserva de áreas para implementação de sistemas produtivos de agricultura urbana ou periurbana no âmbito de programas habitacionais públicos federais ou financiados com recursos públicos federais.

PLP 12/2019 ALCEU MOREIRA - Dispõem sobre a regulamentação da cobrança das taxas de juros nas operações de crédito à produtores rurais e dá outras providências.

Aguardando Vistas

PL 3853/2019 SENADO FEDERAL - WILDER MORAIS - Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar a aquisição, por residente em área rural, de uma arma de fogo de uso permitido.

Pronta para Pauta

PDC 359/2016 JERÔNIMO GOERGEN - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Curitiba, situado no Município de Iramaia, Estado da Bahia

PDC 375/2016 JERÔNIMO GOERGEN - Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Riacho do Mato, situado no Município de São João D"Aliança, Estado de Goiás".

PDL 65/2020 FERNANDA MELCHIONNA - Susta os efeitos da Portaria nº 43, de 21 de fevereiro de 2020, do Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agroquímica, que "estabelece os prazos para aprovação tácita para os atos públicos de liberação da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme caput do art. 10 do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019" para facilitar a aprovação e liberação de registros de agrotóxicos.

PDL 71/2020

PDL 548/2020 ALESSANDRO MOLON - Susta os efeitos da Resolução (RDC) nº 442, de 2 de Dezembro de 2020, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que "Dispõe sobre a manutenção do ingrediente ativo Abamectina em produtos agrotóxicos no País, determina medidas de mitigação de riscos à saúde e alterações no registro decorrentes da sua reavaliação toxicológica

PFC 31/2019 JERÔNIMO GOERGEN - Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realize ato de fiscalização e controle, com auxílio do Banco Central do Brasil (Bacen) e do Tribunal de Contas da União (TCU), do cumprimento pelas instituições financeiras das normas atinentes ao crédito rural.

PL 6885/2013 ZÉ SILVA - Acrescenta-se parágrafo único ao art. 20 da Lei nº 2.308, de 31 de agosto de 1954.

PL 9050/2017 PAULO PIMENTA - Altera a Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para destinar preferencialmente à reforma agrária os imóveis rurais perdidos em favor da União, em razão da prática de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira. Apensados: PL 9795/2018; PL 4882/2019.

PL 1564/2019 AUGUSTO COUTINHO - Altera a Lei nº 9.478, de 16 de agosto de 1997, e a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para dispor sobre a comercialização de etanol hidratado combustível. Apensados: PL 1639/2019; PL 4271/2019.

PL 2196/2019 FREI ANASTACIO RIBEIRO - Institui o Dia Nacional de Combate aos Agrotóxicos.

PL 2237/2019 RUY CARNEIRO - Estabelece diretrizes e normas para a garantia de atendimento aos princípios de bem-estar dos animais domésticos e silvestres.

PL 3880/2019 SIDNEY LEITE - Altera dispositivos da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004 e eleva a alíquota de IPI para os gêneros alimentícios salmão, camarão e lagosta.

PL 5359/2019 VILSON DA FETAEMG - Altera a redação do inciso II do art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, que "Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências".

PL 5465/2019 EDUARDO COSTA - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre a rastreabilidade dos resíduos de agrotóxicos ao longo da cadeia produtiva de vegetais frescos destinados à alimentação humana.

PL 5967/2019 AROLDO MARTINS - Estabelece norma para a exploração econômica da Araucaria Angustifolia

PL 6095/2019 JERÔNIMO GOERGEN - Altera a Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, para ampliar o número de agricultores familiares sujeitos à redução de alíquotas para incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

PL 102/2020 LUCIO MOSQUINI - Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e dá outras providências.

PL 2265/2020 DANREI DE DEUS HINTERHOLZ - Institui isenção do Imposto Territorial Rural - ITR para imóvel localizado em municípios que tenham declarado estado de emergência ou calamidade pública e homologados pelas autoridades competentes.

PL 2642/2020 ALINE SLEUTJES - Altera o art. 2º da Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017, para dispensar empreendimentos rurais de regras de prevenção e combate a incêndio nas condições que especifica.

PL 3149/2020 EFRAIM FILHO - Inclui os produtores independentes de matéria-prima destinadas à produção de biocombustível na Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e dá outras providências.

PL 4084/2020 ZÉ SILVA - Desonera do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins as aquisições de telefones celulares e equipamentos eletrônicos, realizadas por extensionistas rurais, professores e alunos da rede pública durante o reconhecimento do estado de calamidade pública provocado pelo Coronavírus (Covid-19), nos termos que especifica.

PL 4185/2020 DEUZINHO FILHO - Cria a política nacional de valorização da mulher no campo e dá outras providências

PL 4395/2020 EVAIR VIEIRA DE MELO - Institui a Política Nacional de Fomento ao Turismo Rural e dá outras providências. Apensados: PL 4879/2020; PL 902/2021.

PL 4714/2020 JOSÉ NELTO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de prévia contratação de seguro de responsabilidade civil por queimadas.

PL 349/2021 ZÉ SILVA - Cria o Selo de Inclusão Tecnológica no Campo e dá incentivo tributário a pessoas jurídicas que doem recursos para a contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares situados abaixo da linha de pobreza.

PL 501/2021 ALTINEU CÔRTEZ - Cria o programa de concessão de crédito bancário à pessoa física ou jurídica para fins de recuperação da cobertura florestal de áreas localizadas no bioma Mata Atlântica.

PL 641/2021 CORONEL TADEU - Dispõe sobre o pagamento de indenização a produtores rurais do estado de São Paulo que, entre 1998 e 2016, tiveram suas propriedades rurais interditadas e suas plantações destruídas em virtude de política pública de combate à praga cancro cítrico

PL 2168/2021 JOSE MARIO SCHREINER - Altera a Lei 12.651/2012, para considerar como de utilidade pública as obras de infraestrutura de irrigação e dessedentação animal. Apensados: PL 2673/2021; PL 2853/2021.

PL 2963/2021 MARRECA FILHO - Altera o art. 25 da Lei Nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para estender às cooperativas e às colônias de pescadores artesanais os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural.

The background is a solid blue color. In the upper right, there is a white line-art sun with rays. In the lower half, there are white line-art waves. In the upper left, there is a white line-art cloud. The text is centered in the middle of the page.

REUNIÕES DA COMISSÃO

Audiências Públicas

Tema: Propostas de Regularização Fundiária.

Data: 09/04/2021

Local: Plenário 6 do Anexo II

Convidados:

Deputado Federal Bosco Saraiva - Relator do PL 2633/2020;

Thiago Bras Rocha - Consultor de política agrícola Aprosoja/MT;

Girolamo Domenico Treccani - Professor Universidade Federal do Pará – UFPA;

Brenda Brito - Pesquisadora IMAZON;

Fernando Henrique Kohlmann Schwanke - Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;

Maira de Souza Moreira - Pesquisadora e Coordenadora do Programa Cerrado Organização Terra de Direitos;

Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo Filho – Presidente do Incra.

Autor do Requerimento nº **02/2021**: Deputado Marcon - PT/RS.

Tema: Proposta de LOA de 2021 para a agricultura.

Data: 16/04/2021

Local: Plenário 1 do Anexo II

Participantes:

Márcio Eli - Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Wilson Vaz de Araújo - Diretor de Crédito e Informação da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Rogério Boueri - Subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais do Ministério da Economia - ME;

Celso Matsuda - Secretário Nacional de Inclusão Social Produtiva do Ministério da Cidadania - MC;

Elisângela Sanches - Diretora do Departamento de Compras Públicas para Inclusão Social e Produtiva Rural do Ministério da Cidadania - MC;

Renato Conchon - Coordenador da Comissão Nacional de Núcleo Econômico da Confederação Nacional de Agricultura – CNA;

Antoninho Rovarís - Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

Autor do Requerimento nº **24/2021** - Deputado Heitor Schuch - PSB/RS.

Tema: Aumento de ICMS nos fertilizantes.

Data: 19/04/2021

Local: Plenário 5 do Anexo II

Participantes

André Passos Cordeiro - Diretor de Relações Institucionais e Assuntos Governamentais da Associação Brasileira da Indústria Química – Abiquim;

Carlos Florence - Diretor Executivo da Associação dos Misturadores de Adubo do Brasil - Ama Brasil;

Renato Conchon - Coordenador da Comissão Nacional de Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;

Bruno Pessanha Negris - Diretor de Programas, da Secretaria Especial de Fazenda do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz;

Marcelo Guimarães - Coordenador-Geral de Análise Econômica, da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura – MAPA;

Amanda Oliveira Breda Rezende - Analista Jurídica da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB;

Ernesto Krug - Consultor Técnico do SIARGS do Sindicato da Indústria de Adubos no Est do Rio Grande do Sul – SIARGS;

Bernardo Silva - Diretor Executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Matérias Primas para Fertilizantes – SINPRIFERT.

Autor dos Requerimentos nº **4/2021** e nº **23/2021**: Deputado Jerônimo Goergen - PP/RS.

Tema: Sucessão rural e incentivo à permanência da juventude no campo.

Data: 30/04/2021

Local: Plenário 6 do Anexo II

Participantes

Mônica Bufon Augusto - Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;

Argileu Martins da Silva - Coordenador Estadual da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER/MG;

José Afonso Cosmo Júnior - Secretário de Telecomunicações Substituto do Ministério das Comunicações;

Valdecir José Zonin – Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS;

Mateus Menezes Quevedo - Coordenador do coletivo da comunicação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA;

Jailma Lopes Dutra Serafim - Diretora Nacional do Coletivo de Juventudes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST;

Danieli Bassanesi - Representante do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC;

Francisco Auri Alves Junior - Coordenador da Juventude da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - CONTRAF BRASIL.

Autor do Requerimento nº **26/2021**: Deputado Vilson da Fetaemg - PSB/MG.

Autor do Requerimento nº **33/2021**: Deputado Padre João - PT/MG.

Temas: As prioridades do Ministério da Agricultura para o ano de 2021.

Data: 05/05/2021

Local: Plenário 6 do Anexo II

Convidada:

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias - Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Autora do Requerimento nº **05/2021**: Deputada Aline Sleutjes - PSL/PR.

Tema: Critérios de sustentabilidade aplicáveis na concessão de crédito rural.

Data: 10/05/2021

Local: Plenário 6 do Anexo II

Participantes

César Halum - Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Rogério Boueri - Subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais do Ministério da Economia - ME;

Joaquim Álvaro Pereira Leite - Secretário da Amazônia e Serviços Ambientais, do Ministério do Meio Ambiente;

Rodrigo Justus de Brito - Coordenador da Comissão de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

Fabrizio Moraes Rosa - Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil;

Marcio Antonio Portocarrero - Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – Abrapa;

Amauri Oliva - Diretor Executivo de Sustentabilidade da Federação Brasileira de Bancos - Febraban;

Otávio Ribeiro Damaso - Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil.

Autor do Requerimento nº **34/2021**: Deputado José Mário Schreiner - DEM/GO.

Tema: A importação de lácteos e o relacionamento com o Mercosul.

Data: 12/05/2021

Local: Plenário 6 do Anexo II

Participantes

Orlando Leite Ribeiro - Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;

Daniel Nogueira Leitão - Chefe da Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul, do Ministério das Relações Exteriores – MRE;

Marcio Rodrigues - Gerente de Agronegócios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX-Brasil;

Antônio Brandalise - Presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados de Santa Catarina - SINDILEITE/SC;

Vicente Nogueira Netto - Coordenador da Câmara do Leite da Organização das Cooperativas do Brasil – OCB;

Ronei Volpi - Presidente da Comissão Nacional de Bovinocultura de Leite da da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;

Geraldo de Carvalho Borges - Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite – Abraleite;

Jose Selzler - Dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - CONTRAF Brasil.

Autor do Requerimento nº **9/2021**: Deputado Celso Maldaner - MDB/SC

Tema: Infraestrutura e Mobilidade Rural.

Data: 14/05/2021

Local: Plenário 6 do Anexo II

Participantes

Carlos Alberto Nunes Batista - Coordenador de Logística para a Produção Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Tiago Pontes Queiroz - Secretário Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR;

Vânia Marques Pinto - Secretária de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG;

Elisangela Pereira Lopes - Assessora Técnica da Comissão Nacional de Infraestrutura e Logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

Prefeito de Rio Branco/AC TIÃO BOCALOM -, representando a Frente Nacional dos Prefeitos - FNP;

Marcelo Queiroz - Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro, representando o Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Agricultura - CONSEAGRI;

Autor do Requerimento nº **35/2021**: Deputado Christino Aureo - PP/RJ.

Tema: O abastecimento da produção de proteína animal.

Data: 21/05/2021

Local: Plenário 6 do Anexo II

Participantes

Ricardo Santin - Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA;

José Eduardo dos Santos - Presidente da Associação Gaúcha de Avicultura - ASGAV;

Valdecir Luís Folador - Presidente da Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul - ACSURS.

Sílvio Farnese - Diretor de Comercialização e Abastecimento da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Autor do Requerimento nº **28/2021**: Deputado Jerônimo Goergen- PP/RS.

Tema: Plano Agrícola e Pecuário 2021/2022.

Data: 02/06/2021

Local: Plenário 6 do Anexo II

Participantes

Wilson Vaz - Diretor do Departamento de Crédito e Informação do Ministério da Agricultura - MAPA;
Cláudio Figueiras Pacheco Moreira - Chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro, do Banco Central - BC;

Adriano Pereira de Paula - Subsecretário de Gestão Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional;

Bruno Barcelos Lucchi - Diretor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

Antonio Galvan - Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Soja - APROSOJA Brasil;

João Prieto - Coordenador do Ramo Agropecuário da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB;

Rafael Baldi - Diretor para Assuntos de Crédito Rural da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN;

Décio Lauri Sieb - Assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

Autor do Requerimento nº **53/2021** – Deputado Jose Mario Schreiner – DEM/GO.

Tema: Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade.

Data: 11/06/2021

Local: Plenário 11 do Anexo II

Participantes

WALDECK PINTO DE ARAÚJO JÚNIOR - Diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Anna Paula Losi - Diretora Executiva da Associação das Indústrias Processadoras de Cacau - AIPC;

Ubiracy Fonseca - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados - ABICAB;

Juvenal Maynard - Ex-Superintendente Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC;

Cristiano Villela Dias - Diretor do Centro de Inovação do Cacau - CIC;

Antônio Valete - representando os Consórcios de Municípios da Bahia e Adjacências;

Ivan Costa - Extencionista da CEPLAC e idealizador do Projeto cacau 500@.

Autor do Requerimento nº **48/2021** – Deputado Tito – AVANTE/BA.

Tema: O autocontrole nas atividades agropecuária e agroindustrial

Data: 14/06/2021

Local: Plenário 6 do Anexo II

Participantes

Paulo Mustefaga - Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos - ABRAFRIGO;

Antonio Jorge Camardelli - Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes - ABIEC;

Ricardo Santin - Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA;

Janus Pablo Fonseca de Macedo - Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários - ANFFA Sindical;

Cassio Braga - Vice-Presidente do Centro Industrial Empresarial de Minas Gerais, representando a Confederação Nacional da Indústria - CNI;

Ricardo Tortorella - Diretor Executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos - ANDA;

Ariovaldo Zani - Vice-Presidente Executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES;

Carlos Lima - Diretor Executivo do Instituto Brasileiro da Cachaça - IBRAC.

José Guilherme Leal - Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Autor do Requerimento nº **292021** - Deputado Jerônimo Goergen - PP/RS.

Autor do Requerimento nº **522021** - Deputado Pedro Lupion;- DEM/PR.

Autora do Requerimento nº **592021** - Deputada Aline Sleutjes – PSL/PR.

Tema: Escassez de milho para a produção agropecuária.

Data: 21/06/2021

Local: Plenário 8 do Anexo II

Participantes

Nélio Hand - Diretor executivo da Associação de Avicultores do Espírito Santo - AVES;

Aureliano Costa - Superintendente do Ministério da Agricultura no Espírito Santo;

Silvio Farnese - Diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura - MAPA;

Bruno Lucchi - Diretor Técnico da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária - CNA;

Diracy Betânea Lacerda - Superintendente de Abastecimento Social da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab;

Kerley Mesquita de Souza - Superintendente Regional do Espírito Santo da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab/ES;

Ricardo Santin - Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA;

Cesário Ramalho - Presidente Institucional da Associação Brasileira dos Produtores de Milho - Abramilho.

Autora do Requerimento nº **51/2021** - Deputada Dra. Soraya Manato - PSL/ES.

Tema: Política Nacional de Economia Solidária.

Data: 28/06/2021

Local: Plenário 14 do Anexo II

Participantes

Leonardo Pinho - Presidente da Central de Cooperativas UNISOL Brasil;

Claudete Costa - Vice-presidente da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias - UNICOPAS e Presidenta da Unicatadoras;

Tatiane Valente - Coordenadora Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Autora do Requerimento nº **39/2021**: Deputada Mara Rocha - PSDB/AC.

Tema: Criminalidade e Segurança no Campo.

Data: 30/06/2021

Local: Plenário 6 do Anexo II

Participantes

Augusto César de Andrade - Assessor Jurídico da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás - FAEG, representando a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

Tenente-Coronel André Luiz de Carvalho - Comandante do Batalhão Rural da Polícia Militar de Goiás - PMGO;

Tenente-Coronel Miller França Michalick - Assessor Estratégico de Gestão de Operações da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG;

Coronel Antônio Marcos de Souza Reis - Chefe do Estado-Maior Geral da Polícia Militar do Espírito Santo - PMES;

Capitão Íncare Correa de Jesus - da Polícia Militar do Paraná - PMPR;

Tenente-Coronel Antônio Felipe Zinga Junior - Comandante do 2º Regimento de Polícia Montado da Brigada Militar do Rio Grande do Sul - BMRS;

Major Adauton Santana - Comandante do Batalhão de Policiamento Rural da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF;

Tenente-Coronel Gleber Candido Moreno - Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar do Mato Grosso - PMMT.

Autores do Requerimento nº **19/2021**: Deputada Aline Sleutjes - PSL/PR e Deputado Jose Mario Schreiner - DEM/GO.

Autor do Requerimento nº **25/2021**: Deputado Jose Mario Schreiner - DEM/GO

Tema: Turismo Rural.

Data: 05/07/2021

Local: Plenário 6 do Anexo II

Participantes

Sergio Rodrigues Dias Filho - Diretor Técnico do Montanhas Capixabas Convention & Visitors Bureau;

Aline Moraes Cunha - Representante da Câmara Temática de Turismo Rural do Rio Grande do Sul;

Pedro Vieira Bastos - Presidente do Conselho de Turismo Municipal e Vice-presidente da Associação de Empreendedores do Turismo de Morro Redondo-ES;

Ana Clevia Guerreiro - Analista Técnica da Unidade de Competitividade do Sebrae Nacional.

Autor do Requerimento nº **46/2021** - Deputado Evair Vieira de Melo - PP/ES

Tema: Programas de Autocontrole dos agentes privados.

Data: 14/07/2021

Local: Plenário 6 do Anexo II

Participantes

Reginaldo Minaré - Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

Gustavo Bedusch -, Diretor-executivo da Viva Lácteos;

Christiano Lobo - Diretor Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados - ABIPESCA;

Christian Lohbauer - Presidente Executivo da CropLife Brasil;

Fernando Pinheiro - Analista Técnico-econômico do Ramo Agropecuário da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB;

Leonardo Minaré Braúna - Assessor técnico da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil;

Autor do Requerimento nº **631/2021**: Deputado JOSÉ MÁRIO SCHREINER - DEM/GO.

Autor do Requerimento nº **701/2021**: Deputado CELSO MALDANER - MDB/SC

Tema: Os programas de autocontrole dos agentes privados.

Data: 09/08/2021

Local: Plenário 6 do Anexo II

Participantes

José Guilherme Tollstadius Leal - Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Eliane Kay - Diretora executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal - Sindiveg;

Renato Buranello - Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG;

Thales Falek - membro do Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio - IBDA;

Frederico Favacho - Advogado da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais - ANEC;

Fernando Ferreira Pinheiro - Analista Técnico da Gerência Técnica e Econômica da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB;;

Autora do Requerimento nº **75/2021**: Deputada Aline Sleutjes – PSL/PR.

Tema: Dia Nacional da Agricultura Irrigada.

Data: 23/08/2021

Local: Plenário 6 do Anexo II

Participantes

Gustavo Goretti - Coordenador-Geral de Agregação de Valor do Departamento de Produção Sustentável e Irrigação, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Lineu Neiva Rodrigues - Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;

Eduardo Veras de Araújo - Presidente da Comissão Nacional de Irrigação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA

Cezar Augusto Rizzi - Superintendente Técnico da empresa CAMPO.

Autor do Requerimento nº **67/2021**: Deputado Zé Vitor - PL/MG.

Tema: O impacto das geadas na agricultura.

Data: 01/09/2021

Local: Plenário 4 do Anexo II

Participantes

Sérgio de Zen - Diretor-executivo de Política Agrícola e Informação da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;

Silvio Farnese - Diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Otávio Maia - Diretor-presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas - EMATER/MG;

Maciel Aleomir da Silva - Coordenador de Produção Agrícola da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

Antonio Fernando Guerra - Chefe-Geral da Embrapa Café;

José Edgard Pinto Paiva - Diretor-presidente da Fundação de Apoio à Tecnologia Cafeeira - FUNDAÇÃO PROCAFÉ;

Silas Brasileiro - Presidente do Conselho Nacional do Café - CNC.

Autor do Requerimento nº **86/2021** - Deputado DOMINGOS SÁVIO - PSDB/MG.

Autor do Requerimento nº **87/2021** - Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO - PP/ES.

Tema: Controle fitossanitário da monilíase do cacauzeiro.

Data: 13/09/2021

Local: Plenário 12 do Anexo II

Participantes

Graciane Castro - Coordenadora-geral de Proteção de Plantas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; e JULIANA ALEXANDRE, Chefe da Divisão de Prevenção e Controle de Pragas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Rafael Moyses Alves - Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental e membro do Portfólio do Cacau da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;

José Francisco Thum - Presidente do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre - IDAF;

Maciel Silva - Coordenador de Produção Agrícola da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

Catarina Cotrim de Mattos Sobrinho - Fiscal Agropecuária da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB.

Autora dos Requerimentos nº **81/2021** e nº **91/2021** – Deputada Lídice da Mata - PSB/BA.

Temas: Agricultura familiar e produção orgânica de alimentos.

Data: 20/09/2021

Local: Plenário 12 do Anexo II

Participantes

Rogério Dias - Presidente do Instituto Brasil Orgânico;

José Antônio Azevedo Espíndola - Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;

Luiz Carlos Demattê Filho - Presidente da Câmara Temática de Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Pedro Francisco Schneider - Presidente da Cooperativa de Produção Orgânica de Sucos e Óleos Essenciais de Citros no Vale do Cai - ECOCITRUS;

Antônio Lacerda Souto - Assessor da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG;

Joe Valle - Produtor de alimentos orgânicos.

Autores do Requerimento nº **07/2021**: Deputados Heitor Schuch - PSB/RS e Vilson da Fetaemg – PSB/MG.

Tema: A mistura do biodiesel nos combustíveis.

Data: 27/09/2021

Local: Plenário 12 do Anexo II

Participantes

Pietro Mendes - Diretor do Departamento de Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia;

Odirlei Ducatti - Coordenador da Comissão Técnica da Câmara Setorial de Máquinas Rodoviárias da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ;

Valéria Lima - Diretora Executiva de Downstream do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gas - IBP;

Henry Joseph JR - Diretor Técnico da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA;

Sergio Massilon - Diretor Institucional da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Bicompostíveis - BRASILCOM;

Júlio Cesar Minelli - Diretor Superintendente da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil - APROBIO;

Donizete Tokarski - Diretor Superintendente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene - Ubrabio;

André Nassar - Presidente Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE.

Autor dos Requerimentos nº **50/2021** e nº **58/2021**: Deputado Pedro Lupion - DEM/PR.

Tema: Suspensão dos financiamentos agropecuários.

Data: 01/10/2021

Local: Plenário 5 do anexo II

Participantes

Marcelo Augusto Xavier da Silva - Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

Ana Paula do Amarante - Gerente do Ciclo de Crédito do SICREDI;

Maurício Soligo - Prefeito do município de Getúlio Vargas - RS;

Frederico Buss - Consultor Jurídico da FARSUL.

Autor do Requerimento nº **101/2021**: Deputado Jerônimo Goergen - PP/RS.

Tema: A distribuição dos Créditos de Descarbonização - PL 3149/20.

Data: 14/10/2021

Local: Plenário 8 do anexo II

Participantes

Bartolomeu Braz Pereira - Diretor da Associação dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil;

Gustavo Rattes de Castro - Presidente da Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil - ORPLANA;

Antônio de Pádua - Diretor Técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar - UNICA;

Renato Cunha - Presidente da Associação de Produtores de Açúcar, Etanol e Bioenergia - NovaBio;

Alexandre Araujo de Moraes Andrade - Presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil - FEPLANA;

Mario Ferreira Campos Filho - Presidente do Fórum Nacional Sucreenergético - FNS;

Ênio Jaime Fernandes Júnior - Presidente da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.

Autor do Requerimento nº **83/2021**: Deputado Jose Mario Schreiner - DEM/GO.

Tema: 48 anos da Embrapa e os avanços da certificação carbono neutro.

Data: 18/10/2021

Local: Plenário 12 do anexo II

Participantes

Celso Moretti - Presidente da Embrapa;

Roberto Giolo de Almeida - Pesquisador da Embrapa Gado de Corte;

Alexandre Nepomuceno - Chefe-geral da Embrapa Soja;

Alexandre Berndt - Chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Pecuária Sudeste.

Autora do Requerimento nº **57/2021**: Deputado Aline Sleutjes - PSL/PR.

Tema: A provável falta de defensivos agrícolas para a próxima safra.

Data: 22/10/2021

Local: Plenário 5 do anexo II

Participantes

Carlos Goulart - Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Juliano dos Santos Maly - Gerente de Produtos Equivalentes e Outros da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

Reginaldo Lopes Minaré - Diretor Técnico Adjunto da Diretoria Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

João Prieto - coordenador do Ramo Agropecuário da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB;

Fabricio Rosa - Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - APROSOJA BRASIL;

Christian Lohbauer - Presidente da CropLife Brasil;

Eliane Kay - Diretora Executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal - SINDIVEG.

Autor do Requerimento nº **93/2021**: Deputado Jerônimo Goergen - PP/RS.

Tema: Atuação do Sistema Nacional de Fomento no financiamento ao agronegócio.

Data: 08/11/2021

Local: Plenário 12 do anexo II

Participantes

Sergio Suchodolski - Presidente da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE;

Fernando Vicente Netto - Diretor Financeiro do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Banco Sicoob;

Cledir Magri - Presidente da Cresol Confederação;

Luiz Sergio Farias Machado - Superintendente do Banco do Nordeste;

Rivael Aguiar - Diretor-Presidente da GoiásFomento;

Márcia Faria Maia - Diretora-Presidente da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte - AGN-RN;

Leany Lemos - Diretora de Operações do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE.

Autor dos Requerimentos nº **99/2021** e nº **114/2021**: Deputado Domingos Sávio - PSDB/MG.

Tema: Bioinsumos (PL 658/2021).

Data: 12/11/2021

Local: Plenário 6 do anexo II

Participantes

Sandra Paula Bonetti - Secretária de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG;

Reginaldo Lopes Minaré - Diretor Técnico Adjunto da Confederação Nacional de Agricultura - CNA;

Álvaro Delatorre - Coordenador do Sistema Participativo de Garantia da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul - COCEARGS, representando a União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias - UNICOPAS;

Dra. Luciana Grange - docente da Universidade Federal do Paraná;

Dra. Mariangela Hungria - pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Microrganismos na Agricultura - INCT.

Autores do Requerimento nº **118/2021**: Deputados Pedro Uczai – PT/SC, subscrito pelos deputados Valmir Assunção, Zé Carlos, Leonardo Monteiro, Marcon, Carlos Veras, Frei Anastacio Ribeiro, Célio Moura, Padre João, Patrus Ananias, Professora Rosa Neide.

Tema: A sustentabilidade econômica no campo.

Data: 22/11/2021

Local: sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - FETAG/RS

Participantes

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS;

Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários - ANDAV;

Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio Grande do Sul - Siste Ocergs – SESCOOP/RS;
Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul - FecoAgro/RS;
Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul - FARSUL;
Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - FETAG-RS;
Frente Parlamentar da Agropecuária Gaúcha.

Autor do Requerimento nº **123/2021**: Deputado Heitor Schuch - PSB/RS.

Tema: Registro Geral da atividade pesqueira (Portaria SAP/MAPA nº 265/21).

Data: 23/11/2021

Local: Anexo II, Plenário 06

Participantes

Jander Ilson Pereira - Vereador da Câmara Municipal de Santarém/PA;

José Edinaldo Rocha da Silva - representante do Movimento dos pescadores do Baixo Amazonas - MOPEBAM;

Alexandre Pimentel - representante da Colônia de pescadores Z19, de Óbidos/PA;

Jairo Gund - Secretário Adjunto da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEP/MAPA;

Autor dos Requerimentos nº **117/2021** e nº **126/2021**: Deputado Heitor Schuch - PSB/RS.

Tema: Tributação, política de crédito e seguro rural para o vitivinicultor.

Data: 24/11/2021

Local: Anexo II, Plenário 06

Participantes

Guilherme Soria Bastos Filho - Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Everson Fernando Suzin - Presidente do Sindicato da Indústria do Vinho do Rio Grande do Sul - Sindivinho;

Helio Marchioro - Diretor da Federação das Cooperativas Vinícolas do Rio Grande do Sul - Fecovinho;

Darci Dani - Diretor Executivo da Associação Gaúcha de Vinicultores - AGAVI;

Cedenir Postal - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares de Bento Gonçalves;

Márcio Ferrari - Presidente do Instituto Brasileira do Vinho - Ibravin;

Deonir Argenta - Presidente da União Brasileira de Vitivinicultura - Uvibra.

Autor do Requerimento nº **69/2021**: Deputado Afonso Hamm - PP/RS.

Tema: Cédula de Crédito Rural, Nota Promissória Rural e Duplicata Rural.

Data: 30/11/2021

Local: Anexo II, Plenário 06

Participantes

Wilson Vaz de Araujo - Diretor do Departamento de Política de Financiamento ao Setor Agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa;

Antônio da Luz - Vice-Presidente da Comissão de Política Agrícola da CNA da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

Thiago Bras Rocha - Consultor de Política Agrícola da Associação Brasileira de Produtores de Soja - APROSOJA;

Ademiro Vian - Consultor da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB;

Rafael Baldi - Diretor Adjunto de Produtos da Federação Brasileira de Bancos - Febraban;

Cláudio Filgueiras Pacheco Moreira - Chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop), do Banco Central.

Autor do Requerimento nº **120/2021**: Deputado Pedro Lupion - DEM/PR.

Outros Eventos

Tema: Visita da Comissão de Agricultura à Embrapa Gado de Leite

VISITA TÉCNICA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural à Embrapa em Minas Gerais.

Data: 11/06/2021

Local: Embrapa Gado de Leite - Campo Experimental, Cel. Pacheco - MG,

Participantes

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias - Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Jefrey Albers Kleine - Coordenador do Departamento Econômico da Federação da Agricultura do Paraná – FAEP;

Representante da Organização das Cooperativas do Paraná – OCEPAR;

Parlamentares da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e

Membros da Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA.

Autor do Requerimento nº **41/2021**: Deputada Aline Sleutjes – PSL/PR.

Tema: Visita a Cooperativas de Leite do Rio Grande do Sul.

VISITA TÉCNICA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Encantado/RS.

Data: 01/07/2021 e 02/07/2021

Local: Cooperativa Dália Alimentos Ltda, em Encantado/RS.

Participantes:

Deputado *Fausto Pinato* – Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

Deputado *José Mário Schreiner* – 3º Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

Deputado *Evair Vieira de Melo* – Membro titular da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

Deputado *Zé Silva* - Membro titular da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

Deputado *Emidinho Madeira* - Membro titular da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

Deputado *Diego Andrade* – Membro suplente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

Deputada *Greyce Elias* – não membro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

Deputado *Júlio Delgado* - não membro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR; e

Deputado *Zé Vitor* - não membro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR.

Autora do Requerimento nº **41/2021**: Deputada Aline Sleutjes - PSL/PR.

Tema: As mudanças do crédito para o agronegócio no Brasil.

SEMINÁRIO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Data: 15/07/2021

Local: Plenário 6 do anexo II

Participantes:

Gustavo Roberto Correa - Consultor Legislativo;

Ricardo Alfonsin - Advogado;

Pedro Freitas - Diretor de Agronegócio da XP Investimentos;

Wilson Vaz de Araújo - Diretor de Financiamento e Informação do MAPA;

Renato Buranello - Advogado;

Bruno Lucchi - Diretor técnico da CNA;

Rogério Boueri Miranda - Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia- ME;

Autor do Requerimento nº **47/2021**: Deputado Jerônimo Goergen - PP/RS.

Tema: As mudanças do crédito para o agronegócio no Brasil.

SEMINÁRIO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Data: 16/07/2021

Local: Plenário 6 do anexo II

Participantes

Gustavo Roberto Correa - Consultor Legislativo;

Bernardo Vianna Weirich - CEO da BWZ Assessoria Agroempresarial

Antônio Galvan - Presidente da APROSOJA BRASIL;

Ricardo Alfonsin - Advogado;

Mauro Mattoso - Chefe do Departamento do Complexo Agroalimentar e de Biocombustíveis do BNDES;

Marcelo Franchi Winter - Advogado;

Karla Maria Santos Cortes - Gerente Executiva da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil;

Vinicius Furlan Silva - Gerente Nacional de Agronegócio da Caixa Econômica Federal;

Luis Henrique Veit - representante do SICREDI;

Luiz Renato Gonçalves de Lima - membro da Diretoria de Crédito Rural do BRADESCO;

Carlos Aguiar Neto - Diretor de Agronegócio do SANTANDER;

Robson Oliveira Santos - Superintendente de Agronegócio do BANRISUL.

Autor do Requerimento nº **47/2021**: Deputado Jerônimo Goergen - PP/RS.

Tema: Regularização Fundiária.

REUNIÃO TÉCNICA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Data: 03/08/2021

Local: Plenário 6 do anexo II.

Participantes:

Deputado *Jerônimo Goergen* – Presidente da Frente Parlamentar do Biodiesel;

Deputado *Fausto Pinato* – Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR;

Deputado *Evair Vieira de Melo* – Membro titular da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

Deputado *Luciano Ducci* – Membro suplente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

Giuseppe Lobo – Gerente de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE;

Júlio Cesar Minelli – Diretor Superintendente da Diretoria Executiva da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil – APROBIO;

Donizete Tokarski – Diretor Superintendente da Diretoria Executiva da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene – Ubrabio;

Kênia Soares – Representante da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene – Ubrabio; e

Nayara Machado – Coordenadora de Comunicação da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene – Ubrabio.

Tema: Debater colher subsídios e informações dos problemas enfrentados pelo setor leiteiro

VISITA TÉCNICA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural a propriedades rurais em São Paulo.

Data: 19/08/2021

Local: Municípios de Pirassununga-SP e São Carlos-SP.

Participantes:

Prefeitos da região; e

Representantes de Cooperativas, de Sindicatos e de Produtores Rurais.

Autora do Requerimento nº **84/2021**: Deputada Aline Sleutjes - PSL/PR.

Tema: Debater colher subsídios e informações dos problemas enfrentados pelo setor leiteiro.

VISITA TÉCNICA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural a propriedades rurais em São Paulo.

Data: 20/08/2021

Local: Municípios de Itirapina-SP e Pardinho-SP.

Participantes

Lúcio Mosquini - Deputado Federal;

Confúcio Moura – Senador;

Marcos Rocha - Governador do Estado de Rondônia;

Evandro Padovani - Secretário Estadual de Agricultura; e

Francisco Hidalgo Farina - Presidente da Associação Industrial e Comercial do Município de Ariquemes.

Gladson Cameli – Governador do Acre;

José Jodan - Vice-Governador de Rondônia;

Prefeitos da Região; e

Representantes de Cooperativas, de sindicatos e de Produtores Rurais.

Autora do Requerimento nº **84/2021**: Deputada Aline Sleutjes - PSL/PR.

Tema: Cerimônia de entrega do prêmio Mérito Agropecuário.

Data: 27/10/2021

Local: Plenário 6 do anexo II.

Deputados presentes:

Tito – AVANTE/BA

Jose Mario Schreiner – DEM/GO

Norma Ayub – DEM/ES

Pedro Lupion – DEM/PR

Alceu Moreira – MDB/RS

Celso Maldaner – MDB/SC

Herculano Passos – MDB/SP

Juarez Costa – MDB/MT

Sergio Souza – MDB/PR

Zé Augusto Nalin – DEM/RJ

Roman – PATRIOTA/PR

Marina Santos – PL/PI

Raimundo Costa – PL/BA

Valdevan Noventa – PL/SE

Zé Vitor – PL/MG

Josivaldo Jp – PODE/MA
Adriano do Baldy – PP/GO
Beto Rosado – PP/RN
Christino Aureo – PP/RJ
Evair Vieira de Melo – PP/ES
Jaqueline Cassol – PP/RO
Jerônimo Goergen – PP/RS
Neri Geller – PP/MT
Clarissa Garotinho – PROS/RJ
Toninho Wandscheer – PROS/PR
Emidinho Madeira – PSB/MG
Felipe Rigoni – PSB/ES
Heitor Schuch – PSB/RS
Rodrigo Agostinho – PSB/SP
Vilson da Fetaemg – PSB/MG
Vermelho – PSD/PR
Domingos Sávio – PSDB/MG
Edna Henrique – PSDB/PB
Lucas Redecker – PSDB/RS
Mara Rocha – PSDB/AC
Aline Sleutjes – PSL/PR
Charlles Evangelista – PSL/MG
Dr. Luiz Ovando – PSL/MS
General Girão – PSL/RN
Nelson Barbudo – PSL/MT
Beto Faro – PT/PA
Frei Anastácio Ribeiro – PT/PB
Marcon – PT/RS
Zé Carlos – PT/MA
Marcelo Moraes – PTB/RS
Benes Leocádio – REPUBLICANOS/RN
Luizão Goulart – REPUBLICANOS/PR
Zé Silva – SOLIDARIEDADE/MG
Paulo Bengtson – PTB/PA
Pedro Uczai – PT/SC

Agraciados:

Tereza Cristina – Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;
Benício Albano Werner – Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA;
Mário Antônio Pereira Borba – Vice-Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
Leila Ribas Wanderley Dantas – representando o Senhor Francisco Wanderley Dantas (ex-governador e ex-deputado pelo estado do Acre);
Paulo Schmidt – Presidente do Grupo Schmidt;
Valdir Milan – Presidente da Ordemilk LTDA;

Guy de Capdeville – Diretor-Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;

Paulo do Carmo Martins – Economista e Gestor da Área de Comunicação e Negócios da Embrapa Gado de Leite;

Josivane Caiano da Silva – Líder Comunitária e Presidente da Associação dos Produtores e Agricultores Rurais do Assentamento Santa Catarina Zona Rural – Monteiro/PB;

Tema: Mesa redonda com Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – Ocepar e Faculdade de Educação Paulistana - FAEP.

VISITA TÉCNICA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural a produtores de leite no Paraná.

Data: 27/10/2021 a 29/10/2021.

Local: Municípios de Carambei/PR, Tibagi/PR, Castro/PR, Arapoti/PR e Piraí do Sul/PR.

Participantes:

Deputados membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Chen Xiaohua - Vice-Presidente da Comissão de Agricultura Chinesa;

Huang Kai - Diretor de Divisão da Comissão de Agricultura Chinesa;

Li Chenggui - Membro da Comissão de Agricultura Chinesa;

Ma Zhongping - Vice-Presidente da Comissão de Agricultura Chinesa;

Qiao Xiaoling - Membro da Comissão de Agricultura Chinesa;

Zhan Jing`An - Diretor-Geral da Secretaria da Comissão de Agricultura Chinesa;

Song Yang - Ministro da Embaixada Chinesa;

Qiao Yanfeng - Conselheira de Assuntos Parlamentares da Embaixada da China; e

Sun Pengyuan - Segundo Secretário Embaixada da China.

Autora do Requerimento nº **41/2021**: Deputada Aline Sleutjes - PSL/PR.

Tema: Relações comerciais entre Brasil e Iran pertinentes ao agronegócio.

REUNIÃO TÉCNICA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Data: 16/11/2021

Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 34.

Participantes

Parlamentares e Membros da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Tereza Cristina Correa da Costa Dias - Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Tema: 59ª Festa do Boi.

VISITA TÉCNICA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Parnamirim/RN.

Data: 19/11/2021

Local: Parque de Exposição Aristófares Fernandes, em Parnamirim/RN.

Participantes:

Deputado Federal *Kim Kataguiri* - Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Licenciamento Ambiental;

Deputado Federal *Neri Geller* – Presidente em exercício da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR;

Deputado Federal *José Medeiros*;

Deputado Federal *Dr. Leonardo*;

Senador da República *Sérgio Petecão*;

Deputado Estadual *Eduardo Botelho* - Presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso;

Deputado Estadual *Nininho*;

Deputado Estadual *Ulysses Moraes*;

Deputado Estadual *Paulo Araújo*;

Deputado Estadual *Valmir Moreto*;

Deputado Estadual *Carlos Avalone*;

Deputado Estadual *Elizeu Nascimento*;

Myrian Serra - Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT;

Augusto César da Costa Castilho - Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA-MT;

Rodrigo Justus de Brito - Consultor da Comissão Nacional do Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

Vicente Silva - Coordenador Técnico da Comissão de Meio Ambiente da Frente Parlamentar da Agricultura – FPA;

Mauren Lazzaretti - Secretária do Meio Ambiente do Mato Grosso - SEMA;

Alexandre Pedro Schenkel - Presidente da Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão – AMPA;

Normando Corral - Presidente do Fórum Agro;

Mauro Mendes - Governador do Estado do Mato Grosso;

Orlando Fanaia Machado - Superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;

Mauro Carvalho – Secretário de Estado da Casa Civil/MT;

José Assis Guaresqui – Superintendente do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA/MT;

Neurilan Praga – Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM;

Paulo Sérgio Aguiar – Diretor e Primeiro-Secretário da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão – Ampa;

Gilberto Goelher – Suplente do Senador Jonas Pinheiro 2008/2011; e

José Márcio Guedes – Representante do Senador Wellington Fagundes.

Autora do Requerimento nº **41/2021**: Deputada Aline Sleutjes - PSL/PR.

Tema: Visita a propriedades rurais do município.

REUNIÃO TÉCNICA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Data: 20/11/2021

Local: Zona rural de Parnamirim/RN.

Participantes

Deputados e Senadores e Consultoria Legislativa.

Tema: Invasões no Projeto de Assentamento Baixa Verde.

ENCONTRO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Data: 26/11/2021

Local: Igreja Assembleia de Deus de Madureira, BR 317 km 26, próximo a Nova Baixa Verde.

Participantes:

Deputado *Alceu Moreira* – Presidente Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA;

Deputado *Kim Kataguirí* – Coordenador Grupo de Trabalho sobre Licenciamento Ambiental;

Deputado *Neri Geller* - 1º Vice-Presidente Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR; e

Deputados membros da Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA.

Autora do Requerimento nº **115/2021** - Deputada Mara Rocha – PSDB/AC

Tema: Plano de Uso do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Luiz Rema.

ENCONTRO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Data: 29/11/2021

Local: sede da Associação AMARCA, na BR 317, km 100, Senador Guiomard - AC.

Participantes

Deputada *Aline Sleutjes* – Presidente em exercício da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR;

Deputados membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;

Deputados Membros da Subcomissão Permanente do Leite - SUBLEITE; e

Autoridades e representantes do setor leiteiro.

Autora do Requerimento nº **116/2021** - Deputada Mara Rocha - PSDB/AC.

The background is a solid blue color with a stylized, minimalist landscape. In the upper right, there is a sun represented by a central circle and several radiating lines. To the left, there are soft, rounded shapes representing clouds. The lower portion of the image features thick, dark blue lines that curve and flow across the bottom, resembling waves or a topographical map. The overall aesthetic is clean and modern.

REQUERIMIENTOS

REQ-1/2021 JOÃO DANIEL - Requer a realização de audiência pública na Comissão Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para discutir a Medida Provisória 1.031, de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, e o impacto do programa de revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco na agricultura da região.

Aprovado em 24/03/21.

REQ-2/2021 MARCON - Requer a realização de reunião de audiência pública para debater os desdobramentos potenciais das propostas de regularização fundiária.

Aprovado em 24/03/21.

REQ-3/2021 ALINE SLEUTJES - Requer a criação da Subcomissão Especial de Política Fundiária e Agricultura Familiar.

Aprovado em 24/03/21.

REQ-4/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “Aumento de ICMS nos fertilizantes”.

Aprovado em 24/03/21.

REQ-5/2021 ALINE SLEUTJES - Requer o envio de convite para realização de audiência pública à Sra. Tereza Cristina, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para informar sobre as prioridades da Pasta para o ano de 2021.

Aprovado em 24/03/21.

REQ-6/2021 JOÃO DANIEL - Requer realização de audiência pública para debater a proposta de reestruturação do Banco do Brasil.

Aprovado em 24/03/21.

REQ-7/2021 HEITOR SCHUCH - Requeremos a realização de audiência pública para debater o tema: “A agricultura familiar e a produção orgânica de alimentos”.

Aprovado em 24/03/21.

REQ-9/2021 CELSO MALDANER - Requer a realização de audiência pública para debater a participação dos países como Argentina e Uruguai sobre as importações e preços praticados dos produtos lácteos e a suspensão das importações e o relacionamento com o MERCOSUL.

Aprovado em 24/03/21.

REQ-10/2021 LUIZ NISHIMORI - Requer a realização de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para debater sobre o projeto Amazônia Azul as contribuições que a Marinha do Brasil pode realizar pelo setor de Pescados.

Aprovado em 31/03/21.

REQ-11/2021 PEDRO UCZAI - Requer a criação de Subcomissão Especial para avaliar o desempenho da Embrapa no desenvolvimento sustentável e na independência tecnológica da agricultura brasileira.

Aprovado em 31/03/21.

REQ-13/2021 MARCON - Requer a alteração do Requerimento 02/2021, aprovado por esta comissão na reunião do dia 24 de março de 2021.

Aprovado em 31/03/21.

REQ-14/2021 MARA ROCHA - Requer que seja incluído o Superintendente Regional do INCRA no Estado do Acre, Sr. SÉRGIO ANTÔNIO PEREIRA BAYUM, na audiência pública para debater os desdobramentos potenciais das propostas de regularização fundiária, aprovada nessa Comissão através do Requerimento nº 2/2021

Aprovado em 31/03/21.

REQ-18/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “As novas regras para utilização de sementes e mudas no Brasil”.

Aprovado em 31/03/21.

REQ-19/2021 ALINE SLEUTJES - Requeremos a realização de Audiência Pública para tratar sobre a Criminalidade e Segurança no Campo.

Aprovado em 31/03/21.

REQ-20/2021 ALINE SLEUTJES - Requer, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que solicita a realização de Audiência Pública para discussão do tema: “Reavaliação do uso do Paraquat bem como suas medidas de mitigação”.

Aprovado em 31/03/21.

REQ-21/2021 ZÉ SILVA - Requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir a conectividade rural e inovação no meio rural.

Aprovado em 31/03/21.

REQ-23/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Requer sejam convidados representantes do MAPA, OCB, CNA, ABIQUIM, SIARGS, AMA BRASIL e SINPRIFERT para debater sobre o aumento de ICMS nos fertilizantes.

Aprovado em 07/04/21.

REQ-24/2021 HEITOR SCHUCH - Requeremos a realização de audiência pública para debater o tema: “Proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 para agricultura”.

Aprovado em 07/04/21.

REQ-25/2021 JOSE MARIO SCHREINER - Requer que seja incluído o Tenente-Coronel da Polícia Militar do Mato Grosso, Sr. GLEBER CANDIDO MORENO, na audiência pública para debater Criminalidade e Segurança no Campo, aprovada nessa Comissão através do Requerimento nº 19/2021.

Aprovado em 28/04/21.

REQ-26/2021 VILSON DA FETAEMG - Requeiro a realização de audiência pública para debater a sucessão rural e uma política de incentivo à permanência da juventude no campo.

Aprovado em 28/04/21.

REQ-28/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “O abastecimento da produção de proteína animal.”.

Aprovado em 28/04/21.

REQ-31/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “Seguro agrícola”.

Aprovado em 28/04/21.

REQ-33/2021 PADRE JOÃO - Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Aprovado em 28/04/21.

REQ-34/2021 JOSE MARIO SCHREINER - Requer a realização de audiência pública sobre a consulta pública do Banco Central que trata dos critérios de sustentabilidade aplicáveis na concessão de crédito rural.

Aprovado em 28/04/21.

REQ-35/2021 CHRISTINO AUREO - Requer a realização de Audiência Pública para tratar do Projeto de Lei nº 1.146 de 2021.

Aprovado em 28/04/21.

REQ-39/2021 MARA ROCHA - Requer a realização de audiência pública, para debater o PL 6.606/2019, que “Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências”.

Aprovado em 28/04/21.

REQ-40/2021 RAIMUNDO COSTA - Requer que seja convidado o Secretário Nacional de Pesca e Aquicultura para apresentar a Comissão as prioridades e diretrizes que balizarão a atuação da Secretaria Nacional frente ao desenvolvimento da pesca artesanal e aquicultura no Brasil para o ano de 2021.

Aprovado em 28/04/21.

REQ-41/2021 ALINE SLEUTJES - Requer realização de Visita Técnica dos Membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com ônus para Câmara dos deputados, aos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná para debater colher subsídios e informações dos problemas enfrentados pelo setor leiteiro nestas regiões.

Aprovado em 28/04/21.

REQ-42/2021 JOÃO DANIEL - Requer o aditamento ao requerimento nº REQ 01/2021 - CAPADR, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.

Aprovado em 28/04/21.

REQ-27/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Requer seja convidado o Sr. Ary da CropLife para debater sobre as novas regras para utilização de sementes e mudas no Brasil.

Aprovado em 19/05/21.

REQ-29/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “Os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário.”.

Aprovado em 19/05/21.

REQ-45/2021 VILSON DA FETAEMG - Requer a realização de audiência pública para debater o Decreto nº 10.688 de 26 de abril de 2021, que altera o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.

Aprovado em 19/05/21.

REQ-46/2021 EVAIR VIEIRA DE MELO - Requer a realização de audiência pública para debater o Turismo Rural.

Aprovado em 19/05/21.

REQ-47/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Solicita realização de seminário para discussão do tema: “O novo modelo de crédito para o agronegócio do Brasil a partir das mudanças das leis e da ampliação do mercado privado, e os impactos do endividamento no agronegócio”.

Aprovado em 19/05/21.

REQ-48/2021 TITO - Requeiro a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 4107 de 2019 -Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade.

Aprovado em 19/05/21.

REQ-49/2021 ALINE SLEUTJES - Requeiro a realização de audiência pública para ouvir o Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União - SPU, Coronel Mauro Benedito de Santana Filho, para informar sobre as prioridades da Pasta para o biênio de 2021-2022.

Aprovado em 19/05/21.

REQ-50/2021 PEDRO LUPION - Requer a realização de audiência pública, para debater a mistura de biodiesel nos combustíveis.

Aprovado em 19/05/21.

REQ-30/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “O novo modelo de operação do BNDES, o CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio.”.

Aprovado em 26/05/21.

REQ-51/2021 DRA. SORAYA MANATO - Requer a realização de audiência pública para discutir a falta de milho para atender aos produtores agropecuários dos estados, para alimentar bovinos, aves e suínos.

Aprovado em 26/05/21.

REQ-52/2021 PEDRO LUPION - Requer a inclusão de convidado em Audiência Pública para discussão do tema: “Os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário.”.

Aprovado em 26/05/21.

REQ-53/2021 JOSE MARIO SCHREINER - Requer a realização de audiência pública para discutir as propostas das entidades ao Plano Agrícola e Pecuário 2021/2022 e as negociações do Governo para o lançamento do Plano.

Aprovado em 26/05/21.

REQ-55/2021 ALINE SLEUTJES - Solicita realização de Audiência Pública para discutir o tema “ações na área da agricultura e pecuária que estão sendo desenvolvidas pela Funai, além do etnodesenvolvimento interligado a essas áreas”.

Aprovado em 26/05/21.

REQ-58/2021 PEDRO LUPION - Requer a inclusão dos convidados abaixo elencados, para discussão em audiência pública sobre tema referente à mistura de biodiesel nos combustíveis, solicitada por meio do Requerimento nº 50.

Aprovado em 26/05/21.

REQ-59/2021 ALINE SLEUTJES - Requer a inclusão de convidados em Audiência Pública para discussão do tema: “Os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário.”

Aprovado em 26/05/21.

REQ-54/2021 ALINE SLEUTJES - Requeiro a realização de audiência pública para discussão acerca da municipalização do Imposto Territorial Rural (“ITR”).

Aprovado em 09/06/21.

REQ-57/2021 ALINE SLEUTJES - Solicita realização de Audiência Pública para discutir o tema “EMBRAPA: Cinco décadas de inovação agropecuária e os avanços da certificação carbono neutro”.

Aprovado em 09/06/21.

REQ-60/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “O não pagamento dos recursos da linha PROEX às agroindústrias brasileiras, referentes às exportações para Cuba”.

Aprovado em 09/06/21.

REQ-61/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “Extinção do passivo do Funrural”.

Aprovado em 09/06/21.

REQ-62/2021 PEDRO UCZAI - Requer a realização de Audiência Pública para a discussão do Projeto de Lei nº 313, de 2020, que altera o art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Aprovado em 09/06/21.

REQ-63/2021 JOSE MARIO SCHREINER - Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei 1.293/2021, sobre Programas de Autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária, e ouvir entidades não contempladas na audiência pública aprovada pelo Requerimento 29/2021 .

Aprovado em 09/06/21.

REQ-32/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “Medidas do governo diante da elevação dos custos de produção”.

Aprovado em 16/06/21.

REQ-43/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “A violência no campo.”.

Aprovado em 16/06/21.

REQ-67/2021 ZÉ VITOR - Requer a realização de Audiência Pública para discutir a instituição do Dia Nacional da Agricultura Irrigada.

Aprovado em 16/06/21.

REQ-68/2021 ALINE SLEUTJES - Requer Moção de Aplauso a Alysson Paulinelli, ex-ministro da Agricultura, representante importante para o agro brasileiro, tendo sido responsável por modernizar a Embrapa, além da indicação para o Prêmio Nobel da Paz 2021.

Aprovado em 16/06/21.

REQ-64/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Requer seja convidado o Sr. Cristian Lohbauer, Presidente Executivo da CropLife, para debater sobre as novas regras para utilização de sementes e mudas no Brasil.

Aprovado em 23/06/21.

REQ-66/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “Os efeitos da redução de água no agro”.

Aprovado em 23/06/21.

REQ-70/2021 CELSO MALDANER - Requer a realização de nova Audiência Pública para discussão do tema: “Os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário.”.

Aprovado em 23/06/21.

REQ-71/2021 ALINE SLEUTJES - Requer a inclusão de convidados em Audiência Pública para discussão do tema: “Os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário.”.

Aprovado em 23/06/21.

REQ-65/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Requer seja convidado o Sr. Ricardo Faria, Presidente do Conselho da Granja Faria, para debater sobre o novo modelo de crédito para o agronegócio do Brasil a partir das mudanças das leis e da ampliação do mercado privado, e os impactos do endividamento no agronegócio.

Aprovado em 07/07/21.

REQ-73/2021 ZÉ VITOR - Requer a realização de Audiência Pública para debater a privatização da CeasaMinas.

Aprovado em 07/07/21.

REQ-74/2021 EVAIR VIEIRA DE MELO - Requer a realização de audiência pública com a presença do Exmo. Sr. Ministro de Meio Ambiente

Aprovado em 07/07/21.

REQ-75/2021 ALINE SLEUTJES - Requer a realização de Audiência Pública para discussão do tema: “Os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário.”.

Aprovado em 07/07/21.

REQ-76/2021 PEDRO UCZAI - Requer a realização de reunião de audiência pública para debater os reflexos do agronegócio exportador no abastecimento alimentar interno e as perdas econômicas para o Brasil da excessiva primarização da pauta exportadora do agronegócio.

Aprovado em 07/07/21.

REQ-78/2021 NERI GELLER - O Projeto de Lei 36/21 prorroga, até o dia 31 de dezembro de 2022, o prazo para que pequenos produtores rurais possam se inscrever no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ter direito aos benefícios do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Aprovado em 07/07/21.

REQ-79/2021 JOÃO DANIEL - Solicita a realização de Seminário, em Sergipe, para discutir as dificuldades enfrentadas pelo setor de casas de farinhas no Estado.

Aprovado em 07/07/21.

REQ-69/2021 AFONSO HAMM - Requer a realização de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, para debater sobre a tributação dos vinhos e espumantes, estabelecer estratégias para redução da carga tributária (ST-ICMS, IPI e outros), políticas de crédito e seguro rural para o setor vitivinícola.

Aprovado em 04/08/21.

REQ-81/2021 LÍDICE DA MATA - Requer a realização de audiência pública para debater as medidas de monitoramento preventivo e controle fitossanitário da monilíase do cacauero.

Aprovado em 04/08/21.

REQ-82/2021 EVAIR VIEIRA DE MELO - Requer a realização de Audiência Pública para debater o “CEP Rural”

Aprovado em 04/08/21.

REQ-83/2021 JOSE MARIO SCHREINER - Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei 3149/2020.

Aprovado em 04/08/21.

REQ-84/2021 ALINE SLEUTJES - Requer realização de Visita Técnica dos Membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com ônus para Câmara dos deputados, aos

Estados de São Paulo, Alagoas e\ou Rio Grande do Norte para debater colher subsídios e informações dos problemas enfrentados pelo setor leiteiro nestas regiões.

Aprovado em 04/08/21.

REQ-85/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “A suspensão de recursos para armazenagem”.

Aprovado em 11/08/21.

REQ-86/2021 DOMINGOS SÁVIO - Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR, para debater e buscar soluções e apoio aos produtores rurais devido ao impacto da geadas e da seca na agricultura e pecuária, em especial na cafeicultura, nas lavouras de hortifrutigranjeiros e pecuária leiteira.

Aprovado em 11/08/21.

REQ-87/2021 EVAIR VIEIRA DE MELO - Requer a realização de Audiência Pública para debater “os impactos das geadas para a produção de café no Brasil”

Aprovado em 11/08/21.

REQ-88/2021 EVAIR VIEIRA DE MELO - Requer a realização de seminário conjunto da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Des. Rural; Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e; Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com o objetivo de debater as posições e propostas do governo federal para a 26ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26), bem como o posicionamento das entidades do setor produtivo.

Aprovado em 11/08/21.

REQ-89/2021 ZÉ SILVA - Requer que seja realizada reunião de audiência pública para debater os impactos de geadas para a agricultura brasileira e as medidas de apoio aos agricultores.

Aprovado em 11/08/21.

REQ-90/2021 NERI GELLER - Requer Moção de Aplausos à Polícia Federal, em razão da operação de combate a organização criminoso ocorrido em 04/08/2021, no Estado de Mato Grosso.

Aprovado em 11/08/21.

REQ-91/2021 LÍDICE DA MATA - Inclusão da seguinte convidada : Catarina Cotrim de Mattos Sobrinho – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB).

Aprovado em 18/08/21.

REQ-92/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Requer seja convidado o Sr. Antônio Galvan, Presidente da Aprosoja, para debater sobre a suspensão de recursos para armazenagem.

Aprovado em 18/08/21.

REQ-93/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “A provável falta de defensivos agrícolas para a próxima safra”.

Aprovado em 18/08/21.

REQ-94/2021 ALINE SLEUTJES - Requer o aditamento ao requerimento nº REQ 85/2021 - CAPADR, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.

Aprovado em 18/08/21.

REQ-95/2021 ALINE SLEUTJES - Requer o aditamento ao requerimento nº REQ 86/2021 - CAPADR, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.

Aprovado em 18/08/21.

REQ-80/2021 MARA ROCHA - Requer que seja incluído o Sr. RODRIGO OLIVEIRA SANTOS, representante dos produtores da Reserva Chico Mendes, no Acre, na audiência pública para discussão do Projeto de Lei nº 313, de 2020, que altera o art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, aprovada nessa Comissão através do Requerimento nº 62/2021

Aprovado em 25/08/21.

REQ-96/2021 ZÉ SILVA - Requer o aditamento do Requerimento 88/2021 dessa comissão, para a inclusão de convidados no seminário conjunto da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e; Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com o objetivo de debater as posições e propostas do governo federal para a 26ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26), bem como o posicionamento das entidades do setor produtivo.

Aprovado em 25/08/21.

REQ-97/2021 FRANCO CARTAFINA - Requer a realização de reunião de audiência pública para debater os reflexos do agronegócio exportador no abastecimento alimentar interno e as perdas econômicas para o Brasil da excessiva primarização da pauta exportadora do agronegócio.

Aprovado em 25/08/21.

REQ-99/2021 DOMINGOS SÁVIO - Requer a realização de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Des. Rural para apresentar a atuação do Sistema Nacional de Fomento no financiamento ao agronegócio.

Aprovado em 25/08/21.

REQ-100/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Requer seja convidado o Sr. Bruno Lucchi, superintendente técnico da CNA, e realizada a troca de convidado entre o Sr. Celio Porto pelo Sr. Joaquim Francisco Rodrigues Cesar Neto, Presidente da Comissão de Seguro Rural da FenSeg, para debater sobre o seguro agrícola.

Aprovado em 25/08/21.

REQ-101/2021 JERÔNIMO GOERGEN - Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: "A suspensão dos financiamentos agropecuários para os proprietários cujas terras estejam declaradas, erroneamente, como áreas indígenas".

Aprovado em 25/08/21.

REQ-102/2021 HEITOR SCHUCH - Requer realização de audiência pública para debater "As mudanças climáticas, seus efeitos na agricultura e a sugestão de políticas públicas para mitigar as suas consequências na produção de alimentos e na qualidade de vida da população".

Aprovado em 08/09/21.

REQ-103/2021 EXPEDITO NETTO - Requer a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia – CINDRA, Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Des. Rural; Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e; Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para conhecer, debater e propor ações para o Governo Brasileiro apresentar na 26ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas - COP-26, que será realizada em Glasgow, no período de 31 de outubro a 12 de novembro de 2021.

Aprovado em 08/09/21.

REQ-104/2021 ALCEU MOREIRA - Requer a realização de Seminário da Subcomissão do Leite na 44ª Expoiner entre os dias 04 e 12/09/2021 no município de Esteio/RS.

Aprovado em 08/09/21.

REQ-105/2021 JOSE MARIO SCHREINER - Requer a realização de audiência pública para discutir o tema "Insuficiência de recursos do Seguro Rural para 2021: necessidade de crédito suplementar".

Aprovado em 08/09/21.

REQ-106/2021 RODRIGO AGOSTINHO - Requerimento de audiência pública, no âmbito da CAPADR, para debater o agronegócio e a falta de Auditores Fiscais Federais Agropecuários (AFFAs).

Aprovado em 08/09/21.

REQ-107/2021 ALINE SLEUTJES - Requer Moção de Aplauso a Frans Borg, ex-Presidente da Castrolanda Cooperativa Agroindustrial, representante importante para o cooperativismo brasileiro, tendo sido responsável por liderar e revolucionar a Cooperativa nos 24 anos que esteve à frente.

Aprovado em 15/09/21.

REQ-108/2021 LUIZÃO GOULART - "Requer a realização de Audiência Pública para discutir o PL nº 4123/2020, que define prioridades, portabilidade, auditoria e segurança de dados provenientes das atividades agropecuárias, coletado, armazenados e processados por fornecedores de Tecnologia Agrícola."

Aprovado em 22/09/21.

REQ-109/2021 ZÉ VITOR - Requer a realização de Audiência Pública para tratar sobre a importância da ampliação das ferrovias no Brasil, com o objetivo de fortalecer a logística do agronegócio brasileiro.

Aprovado em 29/09/21.

REQ-110/2021 RAIMUNDO COSTA - Requer a inclusão de convidados para compor a mesa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 40/2021.

Aprovado em 29/09/21.

REQ-112/2021 NELSON BARBUDO - Requer que seja realizada reunião de audiência pública para ara debater o Projeto de Lei nº 658/2021, que dispõe sobre a classificação, tratamento e produção de bioinsumos por meio do manejo biológico on farm e ratifica o Programa Nacional de Bioinsumos e dá outras providências.

Aprovado em 29/09/21.

REQ-113/2021 NELSON BARBUDO - Requer inclusão de matéria extra-pauta.

Aprovado em 29/09/21.

REQ-114/2021 DOMINGOS SÁVIO - Requer o aditamento ao requerimento nº REQ 99/2021 - CAPADR, para inclusão de convidados na realização de audiência pública para apresentar a atuação do Sistema Nacional de Fomento no financiamento ao agronegócio.

Aprovado em 20/10/21.

REQ-115/2021 MARA ROCHA - Requer, nos termos regimentais, seja realizado encontro desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural com produtores rurais do Projeto de Assentamento Baixa Verde, situado entre os municípios de Senador Guimard e Rio Branco, no Estado do Acre, e representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Secretaria de Assuntos Fundiários do MAPA, do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Estado do Acre, da Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio do Acre(SEPA), da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Acre, das Secretarias Municipais de Meio Ambiente das Prefeituras de Rio Branco e de Senador Guimard, das Secretarias Municipais de Agricultura das Prefeituras de Rio Branco e de Senador Guimard, e do Batalhão de Polícia Florestal do Estado do Acre, para debater sobre invasões que ocorrem naquela Comunidade

Aprovado em 20/10/21.

REQ-116/2021 MARA ROCHA - Requer, nos termos regimentais, seja realizado encontro desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural com moradores do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Luiz Remanso, em Capixaba, no Estado do Acre, e representantes Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Secretaria de Assuntos Fundiários do MAPA, do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Estado do Acre, da Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio do Acre(SEPA), da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Acre, das Secretarias Municipais de Meio Ambiente das Prefeituras de Capixaba e de Xapuri, e das Secretarias Municipais de Agricultura das Prefeituras de Capixaba e Xapuri, para debater sobre o Plano de Uso daquele projeto

Aprovado em 20/10/21.

REQ-117/2021 JÚNIOR FERRARI - Requer a realização de Audiência Pública para debater a Portaria SAP/MAPA Nº 265, de 29 de junho de 2021, que estabelece as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, e para a concessão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional.

Aprovado em 20/10/21.

REQ-118/2021 PEDRO UCZAI - Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 658/2021, de autoria do Deputado Zé Vitor, que trata dos Bioinsumos.

Aprovado em 20/10/21.

REQ-119/2021 VILSON DA FETAEMG - Requer a realização de audiência pública para debater a importância do saneamento básico rural para a saúde e para o bem-estar da população, para a proteção do meio ambiente e para a qualidade da produção agrícola.

Aprovado em 10/11/21.

REQ-120/2021 PEDRO LUPION - Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 10.499 de 2018 que “Dispõe sobre o crédito rural, Cédula de Crédito Rural, Nota Promissória Rural e Duplicata Rural”.

Aprovado em 10/11/21.

REQ-122/2021 RODRIGO AGOSTINHO - Requer a realização de audiência pública conjunta, no âmbito da CAPADR e CMADS, para debater o PL 5085/2020, que altera a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para dispor sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação.

Aprovado em 10/11/21.

REQ-123/2021 HEITOR SCHUCH - Requer a realização de Seminário, em Porto Alegre/RS, para debater “A sustentabilidade econômica no campo: a elevação dos custos de produção agrícola, a gestão, a produtividade e a rentabilidade do agricultor”.

Aprovado em 10/11/21.

REQ-124/2021 ALINE SLEUTJES - Requer a realização de Audiência Pública para discussão do tema: “A Política Nacional de Biodiversidade, ações de sua implantação e após o decreto 4.339 de 22 de agosto de 2002”.

Aprovado em 10/11/21.

REQ-126/2021 JÚNIOR FERRARI - Requer a inclusão para participar como debatedor na Audiência Pública agendada para o dia 22/11/2021 as 14h conforme Requerimento nº 117/2021 que requereu a realização de Audiência Pública para debater a Portaria SAP/MAPA Nº 265, de 29 de junho de 2021, que estabelece as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, e para a concessão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional.

Aprovado em 17/11/21.

REQ-127/2021 PEDRO UCZAI - Requeiro a realização de audiência pública para tratar da participação do Brasil na COP-26.

Aprovado em 24/11/21.

REQ-128/2021 CELSO MALDANER - Requer realização de Visita Técnica dos Membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, sem ônus para Câmara dos deputados, ao Estado de Santa Catarina, para debater, tomar conhecimento sobre informações a respeito das principais novidades tecnológicas e tendências futuras para agronegócio em toda região.

Aprovado em 01/12/21.

The background is a solid blue color with a stylized, lighter blue graphic of a landscape. It features a sun with rays in the upper right, a cloud on the left, and wavy lines at the bottom representing water or hills.

EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS

"Discussão e votação das emendas a serem oferecidas pela Comissão à LOA/2022 - PLN 19/21-CN."

Sugestão de emenda de apropriação de despesa

1 - SOR - Sugestão de Emenda ao Orçamento - Comissões n.º 1/2021: **Fomento ao Setor Agropecuário** – Programa: 1031 - Agropecuária Sustentável; Ação: 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário; Meta: 250 projetos apoiados; Valor R\$ 250.000.000,00; Unidade orçamentária: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta.

2 - SOR - Sugestão de Emenda ao Orçamento - Comissões n.º 2/2021: **Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária** – Programa: 2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária; Ação: 8924 - Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária; Meta: 100 ações implementadas; Valor R\$ 100.000.000,00; Unidade orçamentária: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.

3 - SOR - Sugestão de Emenda ao Orçamento - Comissões n.º 3/2021: **Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar** – Programa: 5033 - Segurança Alimentar e Nutricional; Ação: 2798 - Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional; Meta: 100.000 famílias agricultoras beneficiadas; Valor R\$ 600.000.000,00; Unidade orçamentária: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta.

4 - SOR - Sugestão de Emenda ao Orçamento - Comissões n.º 4/2021: **Assistência Técnica e Extensão Rural** – Programa: 1031 - Agropecuária Sustentável; Ação: 21B6 - Assistência Técnica e Extensão Rural; Meta: 20.000 produtores assistido; Valor R\$ 100.000.000,00; Unidade orçamentária: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta.

Sugestão de emenda de remanejamento de despesa

5 - SOR - Sugestão de Emenda ao Orçamento - Comissões n.º 5/2021: **Fomento ao Setor Agropecuário** – Programa: 1031 - Agropecuária Sustentável; Ação: 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário; Meta: 1.000 projetos apoiados; Valor R\$ 40.900.000,00; Unidade orçamentária: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta.

Sugestão de emenda ao texto da lei

6 - SOR - Sugestão de Emenda ao Orçamento - Comissões n.º 6/2021: **Autorização para abertura de crédito suplementar à Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural** – Tipo de emenda: aditiva; Adição: depois; Referência: Corpo da Lei, Capítulo II, Seção III, Art. 4º, Inciso III, Alínea i; Texto proposto: j) à ação 099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei n.º 10.823, de 2003), por meio da utilização de recursos provenientes de: 1. superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021; 2. anulação de dotações classificadas com “RP 0”, “RP 1” e “RP 2” até o limite de vinte por cento; 3. reserva de contingência, inclusive à conta de receitas próprias e vinculadas, observado o disposto no § 2º do art. 13 da Lei nº 14.194, de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022; 4. excesso de arrecadação, observado o disposto no inciso II do § 1º e no § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964; 6. operações de crédito realizadas por meio da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.

7 - SOR - Sugestão de Emenda ao Orçamento - Comissões n.º 7/2021: **Autorização de Reestruturação Remuneratória do Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária – PCTAF** . Tipo de emenda: aditiva; Adição: depois; Referência: Anexo V; Texto proposto: 1. Poder Executivo; 1.1 Reestruturação Remuneratória do Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária – PCTAF, de que trata o art. 47 da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016.

8 - SOR - Sugestão de Emenda ao Orçamento - Comissões n.º 8/2021: **Reestruturação remuneratória da carreira de Auditor-Fiscal Federal Agropecuário** – Tipo de emenda: aditiva; Adição: depois; Referência: Anexo V; Texto proposto: Inclua-se no Anexo V - Autorizações Específicas de que trata o art. 169, § 1º, Inciso II, da Constituição, e o art. 93, Inciso IV, do PLDO 2020, relativas às despesas de pessoal e Encargos Sociais para 2020”, em seu item II – ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO,

subitem 2 – Poder Executivo, a seguinte alínea: “2.1 Anteprojeto de lei relativo à reestruturação remuneratória da Carreira de Auditor-Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004 - aumento de subsídios e criação de Bônus de Eficiência e Produtividade.”

Despesa no exercício (primária): R\$ 723.343.447,08

Despesa no exercício (financeira): R\$ 76.170.929,87

Despesa no exercício (total): R\$ 799.514.376,95.

Despesa anualizada (primária): R\$ 723.343.447,08

Despesa anualizada (financeira): R\$ 76.170.929,87

Despesa anualizada (total): R\$ 799.514.376,95.”

"Discussão e Votação de Propostas de Emendas à LDO 2022."

Emendas de Inclusão de Meta

1) Ementa: **Fomento ao Setor Agropecuário**. Programa: 1031 Agropecuária Sustentável. Ação: 20ZV Fomento ao Setor Agropecuário. Produto (unidade de medida), Projeto apoiado (unidade). Acréscimos: 1.000; **APROVADA**

2) Ementa: **Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária**. Programa: 2203 Pesquisa e Inovação Agropecuária. Ação 20YE Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária. Produto (unidade de medida), Pesquisa desenvolvida (unidade). Acréscimo de meta: 1.028; **APROVADA**

3) Ementa: **Agricultura Familiar, Pequenos e Médios Produtores Rurais**. Programa: 1031 Agropecuária Sustentável. Ação: 210V - Promoção e Fortalecimento da Estruturação Produtiva da Agricultura Familiar, Pequenos e Médios Produtores Rurais. Produto (unidade de medida), Agricultor atendido (unidade). Acréscimo de meta: 200.000. **APROVADA**

Emendas ao Texto da Lei

1) Ementa: **Transferências voluntárias para Municípios de até 50.000 habitantes**. Tipo da emenda: modificativa. Referência: Corpo da Lei, Capítulo V, Seção II, Subseção I, Art. 81. Texto proposto: “§ 2º A emissão de nota de empenho, a realização das transferências de recursos e a assinatura dos instrumentos a que se refere o caput, bem como a doação de bens, materiais e insumos, não dependerão da situação de adimplência do Município de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, identificada em cadastros ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais”; **APROVADA**

2) Ementa: **Ressalva de contingenciamento para pesquisa agropecuária**. Tipo de emenda: aditiva. Adição: depois. Referência: Anexo III, Seção III, Inciso X. Texto proposto: “XI – Despesas com as ações de “Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária” e de “Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária”, vinculadas ao Programa 2203 – PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA”; **APROVADA**

3) Ementa: **Protege as dotações para subvenção ao Prêmio do Seguro Rural**. Tipo de emenda: aditiva. Adição: depois. Referência: Anexo III, Seção III. Texto proposto: inclua-se novo inciso com a seguinte redação “subvenção ao Prêmio do Seguro Rural”; **APROVADA**

4) Ementa: **Garante recursos para apoio à criação, gestão e implementação das unidades de conservação federais.** Tipo de emenda: aditiva. Adição: depois. Referência: Corpo da Lei, Capítulo IV, Seção I, Art. 19. Texto proposto: “Art. 19-A. O Projeto de Lei Orçamentária para 2022, a respectiva Lei e suas modificações, deverão observar como aplicação mínima em apoio à criação, gestão e implementação das unidades de conservação federais, incluindo a regularização fundiária, o valor correspondente às dotações autorizadas no exercício de 2017 na lei orçamentária anual, incluídos os créditos adicionais, corrigidas pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado até junho de 2021”; **APROVADA**

5) Ementa: **Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária.** Tipo de emenda: aditiva. Adição: depois. Referência: Corpo da Lei, Capítulo VII, Seção I, Art. 108, inciso VII. Texto proposto: “VIII – a extensão, nos termos da Lei, da Indenização de Fronteira de que trata a Lei nº 12.815, de 2 de setembro de 2015, aos servidores do Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária – PCTAF, de que trata o art. 47 da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016, em exercício de atividade em órgãos situados em localidades estratégicas, vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, observados os limites orçamentários constantes do anexo específico de que trata o inciso IV”. **APROVADA**



EXPEDIENTE

PRODUÇÃO EDITORIAL

**Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e
Desenvolvimento Rural**

REDAÇÃO

**Agência Câmara (com modificações)
CAPADR - Francisco Alexandre Pierre Barreto
CAPADR - Tiago Vicente Brasil
CAPADR - Rosângela Rodrigues de Carvalho**

DIAGRAMAÇÃO

**CAPADR - Tiago Vicente Brasil
CAPADR - Jaqueline Rodrigues Soares**

FOTOGRAFIAS

**Banco de Imagens da Câmara dos Deputados
Gabinetes dos deputados membros da CAPADR
Banco de Imagens Gratuito www.freepik.com**